



Relatório da
Administração

2024

IFRS





Caro leitor,

2024 foi um ano desafiador para toda a indústria, mas, novamente, o BB conseguiu traduzir em números toda a dedicação de um time altamente comprometido com o futuro do banco e do país e com isso registramos um lucro líquido de R\$ 29,2 bilhões.

Temos trabalhado continuamente para entregar um Banco do Brasil personalizado para cada cliente, com relacionamento próximo e experiência digital. Desta forma, a geração de negócios é sustentável e o retorno aos nossos acionistas e à sociedade é uma consequência natural do nosso jeito de ser BB.

Além de remunerar acionistas e sustentar o crescimento do crédito, geramos R\$ 66,6 bilhões em valor adicionado à sociedade, considerando impostos, salários, dividendos e outros componentes.

Os nossos empréstimos a clientes superaram R\$ 1,0 trilhão, com evoluções significativas em todos os segmentos em que atuamos.

Investimos na nossa estratégia digital para sermos um banco ainda mais próximo, personalizado, completo e disponível para os nossos clientes, oferecendo soluções adequadas ao perfil e momento de vida de cada um em nossa plataforma integrada de canais, aplicando inteligência analítica e artificial para a hiperpersonalização do relacionamento.

Como resultado do nosso compromisso contínuo com a excelência no atendimento aos clientes, finalizamos o ano, pela 10ª vez consecutiva, na melhor posição do ranking de reclamações do Banco Central entre os cinco maiores conglomerados financeiros do país, ocupando o 14º lugar entre as 15 Instituições Financeiras reguladas com mais clientes.

Avançamos na transformação cultural, evoluindo no modelo operacional de trabalho das nossas equipes que se tornaram ainda mais ágeis. Crescemos em práticas de inovação interna com laboratórios de experimentação para novas tecnologias e desenvolvimento de soluções de dados e analytics, além de parcerias com fintechs e startups que cocriam conosco.

Como reconhecimento à nossa contribuição para uma economia mais sustentável, estamos classificados pela 6ª vez como o banco mais sustentável do planeta pelo ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2025 – Global 100, da Corporate Knights.

Mantemos nosso engajamento com a diversidade, equidade e inclusão e como resultado disso, fomos selecionados pelo 2º ano para compor o primeiro índice latino-americano que mede critérios de gênero e raça em empresas brasileiras listadas na bolsa de valores (iDiversa da B3), estando na melhor posição entre as empresas financeiras.

Em 2025, renovamos nosso compromisso de gerar resultados sustentáveis para nossos acionistas, ao mesmo tempo em que agregamos valor à sociedade. Nosso propósito é estar sempre presente e relevante na vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Convidamos você a explorar nossas realizações nas próximas páginas.





Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Alcançamos o lucro líquido de R\$ 29,2 bilhões em 2024, reflexo do bom desempenho no crédito, nas captações, serviços e negócios do conglomerado, além do controle de custos. O Índice de Basileia alcançou 13,75% e o Índice de Capital Principal finalizou dezembro em 10,89%.

Para saber mais detalhes sobre os itens de resultado e patrimoniais do período, consulte as Notas Explicativas constantes das Demonstrações Contábeis e o Relatório Análise do Desempenho.

Lucro Líquido
de R\$ 29,2 bilhões

Empréstimos a clientes R\$ 1,0
trilhão
crescimento de 12,0%
em relação a 2023

Resultado (R\$ milhões)

Lucro Líquido

Receita líquida de juros

Receita Líquida de Tarifas e Comissões

Provisões para perdas esperadas

Despesas de Pessoal e Administrativas

Patrimoniais (R\$ milhões)

Ativos

Recursos de Clientes

Empréstimos a clientes

Patrimônio Líquido

2024

29.172

104.514

28.034

(47.706)

(38.373)

Dez/24

2.398.719

873.711

1.020.552

184.236

2023

33.166

88.749

26.316

(25.353)

(34.916)

Dez/23

2.153.878

811.944

911.281

173.570



Acionistas

Contamos com uma base de 1,5 milhão de acionistas, sendo 99,0% de pessoas físicas locais. Ao final de dezembro, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em *free float* e 0,4% em tesouraria. Os investidores locais detinham 76,5% das ações, e os estrangeiros 23,5%. Nossas ações (BBAS3) representaram 3,8% do Ibovespa no último quadrimestre.

O total destinado aos acionistas em 2024 foi de R\$ 15,2 bilhões, referente a um payout de 45%, e o valor por ação foi de R\$ 2,86.

Estratégia Corporativa

A Estratégia Corporativa (ECBB) é o documento que traduz a essência da nossa empresa. É o nosso porquê enquanto organização. Ela envolve a definição de prioridades, metas claras, alocação de recursos e tomada de decisões estratégicas que nos ajudarão a gerar resultados mais sustentáveis e valor para toda a sociedade.

A ECBB tem um horizonte temporal de cinco anos e é revisada a cada ano, por meio de um processo estruturado, participativo e com uso de metodologias consolidadas. A última revisão, para o período de 2025-2029, foi aprovada em dezembro de 2024 e contou com a colaboração de mais de 13 mil funcionários.

Neste ciclo, ratificamos nosso propósito e nossos valores, reafirmando o compromisso de apoiar nossos clientes e parceiros em todos os momentos. E mantivemos o foco em nossos objetivos de longo prazo, que pautam nossa atuação focada na experiência do cliente, na responsabilidade socioambiental, na transformação digital e na inovação.

O engajamento e colaboração do nosso corpo funcional são peças essenciais para atingirmos nossos objetivos, por isso, promover o aprendizado contínuo e um ambiente cada vez mais seguro e inclusivo fazem parte de nossa cultura.



Clientes

O cliente está no centro da nossa estratégia e estamos focados na hiperpersonalização dos nossos relacionamentos com o objetivo de entregar um banco para cada cliente e considerando a visão 360° de cada um deles.

Seguimos engajados no processo de analisar os dados dos clientes e transformá-los em insights cada vez mais valiosos para a geração de negócios sustentáveis. O uso da IA Generativa já é uma realidade, e as ferramentas para desenvolvimento de novos modelos estão cada vez mais ágeis e robustas. Com isso, é possível personalizar ofertas, melhorar o atendimento e criar estratégias de marketing mais eficazes.

Temos 1,14 milhão de clientes entre 0 e 17 anos, sendo que cerca de 33% utilizam a BB Cash, conta para crianças e jovens. Em 2024, quase dobramos a base de contas BB Cash, aumento de 96% em relação a dezembro de 2023.

Esses clientes mostram um engajamento superior a 95%, com mais de 67% do público realizando transações via Pix, que superaram o valor de R\$ 1,3 milhões no ano de 2024, com mais de 100% de incremento em relação a 2023. Além disso, aproximadamente 70% usam cartão e mais de 30% desses clientes têm algum tipo de investimento financeiro.

O Ponto BB (.BB), localizado em Recife-PE, tornou-se referência no Porto Digital como parceiro, acoplando-se a diversas frentes de tecnologia, inovação, cultura e empreendedorismo. Desde sua inauguração, em março/2024, recebeu mais de 7,5 mil visitantes por mês. O sucesso do .BB foi confirmado com o prêmio Ouro no The Customer Summit Awards na categoria Customer Experience - Melhor Estratégia de Encantamento do Cliente.

Criado em 2004, o BB Estilo e o Private, nossos modelos de relacionamento para clientes de Alta Renda completaram 20 anos.

Para as empresas do país, temos um portfólio completo de soluções e uma rede especializada.

O Painel PJ, ferramenta para os micros e pequenos empreendedores, que centraliza a gestão financeira e oferece uma plataforma integrada e segura para serviços personalizados e suporte estratégico, atingiu, em 2024, 211 mil usuários e gerenciou R\$ 856 bilhões em faturamento anual.

A Conta PJ Digital, de exclusiva abertura pelo App PJ para os públicos MEI, EI e Sociedade Limitada Unipessoal, bateu recordes em 2024, com 58,9 mil novas contas abertas, um aumento de 37% em relação ao ano anterior.

Em novembro, lançamos, em conjunto com a Cielo, a solução Tap on Phone, que transforma smartphones em máquinas de cartão, permitindo pagamentos por aproximação. Essa inovação facilita transações comerciais para micro e pequenos empreendedores.

A edição MPE Week de 2024, movimento do BB que apoia as micro e pequenas empresas, contou com mais de 630 mil visitantes na plataforma. Nesse período, desembolsamos R\$ 7,6 bilhões em capital de giro e antecipação de recebíveis para pequenas empresas e tivemos recorde de Contas PJ Digital abertas.

Seguimos comprometidos com o empreendedorismo feminino com a estratégia Mulheres no Topo. Oferecemos soluções, produtos e serviços que atendem às diversas necessidades das mulheres empreendedoras. Possuímos mais de 1,3 milhão de empresas dirigidas por mulheres, representando 42% da carteira de clientes. Foram desembolsados R\$ 1 bilhão em linhas exclusivas para empresas dirigidas por mulheres em 2024.



Tecnologia que Transforma

Possuímos uma tecnologia que transforma a experiência dos clientes e funcionários em negócios sustentáveis, com eficiência e protagonismo.

Nossa Estratégia Digital tem foco na otimização e transformação digital e cultural. Implementamos ações envolvendo tecnologia de ponta, novos modelos de negócio e a escalada da agilidade na organização, com o objetivo de encantar clientes e gerar resultados perenes, consolidando-nos como um banco tecnológico e digital.

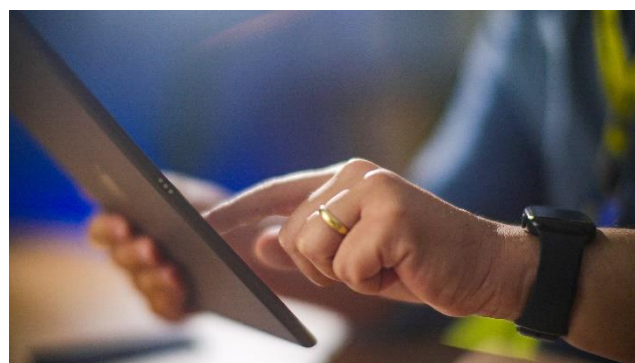
Em 2024, integramos tecnologia e acessibilidade para oferecer, com excelência, um banco digital eficiente e inclusivo. O cartão BB com voz e em braile demonstra essa integração, permitindo que o celular emita áudio com detalhes da transação na máquina POS. Além disso, contamos com 24 mil terminais de autoatendimento equipados com módulos de acessibilidade. O Super App BB destaca-se como um dos mais bem avaliados no mercado, figurando entre os 10 mais populares entre os brasileiros e sendo o mais acessível no setor financeiro.

Transacionamos 25% de toda a movimentação financeira do Pix no país desde a criação desse meio de pagamento e fomos os primeiros a disponibilizar a funcionalidade de Pix por aproximação diretamente em nosso aplicativo. Além disso, reforçando a eficiência de nossas soluções tecnológicas, a resolatividade do WhatsApp BB é de 98,7%, com apenas 1,3% dos atendimentos sendo transferidos para o atendimento humano.

Evoluímos exponencialmente em soluções desenvolvidas com IA e Analytics. Comparado ao ano anterior, houve acréscimo de mais de 300% na quantidade orientados por dados disponibilizados, proporcionando aos clientes experiências

encantadoras, melhorando a jornada dos nossos funcionários e gerando resultados sustentáveis.

Para os clientes micro e pequenas empresas (MPE), lançamos a ARI (Área de Recomendações Inteligentes), uma solução inovadora que utiliza inteligência artificial e analítica para fornecer recomendações automatizadas e personalizadas.



Ao final de 2024, o Shopping BB registrou aproximadamente 34 milhões de transações, movimentando mais de R\$ 1,2 bilhão em vendas de produtos e serviços não financeiros para cerca de 5,1 milhões de clientes únicos.

Esses serviços e inovações são suportados por uma infraestrutura de TI robusta. Nosso parque tecnológico está entre os maiores da América Latina. São picos de mais de 17 bilhões de transações em um único dia que viabilizam, com excelência, os grandes movimentos do BB e do mercado. Adicionalmente, seguimos avançando em nossa estratégia híbrida de cloud: neste 4T24, ampliamos em cerca de 60% as implantações em nuvem em relação ao mesmo período do ano passado.

Esses números e iniciativas, reforçam que seguimos oferecendo soluções tecnológicas inovadoras para cumprir nosso propósito de sermos próximos e relevantes na vida das pessoas onde, quando e como elas quiserem.



Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Somos referência em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), com ações de gerenciamento de riscos e oportunidades. Nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, alinhado aos ODS da ONU e ao Acordo de Paris, é nosso principal instrumento, incluindo 47 ações e 100 indicadores

para 2023-2025. Além disso, os Compromissos BB 2030 para um Mundo +Sustentável estabelecem objetivos em quatro frentes de atuação: crédito sustentável, investimento responsável, gestão ASG e climática, visando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Crédito Sustentável	Investimento Responsável	Gestão ASG e Climática	Impactos Positivos na Cadeia de Valor
Carteira de Crédito Sustentável R\$ 500 bilhões até 2030. Saldo em dez/24: R\$ 386,7 bilhões	Produtos de Investimento Sustentável R\$ 22 bilhões em fundos de investimentos sustentáveis² até 2030. PL em dez/24: R\$ 4,1 bilhões	Emissões Diretas de GEE Compensar 100% dos escopos 1 e 2. jun/24: 100% 100% de utilização de energia renovável ³ a partir de 2023. jun/24: 100% Reduzir em 42% as emissões diretas (escopo 1) até 2030 ⁴ . jun/24: redução de 28%	Inclusão Financeira Renegociar dívidas de 2,5 milhões de clientes até 2025. dez/24: 2,9 Milhões Alcançar 1 milhão de empreendedores com crédito até 2025. dez/24: 901,2 mil
Energia Renovável R\$ 30 bilhões até 2030. Saldo em dez/24: R\$ 16,7 bilhões	Recursos Sustentáveis R\$ 100 bilhões em recursos sustentáveis para o BB e seus clientes. dez/24: R\$ 50,7 bilhões	Diversidade 30% de mulheres em cargo de liderança até 2025. 27,4 % em dez/24. 30% de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2025. 29,1 % em dez/24.	Investimento Social Privado Investir 1 bilhão em educação, cuidado com meio ambiente, inclusão, ajuda humanitária, incentivo ao voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação BB até 2030. dez/24: R\$ 534,9 milhões
Agricultura Sustentável R\$ 200 bilhões até 2030. Saldo em dez/24: R\$ 169,6 bilhões		Maturidade Digital Alcançar 17 milhões de clientes até 2025. dez/24: 12,2 milhões	Reflorestamento e Conservação Florestal 1 milhão de hectares conservados e/ou de reflorestamento até 2025. dez/24: 755 mil hectares Reforçar práticas que promovam a recuperação de pastagens e áreas degradadas e assegurem o desmatamento ilegal zero nos financiamentos BB.
Eficiência Municipal e Estadual Desembolsar¹ R\$ 40 bilhões até 2030. dez/24: R\$ 42,2 bilhões			

(1) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária; (2) Em alinhamento à alteração regulatória dos fundos de investimento sustentáveis; (3) Usinas próprias, mercado livre e RECs; (4) Em relação ao ano-base 2022.

Negócios Sustentáveis

Em linha com os nossos compromissos de longo prazo e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, ao final de dezembro de 2024, atingimos R\$ 386,7 bilhões em operações de crédito sustentáveis, um crescimento de 12,7% em 12 meses.

Este montante foi contratado em linhas de crédito com grande enfoque ambiental e/ou social ou para financiar atividades e/ou segmentos que tragam impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética,

construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, para assim reforçar o papel transformador no desenvolvimento do país e na construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG, sendo revisada continuamente para incorporar as melhores práticas.



Captações Sustentáveis

Intensificamos nossas atividades no mercado interbancário, com instituições multilaterais e bancos comerciais, além de fortalecer nossa agenda com investidores no mercado de capitais internacional. Em 2024, isso resultou em mais de R\$ 11 bilhões em captações ASG com recursos desembolsados.

O crescimento do total de desembolsos em operações com recursos captados junto a instituições no exterior e ao mercado, por exemplo, foi de 134%. Esses negócios diversificam o mix de funding do Banco, gerando crédito para brasileiros em todas as regiões do país, com destaque para operações ASG.

Vale destacar, as seguintes captações: US\$ 800 milhões para aplicação em agricultura de baixo carbono, realizada em setembro; Sustainability Bond de US\$ 750 milhões e a nossa participação no primeiro leilão do ECOINVEST, com a captação de R\$ 800 milhões em capital catalítico (baixo custo), sendo R\$ 4,8 bilhões em empréstimos da carteira sustentável.

Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando os clientes na elaboração de projetos geradores de créditos de carbono com relevante adicionalidade ambiental, oferecendo assessoria para realização de inventários de emissões de GEE e planos de descarbonização e ofertando créditos de carbono de projetos de alta integridade para compensação das emissões não mitigadas.

Além da comercialização de créditos de carbono para serem utilizados na compensação das emissões dos clientes, oferecemos oportunidades de intermediação entre quem precisa e quem dispõe de créditos de carbono. Ainda, possuímos linhas específicas para fomentar projetos que contribuam para a descarbonização, como as de energia renovável e de eficiência energética.

Em 2024, cerca de 755 mil hectares foram preservados ou reflorestados por meio de projetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de carbono de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental e geração de renda para os proprietários, além de projetos sociais voltados para comunidades ribeirinhas, tradicionais e indígenas localizadas dentro e no entorno desses projetos.

Visando à diversificação das fontes de geração de créditos de carbono, iniciamos, em março de 2024, o Programa de Biogás, que apoia o desenvolvimento de projetos a partir da geração de biogás e biometano na agropecuária, especialmente junto a suinocultores e pecuária de confinamento. Desde o início do programa, contratamos quatro projetos para desenvolvimento de créditos de carbono nessa metodologia, aliando a correta destinação e manejo de resíduos com a geração de energia barata e renovável, evitando a emissão de gases prejudiciais para a atmosfera.

Em linha com a diversificação, formalizamos cinco projetos na modalidade de carbono no solo (ALM) para recuperação de pastagens degradadas, totalizando uma área de 29.600 hectares, contribuindo para uma agricultura mais sustentável e gerando receitas adicionais para os produtores.

Demonstramos pioneirismo com o lançamento do Potencial de Carbono, solução que utiliza imagens de satélite, análise de dados e IA para identificar clientes com propriedades de alto potencial para a elaboração de projetos geradores de créditos de carbono. Apoiamos projetos que ajudam a preservar mais de 670 mil hectares de floresta nativa e a meta é conservar ou reflorestar 1 milhão de hectares até 2025.



Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos fomentado a Bioeconomia, garantindo assim um futuro mais saudável e equilibrado para as próximas gerações. Nossa atuação tem concentrado esforços no fomento à Bioeconomia da Amazônia Legal, pois a conservação da biodiversidade e dos estoques de carbono da Amazônia brasileira é fundamental para a regulação climática global, além de ser fundamental para a economia local, garantindo benefícios sociais e econômicos para a região.

Contribuímos com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de

crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar produtores, familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia. O objetivo da atuação é promover o fortalecimento e a inclusão produtiva a partir de projetos de Bioeconomia que respeitem as boas práticas ambientais e culturas locais.

Atualmente, somos um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 1,7 bilhão em projetos de bioeconomia na Amazônia legal, representando um crescimento de 55% em 12 meses.

Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração conta ainda com o assessoramento da Auditoria Interna e de uma Auditoria Independente. O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem, na forma prevista em Lei

e no Estatuto Social, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo, 30% dos membros são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Em 2024, o Conselho de Administração (CA) revisou a Política de Indicação e Sucessão de Administradores, incorporando critérios ASG para a Diretoria Executiva (Direx). Pelo menos metade dos membros da Direx deve incluir 30% de mulheres e 20% de autodeclarados “pretos”, “pardos” ou “indígenas”, LGBTQIAPN+ ou PcD, com implementação até 2027. Essa inclusão eleva nosso patamar global em governança corporativa.

Ainda em 2024, alcançamos a classificação “Aprimorado” no iESGo 2024 – Índice ESG do Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia práticas de governança e sustentabilidade social e ambiental.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros no CD e dois no CA. Dois membros do CD e dois do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+.

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3 por meio do iDiversa, índice que reconhece companhias que se destacam pela diversidade e representatividade desses grupos. Assumimos o compromisso de promover um ambiente de trabalho colaborativo, inclusivo e equitativo, investindo cada vez mais em ações que aumentem a quantidade de mulheres, pessoas negras e etnias sub-representadas em cargos de liderança.

Em outubro, lançamos a ação História e Memória de Afrodescendentes e Povos Originários no Brasil. Esta ação está pautada, entre outros temas, nas nossas diretrizes de Diversidade, Equidade e Inclusão e nos nossos pactos e compromissos firmados com a promoção da igualdade racial, reafirmando nossas origens e ancestralidade, tão importantes para a construção contemporânea da nossa identidade brasileira. O objetivo é renomear até 30 agências nas cinco regiões do país, reconhecendo e valorizando a contribuição dessas personalidades e comunidades para a sociedade, cultura e economia do Brasil.

Em novembro, celebramos o Mês da Consciência Negra, um período de grande relevância para refletirmos sobre a luta e a resistência da população negra no Brasil e no mundo. Instituído como feriado nacional pela primeira vez em 2024, o momento nos convoca a reverenciar a cultura africana e reconhecer as discrepâncias que ainda persistem em nossa sociedade. Para trazer essa conversa ao público, lançamos o videocast Vozes



Negras, com quatro episódios que convidam a sociedade ao diálogo e à reflexão sobre a importância do combate ao racismo e à desigualdade racial dentro e fora da Instituição, além de introduzir ações concretas do BB a esse respeito.

Participamos em novembro da quinta edição do Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial, realizado pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. Refletindo sobre o tema “Mudanças Climáticas, Neoindustrialização, Inclusão e Diversidade”, o Fórum reuniu presidentes de grandes empresas, autoridades e personalidades do mundo corporativo e acadêmico



para debater sobre o assunto. O propósito principal do evento foi a disseminação de boas práticas, a compreensão dos desafios e as tendências de mercado.

Nesse mesmo mês, lançamos o Protocolo Antidiscriminação, que padroniza e estabelece fluxos de atuação em casos de discriminação, promovendo acolhimento, incentivo à denúncia e gestão das consequências. Conhecendo o Protocolo, todas as pessoas que estiverem em qualquer um de nossos pontos de contato poderão saber, de forma simples, como proceder diante de atitudes com viés discriminatório.

Ainda em novembro, participamos da Expo Favela Innovation, em Fortaleza (CE), a maior feira de inovação e empreendedorismo da América Latina voltada para as periferias. O evento busca conectar empreendedores das favelas com grandes lideranças, personalidades e gestores públicos do Brasil. Atentos a esse mercado e ao nosso papel como agentes na redução de desigualdades no país, fomos um dos patrocinadores do evento.

Em dezembro, assinamos, durante a IV reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), no Palácio Itamaraty, em Brasília (DF), o Pacto pela Igualdade Racial. Além de apoiar e compor o grupo de trabalho que estruturou o Pacto, também compartilhamos um relatório com algumas de nossas principais iniciativas dos últimos anos, implementadas ou em estruturação, que se conectam com essa pauta. Nosso objetivo é inspirar outras empresas a se comprometerem na construção de ações concretas que impactem de forma estruturante a vida da população negra e quilombola.

Nesse evento, lançamos o projeto Faces Negras Importam, uma ação que usa Inteligência Artificial para reconstruir rostos de personalidades negras que foram apagados da história pela ausência de registro iconográfico. As personalidades que tiveram seus rostos reconstruídos por meio dessa tecnologia foram Luísa Mahin, Maria Felipa e Tereza de Benguela.

Prêmios e Reconhecimentos

Janeiro

Fomos certificados como **Top Employer**, pelo 11º ano consecutivo. Essa certificação reconhece as empresas com as melhores práticas de RH e é promovida pelo Top Employers Institute.

A Presidenta Tarciana Medeiros aparece em segundo lugar no ranking **CEOs Change Makers Brasil**, avaliado por Inteligência Artificial sobre os 100 CEO's brasileiros que têm grande impacto no país.

A nossa marca foi considerada a mais forte do país. A empresa Brand Finance nomeou as **500 marcas mais fortes e mais valiosas do mundo** no Fórum Econômico de Davos na Suíça. Mais uma vez, o BB esteve no ranking e com avanço de 50 posições no ranking em relação a 2023.

Conquistamos duas categorias do **Banking Transformation**. O prêmio busca evidenciar as melhores práticas em inovação, contribuindo para o aprimoramento do setor financeiro. Fomos premiados nas categorias Inovação com IA e Eficiência Operacional.

O BB Private foi listado no Ranking 2024 da Leaders League, na categoria Wealth Management - Private Bank Brasil, que reconhece as melhores estratégias do Brasil em gestão patrimonial e de fortunas para clientes Private.

Fevereiro

Fomos reconhecidos pelo **Bacen no Ranking Bacen e Broadcast Projeções da Agência Estado**, listado em 1º lugar na projeção da Taxa Selic de curto prazo e em 4º lugar nas projeções do IPCA de curto prazo.



Além disso, fomos listados pelo Broadcast Projeções da Agência Estado do 4T23. Ocupamos o 2º lugar no Top 10 Básico, que classifica as instituições de acordo com suas projeções para um conjunto de quatro indicadores (taxa Selic, taxa de câmbio, IPCA e IGP-M).

A **Blommborg Línea** apresentou a nova edição das 50 Mulheres de Impacto da América Latina. A lista reconhece líderes que servem de inspiração e estão transformando os negócios na região. Pelo segundo ano consecutivo, a presidenta Tarciana Medeiros integra a lista.

Março

Pela 11ª vez, vencemos o **Prêmio Ouvidorias Brasil**, que reconhece o trabalho de organizações e ouvidores para fortalecer e expandir o instituto da ouvidoria no Brasil e no mundo.

No **Prêmio Movimentos Elas Lideram 2030 e Raça é Prioridade – Pacto Global da ONU**, vencemos a premiação nas categorias “30% de pessoas negras ou indígenas em posição de liderança até 2025”; e “Apoio ao empreendedorismo de mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing, com implementação de práticas de desenvolvimento empresarial que empoderem as mulheres” e a Presidenta Tarciana Medeiros foi indicada em duas categorias: CEO “Raça é prioridade” e CEO “Elas Lideram”.

Reconhecimentos em Tecnologia: Prêmio Agile Trends 2024; Prêmio Celent Model Risk Manager; Prêmio The Innovators 2024 – Best info Security & Fraud Management; Índice de Maturidade do Open Finance 2024 – “Empresa que tem ou teve o melhor caso de Open Finance no Brasil”.

Abril

Alcançamos o **1º lugar no Ranking Broadcast Projeções no Top 10 Geral** referente ao 4T23. Esse ranking, que contou com a participação de 50 instituições financeiras, envolveu estimativas para uma gama de indicadores econômicos, incluindo

IPCA, IGP-M, taxa Selic, dólar, PIB, saldo da balança comercial e relação dívida líquida/PIB.

Conquistamos o prêmio **Stevie Awards for Sales & Customer Service**, que reconhece os canais de apoio ao cliente, vendas e desenvolvimento empresarial. Contamos com três cases finalistas para categorias de treinamento, inovação e relacionamento.

Fomos premiados pelo Celent Model Risk Manager 2024, na categoria de **combate ao crime financeiro**, pela utilização de solução tecnológica para a otimização das operações de identificação de potenciais clientes que estejam submetidos a sanções.

Fomos reconhecidos pelos prêmios **International Business Magazine Awards 2024 e World Business Outlook Awards 2024**, nas seguintes categorias:

- Melhor Private Bank – Brasil
- Melhor Private Bank em Assessoria para Agribusiness – Brasil
- Melhor Private Bank em Integração ASG – Brasil
- Melhor Private Bank para Mulheres – Brasil
- Melhor Private Bank para Planejamento Sucessório – Brasil
- Private Bank com Maior Crescimento em 2024 – Brasil

Maio

O nosso Private foi reconhecido como **o melhor da América Latina na categoria Tecnologia ASG** na premiação PWM Wealth Tech Awards 2024.

Na avaliação de 2024, pelo MSCI ESG Rating mantivemos a classificação rating “A”, com pontuação 5,3.

Vencemos a 11ª edição do **Prêmio Global Finance: The Innovators 2024**, sendo reconhecidos na categoria de Solução de Empréstimo Mais Inovadora. O case “Compliance Digital: Empréstimo para Antecipação de Restituição de Imposto de



Renda" foi o vencedor do prêmio. O compliance digital é uma iniciativa para desenvolver e implementar serviços de verificação automatizada de documentos digitalizados, visa a conformidade dos processos e reduz a dependência de verificações manuais.

Junho

A OAB do Distrito Federal (DF) condecorou a Dra. Lucinéia Possar, Diretora Jurídica, com a **Medalha Myrthes Gomes de Campos**, a mais alta comenda concedida a advogados e autoridades pelo papel de destaque que exerce na sociedade e no cenário jurídico do DF.

Conquistamos o 1º lugar na categoria Prêmio de Satisfação de Atendimento aos Clientes, Reconhecimento BNDES na categoria **Agentes Financeiros de Destaque 2023**.

Ganhamos o prêmio bronze no Smart Customer na categoria **"Responsabilidade Social e Diversidade"**, com o case da autodeclaração de pessoa com deficiência no App BB.

Recebemos, pelo segundo ano consecutivo, prêmio internacional no evento Nice Interactions, realizado em Las Vegas (EUA), que reconhece as **principais inovações e tendências em experiência de clientes**. O case vencedor na categoria Outstanding Cloud Realization trata do pioneirismo do BB na adaptação e uso, em larga escala, de soluções de Contact Center em nuvem para áreas de relacionamento.

Julho

O evento **AB2L Lawtech Experience 2024**, realizado pela Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L), reuniu escritórios e departamentos jurídicos de todo o Brasil. Fomos certificados pela adoção de práticas inovadoras nos campos Inovação Jurídica, Gestão de Pessoas, Eficiência Jurídica e Jurídico Parceiro dos Negócios.

Agosto

Fomos premiados pela **Latin America Executive Team 2024**, da Institutional Investor dentre as empresas do setor financeiro, nas categorias financeiras, governança corporativa e sustentabilidade, com destaque ao programa de Relações com Investidores e ao programa de ASG.

Tivemos duas soluções premiadas no **Agile Trends Gov**: o InovAI, que ficou com a medalha de prata, e o Simplifique, na 8ª posição.

Recebemos o prêmio Top 10 Executivos de Destaque pela solução que usa IA Generativa para otimizar o processamento de ofícios e alvarás. O prêmio é concedido pelo **A.I. Executive Summit 2024**, iniciativa da 7th Experience que reconhece os melhores projetos e implementações com uso de inteligência artificial.

Setembro

O prêmio **The Latin American Women Awards** reconheceu advogadas de destaque na América Latina em múltiplas categorias. Na categoria corporativa Banco & Finanças, o destaque foi para a diretora jurídica do BB, Lucinéia Possar.

Recebemos Troféus Ouro, Prata e Bronze no prêmio **Best Performance**, em categorias relacionadas a Gestão de Crédito e Cobrança, Estratégias de Big Data, Arquitetura de Dados e Analytics, Gestão de Clientes, Gestão de Pessoas e Atendimento ao Cliente com foco em Canais e Plataformas de digitais. O prêmio reconhece práticas inovadoras e soluções disruptivas em empresas públicas e privadas relacionadas a diversos setores, entre eles, Tecnologia e Inovação Financeira.

Também fomos contemplados com 5 premiações do **XXIV Prêmio ABT**, que reconhecer as melhores



práticas da indústria em atendimento e relacionamento com o cliente.

Outubro

Fomos a marca de banco mais lembrada do país pela 34ª edição consecutiva, no **Top of Mind**.

Ganhamos o prêmio Top Financial Innovations: Investment and Lending do **Best Financial Innovations 2024**, por inovação em Compliance Digital, solução que reduz tempo de processamento e mitiga falhas e fraudes.

o Troféu Prata no prêmio **Best Performance**, categoria Inovação em Ferramentas e Tecnologias de Analytics, pelo projeto Sistema de Inteligência de Preços.

Conquistamos o prêmio de melhor departamento de Compliance 1ª Edição do **Leaders League Compliance Summit & Awards**.

Novembro

Conquistamos prêmio de IA no **TechXchange Awards da IBM** com uma solução inovadora em governança de IA.

Fomos premiados no **Corporate Venture in Brasil 2024**, um evento global e o maior do setor no Brasil, organizado pela ApexBrasil em parceria com o Global Corporate Venturing Institute.

Recebemos o **Troféu de Empresa de Excelência** em Relacionamento com o Cliente no Prêmio promovido pela Associação Brasileira de Telemarketing, além de conquistar, outros cinco prêmios nas categorias: diversidade e inclusão;

atendimento nas redes sociais; campanha de comunicação; inovação em processos e gestão de pessoas.

Ganhamos o **Prêmio Inovativos** na categoria: Sustentabilidade e Impactos Socioambientais; Serviços Financeiros; Excelência em vendas; Produtividade Corporativa. Esse prêmio é organizado pela Plataforma Inovativos, em parceria com a Accenture e a FGV EAESP e reconhece as melhores práticas de inovação digital no Brasil.

Dezembro

A edição norte-americana da revista **Forbes** divulgou a relação das 100 mulheres mais poderosas do mundo e a presidenta **Tarciana consta como a 18ª mulher mais poderosas do mundo**. Outra publicação internacional que reconheceu a atuação de Tarciana foi a Bloomberg Línea, que incluiu a **presidenta na lista dos 100 Inovadores da América Latina** em 2024.

Fomos eleitos **líder em respeito aos consumidores** nos segmentos Bancos-Grande Porte e Crédito Pessoal no Prêmio Respeito 2024.

Recebemos o título de **"Banco do Ano"** na 20ª edição do Banking Transformation, promovido pela Cantarino Brasileiro.

Ganhamos o **ouro no The Customer Summit Awards 2024**. A premiação reconheceu projetos de sucesso na transformação da jornada do cliente. O ambiente digital do .BB foi premiado na categoria melhor estratégia de encantamento do cliente.



Esclarecimentos Adicionais

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 15 – Investimentos.

Publicamos anualmente os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis em IFRS. Para mais informações sobre o Banco do Brasil, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Demonstrações Contábeis IFRS



31 de dezembro de 2024



BANCO DO BRASIL



Índice

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Demonstração consolidada do resultado	2
Demonstração consolidada do resultado abrangente	3
Balanço patrimonial consolidado	4
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	6
Demonstração consolidada do valor adicionado	8

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

1– O Banco e suas operações	9	23– Ativo imobilizado	82
2– Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas	10	24– Ativos intangíveis	84
3– Principais práticas contábeis	14	25– Outros ativos e outros passivos	85
4– Principais julgamentos e estimativas contábeis	29	26– Recursos de clientes	86
5– Aquisições, vendas e reestruturações Societárias	32	27– Recursos de instituições financeiras	87
6– Informações por segmento	32	28– Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	88
7– Receita líquida de juros	38	29– Provisões e passivos contingentes	92
8– Receita líquida de tarifas e comissões	39	30– Impostos	96
9– Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo	39	31– Patrimônio líquido	98
10– Outras receitas e outras despesas	40	32– Valor justo dos instrumentos financeiros	106
11– Despesas de pessoal	41	33– Garantias financeiras e outros compromissos	112
12– Outras despesas administrativas	41	34– Capital regulatório e limite de imobilização	114
13– Caixa e equivalentes de caixa	42	35– Gestão de riscos	120
14– Depósitos no Banco Central do Brasil	42	36– Transferência de ativos financeiros	136
15– Empréstimos a instituições financeiras	43	37– Compensação de ativos e passivos financeiros	138
16– Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	44	38– Benefícios a empregados	141
17– Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	51	39– Partes relacionadas	152
18– Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	54	40– Ativos e passivos circulantes e não circulantes	156
19– Empréstimos a clientes	57	41– Outras informações	158
20– Perdas esperadas com empréstimos a clientes	66	42– Eventos subsequentes	159
21– Investimentos em coligadas e joint ventures	74	43– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado	160
22– Envolvimento com entidades estruturadas	78		

Relatório do auditor independente	162
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	169
Parecer do Conselho Fiscal	171
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	172
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o relatório dos auditores independentes	173
Membros da administração	174



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do resultado

	Nota	Exercício/2024	Exercício/2023
Receitas de juros		273.505.274	265.438.605
Despesas de juros		(168.990.827)	(176.689.874)
Receita líquida de juros	[7]	104.514.447	88.748.731
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(47.705.982)	(25.353.184)
Empréstimos a instituições financeiras	[15]	28.661	22.707
Empréstimos a clientes	[20]	(43.997.920)	(23.171.571)
Outros instrumentos financeiros	[17],[18],[33]	(3.736.723)	(2.204.320)
Receita líquida de juros após provisão para perdas		56.808.465	63.395.547
Receitas não de juros		48.984.026	46.260.869
Receita líquida de tarifas e comissões	[8]	28.033.530	26.315.600
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:	[9]	3.691.682	(367.207)
Ao valor justo por meio do resultado		4.495.668	(420.855)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		508.177	53.648
Ao custo amortizado		(1.312.163)	--
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	[21]	7.476.884	7.094.163
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras		(3.350.977)	1.572.694
Outras receitas	[10]	13.132.907	11.645.619
Despesas não de juros		(78.081.902)	(68.509.225)
Despesas de pessoal	[11]	(29.248.166)	(26.850.181)
Outras despesas administrativas	[12]	(9.124.925)	(8.065.828)
Contribuições, taxas e outros impostos	[30]	(8.717.150)	(7.976.044)
Amortização de ativos intangíveis	[24]	(2.467.259)	(2.356.219)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[29]	(11.701.066)	(8.376.741)
Depreciação	[23]	(2.642.297)	(2.836.148)
Outras despesas	[10]	(14.181.039)	(12.048.064)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		27.710.589	41.147.191
Impostos	[30]	1.460.975	(7.981.600)
Correntes		(9.506.561)	(7.210.573)
Diferidos		10.967.536	(771.027)
Lucro líquido do período		29.171.564	33.165.591
Atribuível aos acionistas controladores		26.358.860	29.860.965
Atribuível aos acionistas não controladores		2.812.704	3.304.626
Lucro por ação			
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		4,62	5,23
Média ponderada das ações em circulação – básico		5.708.392.262	5.707.985.480
Média ponderada das ações em circulação – diluído		5.708.392.262	5.707.464.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do resultado abrangente

	Exercício/2024	Exercício/2023
Lucro líquido do período	29.171.564	33.165.591
Itens que serão ou podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.947.073)	1.533.827
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(6.020.646)	1.946.111
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – reclassificados para o resultado	(508.177)	(53.648)
Efeito tributário	2.581.750	(358.636)
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	(1.531.551)	(360.972)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(734.529)	351.305
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	53.796	(100.847)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(1.134.848)	(508.846)
Efeito tributário	284.030	(102.584)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	(195.177)	35.093
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido em operação no exterior	(358.805)	66.916
Efeito tributário	163.628	(31.823)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	299.010	(3.050.655)
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(7.902)	(782.386)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(15.069)	(1.491.680)
Efeito tributário	7.167	709.294
Planos de benefícios definidos	2.092.539	(5.947.923)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	3.811.098	(11.212.661)
Efeito tributário	(1.718.559)	5.264.738
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(3.290.154)	(8.573.016)
Resultado abrangente do período	25.881.410	24.592.575
Atribuível aos acionistas controladores	23.863.526	22.354.465
Atribuível às participações de acionistas não controladores	2.017.884	2.238.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial consolidado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[13]	20.079.736	17.327.745
Depósitos no Banco Central do Brasil	[14]	115.697.589	101.805.900
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.573.453.419	1.457.710.873
Empréstimos a instituições financeiras	[15]	409.247.199	442.666.500
Empréstimos a clientes	[19],[20]	1.020.552.099	911.281.198
Títulos e valores mobiliários	[18]	88.445.564	53.098.497
Outros ativos financeiros	[25]	55.208.557	50.664.678
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	18.829.091	14.173.304
Instrumentos de dívida e patrimônio		6.161.376	12.199.618
Derivativos		12.667.715	1.973.686
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[17]	484.298.095	401.442.335
Ativos não circulantes mantidos para venda		141.065	134.755
Investimentos em coligadas e joint ventures	[21]	21.823.293	22.215.047
Ativo imobilizado	[23]	16.396.970	14.118.006
De uso		11.962.858	10.299.022
De direito de uso		4.434.112	3.818.984
Ativos intangíveis	[24]	11.350.419	10.801.929
Ativos fiscais		86.619.721	70.722.116
Correntes		12.047.149	9.630.569
Diferidos	[30]	74.572.572	61.091.547
Outros ativos	[25]	50.029.799	43.426.442
Total do ativo		2.398.719.197	2.153.878.452
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.102.659.213	1.884.405.380
Recursos de clientes	[26]	873.710.691	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	[27]	724.024.327	651.190.724
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	[28]	325.565.244	284.156.307
Outros passivos financeiros	[25]	179.358.951	137.114.546
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	8.266.681	2.509.742
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[29]	23.779.021	18.725.677
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	[33]	2.319.992	3.061.360
Passivos fiscais		22.451.418	17.765.460
Correntes		7.750.780	4.889.032
Diferidos	[30]	14.700.638	12.876.428
Outros passivos	[25]	55.006.528	53.840.507
Total do passivo		2.214.482.853	1.980.308.126
Patrimônio líquido	[31]		
Capital social		120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível a capital principal		5.100.000	6.100.000
Ações em tesouraria		(263.523)	(268.255)
Reservas de capital		6.638.527	6.634.358
Reservas de lucros		81.215.405	61.154.159
Outros resultados abrangentes acumulados		(17.691.814)	(15.196.480)
Resultados acumulados não apropriados		(15.375.577)	(9.188.503)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		179.623.018	169.235.279
Participações de acionistas não controladores		4.613.326	4.335.047
Total do patrimônio líquido		184.236.344	173.570.326
Total do passivo e patrimônio líquido		2.398.719.197	2.153.878.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes				Resultados acumulados não apropriados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/ (perdas) com hedge/ outros				
Saldos em 31/12/2022	90.000.023	7.100.000	(272.570)	6.630.709	70.142.173	(2.632.077)	(1.845.703)	(3.193.840)	(18.360)	(6.253.161)	159.657.194	3.860.558	163.517.752
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	29.860.965	29.860.965	3.304.626	33.165.591
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	905.085	(5.947.436)	(2.098.711)	(365.438)	--	(7.506.500)	(1.066.516)	(8.573.016)
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	905.085	(5.947.436)	(2.098.711)	(365.438)	29.860.965	22.354.465	2.238.110	24.592.575
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)	--	(1.000.000)
Aumento de capital – capitalização de reservas	29.999.977	--	--	--	(29.999.977)	--	--	--	--	--	--	--	--
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.315	3.649	--	--	--	--	--	--	7.964	--	7.964
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.887	8.887	21.572	30.459
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	31.198.574	--	--	--	--	(31.198.574)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 31.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(208.380)	(208.380)	--	(208.380)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(10.186.611)	--	--	--	--	(2.842.642)	(13.029.253)	(1.907.178)	(14.936.431)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(230.370)	(230.370)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.444.402	1.444.402	352.355	1.796.757
Saldos em 31/12/2023	120.000.000	6.100.000	(268.255)	6.634.358	61.154.159	(1.726.992)	(7.793.139)	(5.292.551)	(383.798)	(9.188.503)	169.235.279	4.335.047	173.570.326
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	26.358.860	26.358.860	2.812.704	29.171.564
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(4.322.689)	2.091.678	666.975	(931.298)	--	(2.495.334)	(794.820)	(3.290.154)
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	(4.322.689)	2.091.678	666.975	(931.298)	26.358.860	23.863.526	2.017.884	25.881.410
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)	--	(1.000.000)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.732	4.169	--	--	--	--	--	--	8.901	--	8.901
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	10.279	10.279	(17.212)	(6.933)
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	31.703.479	--	--	--	--	(31.703.479)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 31.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(214.184)	(214.184)	--	(214.184)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(11.642.233)	--	--	--	--	(3.532.506)	(15.174.739)	(2.338.436)	(17.513.175)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(89.923)	(89.923)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.893.956	2.893.956	705.966	3.599.922
Saldos em 31/12/2024	120.000.000	5.100.000	(263.523)	6.638.527	81.215.405	(6.049.681)	(5.701.461)	(4.625.576)	(1.315.096)	(15.375.577)	179.623.018	4.613.326	184.236.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Exercício/2024	Exercício/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	29.171.564	33.165.591
Ajustado por:	46.122.887	55.646.244
Perda líquida esperada com empréstimos a clientes	51.818.134	29.660.622
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11.701.066	8.376.741
Ganhos líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	3.350.977	(1.572.694)
Depreciação de ativo imobilizado	2.642.297	2.836.148
Amortização de ativos intangíveis	2.467.259	2.356.219
Provisão para desvalorização de valores e bens	32.961	39.568
Perdas líquidas de capital em outros ativos	29.959	45.397
Provisão/(reversão) líquida esperada com empréstimos a instituições financeiras	(28.661)	(22.707)
Reversões de perda por impairment sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	(174.670)	(136.381)
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(307.933)	(204.390)
Perdas líquidas sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(508.177)	(53.648)
Impostos sobre a renda	(1.460.975)	7.981.600
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(2.291.681)	(2.477.943)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(7.476.884)	(7.094.163)
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(13.813.379)	15.866.370
Outros	142.594	45.505
Variação nos ativos e passivos operacionais	51.913.647	(72.071.050)
Variação líquida em depósitos no Banco Central do Brasil	(15.891.688)	(4.686.816)
Variação líquida em empréstimos a instituições financeiras	58.863.399	(32.259.028)
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(4.655.787)	(2.095.292)
Variação líquida em empréstimos a clientes	(161.311.536)	(107.795.053)
Variação líquida de ativos não circulantes mantidos para venda	(128.989)	(13.369)
Variação líquida em outros ativos	(8.115.618)	(1.511.331)
Variação líquida em recursos de clientes	61.766.888	58.680.756
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.756.939	(255.055)
Variação líquida em recursos de instituições financeiras	72.833.603	(1.731.996)
Variação líquida em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	43.955.082	71.095.877
Variação líquida em outros passivos	8.878.866	(45.980.083)
Caixa pago em impostos sobre a renda	(10.037.512)	(5.519.660)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	127.208.098	16.740.785



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	Exercício/2024	Exercício/2023
Atividades de investimento		
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(397.865.334)	(184.899.066)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	342.377.143	211.956.434
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(45.967.992)	(6.555.228)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	6.425.414	831.589
Compra de ativo imobilizado	(2.972.315)	(3.021.920)
Venda de ativo imobilizado	3.223	3.350
Aquisição de ativos intangíveis	(2.773.925)	(2.009.620)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	7.294.472	5.251.011
Aporte de capital social - Broto S.A.	(13.500)	(31.200)
Resgate de ações Cateno	--	115.720
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(93.492.814)	21.641.070
Atividades de financiamento		
Liquidação de passivos de longo prazo	(11.071.945)	(19.868.534)
Captação de passivos de longo prazo	7.525.800	2.183.000
Liquidação de arrendamentos	(1.038.927)	(1.039.896)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(14.824.290)	(12.956.523)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(1.739.256)	(2.401.800)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(212.616)	(258.197)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(21.361.234)	(34.341.950)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	12.354.050	4.039.905
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	56.999.814	68.826.279
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	13.813.379	(15.866.370)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	83.167.243	56.999.814
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	12.354.050	4.039.905
Informações complementares		
Caixa pago em juros	(163.389.477)	(166.525.791)
Caixa recebido em juros	272.357.332	246.109.827

Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	(122.679)	(82.087)
Dividendos declarados e não pagos	2.731.797	2.381.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do valor adicionado

	Nota	Exercício/2024	Exercício/2023
Receitas		267.306.434	279.252.127
Intermediação financeira		273.845.979	266.644.092
Prestação de serviços		41.166.437	37.961.219
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(47.705.982)	(25.353.184)
Empréstimos a clientes		(43.997.920)	(23.171.571)
Empréstimos a instituições financeiras		28.661	22.707
Outros instrumentos financeiros		(3.736.723)	(2.204.320)
Despesas de intermediação financeira		(168.990.827)	(176.689.874)
Insumos adquiridos de terceiros		(34.083.194)	(27.740.410)
Materiais, energia e outros	12	(7.332.906)	(6.382.979)
Serviços contratados de terceiros	12	(868.183)	(932.626)
Outras		(25.882.105)	(20.424.805)
Atualização de obrigações atuariais	10	(1.344.921)	(1.292.032)
Bônus de relacionamento negocial	10	(1.376.665)	(1.313.975)
Falhas em serviço e perdas operacionais	10	(257.484)	(369.683)
Outras		(22.903.035)	(17.449.115)
Valor adicionado bruto		64.232.413	74.821.843
Depreciação e amortização		(5.109.556)	(5.192.367)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		59.122.857	69.629.476
Valor adicionado recebido em transferência		7.476.884	7.094.163
Resultado de equivalência patrimonial		7.476.884	7.094.163
Valor adicionado total a distribuir		66.599.741	76.723.639
Distribuição do valor adicionado		66.599.741	76.723.639
Pessoal	11	29.858.070	27.452.532
Remuneração direta		18.021.955	16.437.588
Benefícios		5.194.681	4.788.171
FGTS		922.693	866.397
Outros encargos		5.718.741	5.360.376
Impostos, taxas e contribuições		7.256.175	15.957.644
Federais		4.896.375	12.990.259
Estaduais		672	749
Municipais		2.359.128	2.966.636
Remuneração de capitais de terceiros		313.932	147.872
Aluguéis	12	313.932	147.872
Remuneração de capitais próprios		29.171.564	33.165.591
Juros sobre o capital próprio da União	31	6.295.523	5.673.424
Juros sobre o capital próprio de outros acionistas	31	6.295.521	5.673.423
Dividendos da União	31	1.291.848	841.203
Dividendos de outros acionistas	31	1.291.847	841.203
Dividendos de acionistas não controladores		2.338.436	1.907.178
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		214.184	208.380
Lucro retido		10.969.937	16.623.332
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		474.268	1.397.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



1– O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil", "Banco", "Grupo" ou "Conglomerado") é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco tem por objeto, em conjunto com suas controladas:

- a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias;
- a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas; e
- o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional (CMN):

- (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional;
- (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias;
- (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo CMN, por conta do Banco Central do Brasil (Bacen);
- (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Bacen;
- (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural;
- (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 216 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe),



Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2– Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 18/02/2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). A moeda funcional das principais subsidiárias do Grupo é detalhada no item “e” desta Nota.

c) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos das contas dos ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas foram aglutinados por similaridade e os saldos de operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios. Não foram identificadas restrições significativas para transferência de recursos intragrupo.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset, deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/12/2024	31/12/2023
				% Participação	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A. ¹	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	67,03%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ²	Corretora	Brasil	Real	68,26%	67,03%
BB Seguros Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	67,03%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ²	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Fundos de investimento					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	77,36%	90,42%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	54,67%

1 - Opera em ambiente econômico de natureza hiperinflacionária desde 2018.

2 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

3 - Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

	31/12/2024			31/12/2023		
	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros
Ativo circulante	4.501.813	25.191.697	2.058.534	3.041.513	15.207.741	1.799.622
Ativo não circulante	9.604.518	9.149.805	221.287	9.231.853	3.537.281	182.597
Passivo circulante	4.426.571	28.397.074	668.254	2.472.096	13.649.349	488.521
Passivo não circulante	592	90	--	153	17.805	--
Receitas	8.750.184	8.162.162	2.157.292	7.852.718	19.630.921	1.763.923
Resultado líquido	8.679.270	139.306	272.111	7.736.486	3.572.759	238.606
Resultado abrangente total	9.171.529	48.433	272.111	7.880.657	5.093.558	238.606
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.679.182	60.074	--	2.341.764	60.036	--
Participação de acionistas não controladores	31,74%	19,61%	--	32,97%	19,61%	--
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	2.755.040	27.318	30.346	2.585.159	700.618	18.849
Participações acumuladas de acionistas não controladores	3.072.435	1.294.463	246.428	3.231.893	995.770	107.384

d) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2024

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras - Em outubro de 2022, o IASB determinou que as entidades classifiquem dívidas como não circulantes apenas se puder evitar a sua liquidação nos 12 meses após a data de reporte. No entanto, às vezes essa liquidação pode estar condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais (covenants). Os covenants a serem cumpridos após a data de reporte não devem afetar a classificação como circulante ou não circulante, mas tal fato deve ser divulgado em nota explicativa para que os usuários entendam o risco de uma possível liquidação antecipada.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações explicando como uma entidade deve contabilizar uma venda e leaseback após a data da transação. As transações de venda e leaseback em que alguns ou todos os pagamentos de arrendamento são pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa têm maior probabilidade de serem impactados.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação - Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações que introduzem requisitos de divulgação referente às operações de forfait, como termos e condições, exposição no fluxo de caixa e detalhamento das operações, incluindo prazos de pagamento, efeitos não caixa e eventuais risco de liquidez.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras.



Normas a serem adotadas pelo Banco em períodos futuros

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e joint ventures.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio – Em agosto de 2023, o IASB adicionou requisitos ao normativo para auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é cambiável por outra e, quando não for, qual taxa aplicar na conversão.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025, sendo permitida sua adoção antecipada.

IFRS 18 – Apresentação e evidência das demonstrações financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na demonstração do resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas notas explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios previamente existentes foram mantidos, com alterações incrementais, inexistindo impactos no reconhecimento ou mensuração de itens das demonstrações financeiras. Podem ocorrer alterações na composição do “Resultado operacional”.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, devendo também serem aplicadas aos períodos comparativos. É permitida a adoção antecipada.

Alterações à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações atualizando divulgações sobre instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e adicionando novos requerimentos de divulgação para determinados instrumentos com termos contratuais ligados ao cumprimento de metas ambientais, sociais, e de governança (ASG).

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida sua adoção antecipada.

Aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11: Em 18/07/2024, o IASB emitiu documento de aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11, uma coletânea de emendas incrementais às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas melhorias são limitadas a alterações que promovam clareza textual em uma norma, ou corrijam imprevistos, lapsos ou conflitos entre requerimentos normativos.

Essas alterações são vigentes para períodos anuais iniciados em 01/01/2026, sendo permitida a adoção antecipada.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.



3– Principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas. O controle é determinado quando há poder para tomada de decisões sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida.

Conforme a IAS 29, o Banco realiza a atualização monetária das demonstrações contábeis de suas controladas cuja moeda funcional seja considerada a de uma economia hiperinflacionária, de modo que estejam refletidas em termos de unidade de mensuração coerente no final do período do relatório. A diferença resultante da atualização monetária de ativos não monetários, patrimônio líquido e itens na Demonstração do Resultado são reconhecidas pelo Banco como ganho ou perda na posição monetária líquida, em Outras receitas/despesas. As demonstrações contábeis atualizadas das investidas, expressas em moeda estrangeira, são convertidas pelas taxas de câmbio de fechamento.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (goodwill). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras receitas.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis da data de aquisição. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Na situação de combinação de negócios sob controle comum, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Perda de controle – Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido:

- (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária; e



- (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle:

- (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle;
- (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações;
- (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e
- (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas, que envolvem fundos de investimento, grupo de consórcios e veículos de securitização, as quais podem ser ou não controladas e reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

b) Compensação de ativos e passivos financeiros

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e essa compensação refletir a essência da transação.

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado do período em que surgirem, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período; e
- (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período (exceto o Banco Patagonia, que se utiliza da taxa de câmbio vigente no final do período, por estar inserido em um contexto de economia hiperinflacionária).

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações no exterior. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças



de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – Receitas e despesas decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro. Inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receita líquida de tarifas e comissões – O reconhecimento é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Caso contrário, estas receitas são reconhecidas à medida em que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas.

O reconhecimento destas receitas deve ser por um valor que reflita a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para um cliente. Em consonância com o método de saída e com as características intrínsecas das obrigações de desempenho envolvidas, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período em função do próprio tempo transcorrido. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: conta corrente, meios de pagamento, cobrança, administração de recursos de terceiros, comissão de corretagem e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

Quanto ao preço de transação destes contratos, identificam-se tarifas, anuidades, taxas e comissões com expectativa de recebimento em até doze meses.



O principal expediente prático adotado se refere à existência de componente de financiamento significativo. O componente financeiro não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o serviço prometido é transferido para o cliente e o momento no qual o cliente paga por esse serviço é de um ano ou menos.

Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures – A receita/despesa oriunda da aplicação do método de equivalência patrimonial é reconhecida na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

Receita de dividendos – É reconhecida no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e mensuração subsequente

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de capital e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

e.1) Ativos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido do custo da transação (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado) e posteriormente mensurados ao custo



amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável. As receitas financeiras geradas são registradas em receita de juros.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Empréstimos a instituições financeiras – São constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, diminuído pela perda esperada.

Empréstimos a clientes – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “(Perda)/reversão líquida esperada com empréstimos a clientes”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- (ii) revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Depósitos no Banco Central do Brasil – Os depósitos no Banco Central do Brasil se referem a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos de forma compulsória conforme determinação do Conselho Monetário Nacional. Estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Valor justo por meio do resultado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, dentre outros.



Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- (i) swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- (ii) derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, títulos emitidos por empresas não financeiras, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

e.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal.

Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado – Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos.

Passivos subsequentemente mensurados ao custo amortizado – Os principais passivos mensurados nessa categoria são:

Depósitos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.



Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas se encontra subdividido em:

- (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação, com base nas curvas históricas observadas de perdas;
- (ii) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem;
- (iii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou
- (iv) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – São baixados quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

g) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo, e a estratégia de designar o hedge e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade.



No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco determina, avalia e acompanha a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

O Banco continua aplicando os requisitos de hedge contábil previstos na IAS 39, com possibilidade de adoção prospectiva da IFRS 9, conforme decisão da Administração.

h) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito – Os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Operações em descumprimento – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. São incluídos também os créditos reestruturados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação, inclusive para os créditos renegociados.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio e o Indicador



de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas e análise qualitativa.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O Banco avalia as características do instrumento para determinação do aumento significativo do risco de crédito. Quantitativamente, após 30 dias de atraso nos pagamentos contratuais essa condição é atingida e, qualitativamente, para as operações renegociadas.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – Em geral, a migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias e essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou após 12 meses da regularização deste atraso, em que a operação é considerada curada. Em complemento à avaliação quantitativa, utiliza-se o conceito qualitativo de antecipação do descumprimento através de características do cliente que indiquem alta probabilidade de sua ocorrência, como exemplo os indicativos de insolvência civil, falência, recuperação judicial e intervenção ou liquidação extrajudicial.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- (i) Probabilidade de descumprimento;
- (ii) Perda dado o descumprimento; e
- (iii) Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada considera a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera:

- os históricos de dados disponíveis (obtidos sem custo ou esforço indevido na data de relatório sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.

Probability of Default (PD) ou Probabilidade de descumprimento – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 e 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente.

Loss Given Default (LGD) ou Perda dado o descumprimento – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

Exposure at Default (EAD) ou Exposição no momento de descumprimento – É a estimativa de exposição da operação (saldo) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. No caso de limites não canceláveis unilateralmente, atualmente relacionados ao cheque especial, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.



A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida.

i) Investimentos societários

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) – Os investimentos em joint ventures são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em joint ventures, qualquer diferença positiva entre o custo e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Coligadas – Os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial. As demais políticas contábeis aplicáveis às coligadas se equivalem àquelas aplicáveis aos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto.



Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

j) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos perdas por redução ao valor recuperável e depreciação acumulada, cujo valor é calculado utilizando o método linear pelo prazo de vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas, impactando o resultado do período.

k) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de softwares são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados se referem aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de softwares.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, o Banco efetua o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida e, ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Na hipótese de o valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por



expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como outras receitas/despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, é considerado o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) quando o Banco avalia que os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua manutenção.

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e joint ventures e ágios sobre investimentos adquiridos em combinações de negócios

O Banco aplica os requerimentos da IAS 28 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total. Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36.

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e joint ventures, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, e dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM).

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem



ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

m) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com a IFRS 16, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus termos. Os pagamentos variáveis atrelados a índices são reavaliados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como uma despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento.

n) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a



obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

o) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e



- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

p) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório e tem seu valor reduzido na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.



q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico; e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito das potenciais ações ordinárias diluíveis.

4– Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 32.

b) Perdas esperadas em instrumentos financeiros

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.



A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

No período, o Banco revisou o escopo de análise individualizada e alguns critérios de classificação por estágio de instrumentos financeiros, tendo em vista o aprimoramento nos processos de gestão de risco e maior conhecimento quanto ao comportamento da carteira. O impacto oriundo das mudanças de estimativas foi reconhecido no resultado do exercício.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada, podem ser obtidas nas Notas 3.h, 15, 17, 18 e 20.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Quando há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo. A perda reconhecida por redução ao valor recuperável é sujeita a reversão em períodos futuros, com exceção da perda reconhecida em ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

A determinação do valor recuperável de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Nota 3.L.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e julgamentos. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e julgamentos podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito



tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 30).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Informações adicionais sobre esse assunto podem ser obtidas na nota explicativa 38.

g) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor individualmente não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.



5– Aquisições, vendas e reestruturações Societárias

a) Constituição da Broto

Em 04/01/2023, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta por meio da BB Seguridade Participações S.A., foi aprovada a constituição da Broto S.A. (Broto), após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade. A Broto passou a conduzir os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, anteriormente, desenvolvida pela Brasilseg.

O Banco possui 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela. Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, coube à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estavam associados à Plataforma Broto, anteriormente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor foi aportado pelo Banco para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao Banco sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

A partir da sua constituição, o valor do investimento foi reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

6– Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos divulgáveis: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Bacen. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Bacen. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- as receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidas como receita no ato do recebimento;



- o montante do ágio resultante da aquisição de controle de uma companhia é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- vedação de correção monetária nas demonstrações financeiras decorrente de entidade que opera em economia hiperinflacionária.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 2 e 21. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtido pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2024									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	269.090.153	400.327	303.486	679.757	470.330	1.576.793	(2.313.618)	270.207.228	3.298.046	273.505.274
Despesas de juros	(164.612.398)	(390.621)	--	--	--	(821.194)	2.313.618	(163.510.595)	(5.480.232)	(168.990.827)
Receita líquida de juros	104.477.755	9.706	303.486	679.757	470.330	755.599	--	106.696.633	(2.182.186)	104.514.447
Perda líquida esperada	(37.078.907)	--	--	--	--	--	(2.588)	(37.081.495)	(10.624.487)	(47.705.982)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	67.398.848	9.706	303.486	679.757	470.330	755.599	(2.588)	69.615.138	(12.806.673)	56.808.465
Receitas não de juros	24.779.591	1.330.602	3.696.451	10.830.020	1.749.033	5.609.863	(2.696.343)	45.299.217	3.684.809	48.984.026
Receita líquida de tarifas e comissões	13.427.184	512.093	3.683.603	5.529.603	44.738	4.956.083	(1.553.600)	26.599.704	1.433.826	28.033.530
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	3.733.631	625.407	--	--	(5)	(10.724)	--	4.348.309	(656.627)	3.691.682
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	952.847	51.299	--	5.282.941	1.501.610	--	--	7.788.697	(311.813)	7.476.884
Outras receitas operacionais	6.665.929	141.803	12.848	17.476	202.690	664.504	(1.142.743)	6.562.507	3.219.423	9.781.930
Despesas não de juros	(69.451.835)	(336.625)	(626.691)	(1.129.628)	(115.728)	(3.484.987)	2.698.931	(72.446.563)	(5.635.339)	(78.081.902)
Despesas de pessoal	(28.041.426)	(39.089)	(157.772)	(89.665)	(4.503)	(532.069)	6.230	(28.858.294)	(389.872)	(29.248.166)
Outras despesas administrativas	(10.865.514)	(36.737)	(99.614)	(273.595)	(1.273)	(706.176)	1.865.575	(10.117.334)	992.409	(9.124.925)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.633.770)	(82.726)	(259.731)	(671.982)	(53.205)	(761.387)	--	(8.462.801)	(254.349)	(8.717.150)
Amortização de ativos intangíveis	(2.464.495)	--	--	(904)	--	(3.866)	--	(2.469.265)	2.006	(2.467.259)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(11.551.873)	(116.068)	15.979	(21.629)	(56)	(27.419)	--	(11.701.066)	--	(11.701.066)
Depreciação	(1.414.555)	--	--	(12)	--	(40.342)	--	(1.454.909)	(1.187.388)	(2.642.297)
Outras despesas operacionais	(8.480.202)	(62.005)	(125.553)	(71.841)	(56.691)	(1.413.728)	827.126	(9.382.894)	(4.798.145)	(14.181.039)
Lucro antes dos impostos	22.726.604	1.003.683	3.373.246	10.380.149	2.103.635	2.880.475	--	42.467.792	(14.757.203)	27.710.589
Impostos	1.269.780	(425.964)	(1.336.594)	(1.707.636)	(236.099)	(935.105)	--	(3.371.618)	4.832.593	1.460.975
Correntes	(4.768.590)	(402.637)	(1.330.308)	(1.723.343)	(176.441)	(1.103.714)	--	(9.505.033)	(1.528)	(9.506.561)
Diferidos	6.038.370	(23.327)	(6.286)	15.707	(59.658)	168.609	--	6.133.415	4.834.121	10.967.536
Lucro líquido do período	23.996.384	577.719	2.036.652	8.672.513	1.867.536	1.945.370	--	39.096.174	(9.924.610)	29.171.564
Atribuível aos acionistas controladores	23.138.268	577.719	2.036.652	5.904.692	1.867.536	1.915.023	--	35.439.890	(9.081.030)	26.358.860
Atribuível às participações de acionistas não controladores	858.116	--	--	2.767.821	--	30.347	--	3.656.284	(843.580)	2.812.704
Investimentos em coligadas e joint ventures	7.300.973	349.838	--	7.978.239	5.335.994	--	--	20.965.044	858.249	21.823.293
Ativos não circulantes	22.635.363	--	--	2.802	--	83.835	(5.713)	22.716.287	5.031.102	27.747.389
Ativo	2.436.293.461	3.917.056	4.077.799	20.852.098	11.822.038	19.706.796	(62.800.917)	2.433.868.331	(35.149.134)	2.398.719.197
Passivo	2.248.580.735	3.101.786	2.648.004	11.739.205	2.024.764	15.883.211	(40.182.122)	2.243.795.583	(29.312.730)	2.214.482.853
Patrimônio líquido	187.712.726	815.270	1.429.795	9.112.893	9.797.274	3.823.585	(22.618.795)	190.072.748	(5.836.404)	184.236.344



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2023									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	273.680.210	560.654	343.782	658.178	745.435	1.502.761	(2.233.926)	275.257.094	(9.818.489)	265.438.605
Despesas de juros	(183.068.745)	(637.306)	--	--	--	(716.340)	2.233.926	(182.188.465)	5.498.591	(176.689.874)
Receita líquida de juros	90.611.465	(76.652)	343.782	658.178	745.435	786.421	--	93.068.629	(4.319.898)	88.748.731
Perda líquida esperada	(28.523.282)	--	--	--	(644)	--	(929)	(28.524.855)	3.171.671	(25.353.184)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	62.088.183	(76.652)	343.782	658.178	744.791	786.421	(929)	64.543.774	(1.148.227)	63.395.547
Receitas não de juros	28.463.220	1.207.060	3.326.024	9.927.721	2.039.478	4.725.358	(2.500.986)	47.187.875	(927.006)	46.260.869
Receita líquida de tarifas e comissões	14.220.467	403.875	3.316.345	5.011.887	45.953	4.096.286	(1.382.055)	25.712.758	602.842	26.315.600
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(634.444)	680.237	(1)	--	(197)	(35.817)	--	9.778	(376.985)	(367.207)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	598.704	35.705	--	4.895.045	1.795.431	--	--	7.324.885	(230.722)	7.094.163
Outras receitas operacionais	14.278.493	87.243	9.680	20.789	198.291	664.889	(1.118.931)	14.140.454	(922.141)	13.218.313
Despesas não de juros	(64.651.984)	(199.471)	(575.981)	(1.068.362)	(166.792)	(3.008.407)	2.501.915	(67.169.082)	(1.340.143)	(68.509.225)
Despesas de pessoal	(26.712.914)	(30.446)	(150.364)	(86.106)	(6.287)	(422.948)	6.205	(27.402.860)	552.679	(26.850.181)
Outras despesas administrativas	(10.250.596)	(31.840)	(87.790)	(269.744)	(1.200)	(650.261)	1.677.651	(9.613.780)	1.547.952	(8.065.828)
Contribuições, taxas e outros impostos	(7.011.779)	(70.531)	(242.027)	(612.911)	(75.071)	(592.257)	--	(8.604.576)	628.532	(7.976.044)
Amortização de ativos intangíveis	(2.352.347)	--	--	(850)	--	(4.107)	--	(2.357.304)	1.085	(2.356.219)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(8.789.992)	19	(1.514)	(16.116)	(190)	(95.984)	--	(8.903.777)	527.036	(8.376.741)
Depreciação	(1.588.026)	--	--	(20)	--	(43.908)	--	(1.631.954)	(1.204.194)	(2.836.148)
Outras despesas operacionais	(7.946.330)	(66.673)	(94.286)	(82.615)	(84.044)	(1.198.942)	818.059	(8.654.831)	(3.393.233)	(12.048.064)
Lucro antes dos impostos	25.899.419	930.937	3.093.825	9.517.537	2.617.477	2.503.372	--	44.562.567	(3.415.376)	41.147.191
Impostos	(2.653.804)	(394.479)	(1.213.779)	(1.546.111)	(345.846)	(801.738)	--	(6.955.757)	(1.025.843)	(7.981.600)
Correntes	(3.223.970)	(305.803)	(976.088)	(1.551.581)	(287.848)	(978.729)	--	(7.324.019)	113.446	(7.210.573)
Diferidos	570.166	(88.676)	(237.691)	5.470	(57.998)	176.991	--	368.262	(1.139.289)	(771.027)
Lucro líquido do período	23.245.615	536.458	1.880.046	7.971.426	2.271.631	1.701.634	--	37.606.810	(4.441.219)	33.165.591
Atribuível aos acionistas controladores	22.142.188	536.458	1.880.046	5.305.841	2.271.631	1.682.787	--	33.818.951	(3.957.986)	29.860.965
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.103.427	--	--	2.665.585	--	18.847	--	3.787.859	(483.233)	3.304.626
Investimentos em coligadas e joint ventures	7.115.552	284.755	--	8.467.509	5.223.258	--	--	21.091.074	1.123.973	22.215.047
Ativos não circulantes	20.687.370	--	--	3.610	--	267.090	(3.842)	20.954.228	3.965.707	24.919.935
Ativo	2.174.708.790	6.102.551	3.716.268	17.533.255	12.063.823	15.984.927	(57.629.631)	2.172.479.983	(18.601.531)	2.153.878.452
Passivo	2.004.064.825	5.228.560	2.285.764	8.315.482	2.452.790	12.522.787	(35.466.312)	1.999.403.896	(19.095.770)	1.980.308.126
Patrimônio líquido	170.643.965	873.991	1.430.504	9.217.773	9.611.033	3.462.140	(22.163.319)	173.076.087	494.239	173.570.326



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2024	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2024
Ativo	2.202.752.833	375.672.965	(179.706.601)	195.966.364	2.398.719.197
Receitas	293.834.416	42.918.225	(14.263.341)	28.654.884	322.489.300
Despesas (inclui impostos)	(271.209.087)	(32.141.783)	10.033.134	(22.108.649)	(293.317.736)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	21.694.438	10.246.358	(4.230.207)	6.016.151	27.710.589
Lucro/(prejuízo) líquido	22.625.329	10.776.442	(4.230.207)	6.546.235	29.171.564

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2023	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2023
Ativo	2.041.546.052	271.125.004	(158.792.604)	112.332.400	2.153.878.452
Receitas	296.178.013	28.818.733	(13.297.272)	15.521.461	311.699.474
Despesas (inclui impostos)	(259.869.154)	(26.994.914)	8.330.185	(18.664.729)	(278.533.883)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	42.333.225	3.781.053	(4.967.087)	(1.186.034)	41.147.191
Lucro/(prejuízo) líquido	36.308.859	1.823.819	(4.967.087)	(3.143.268)	33.165.591

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Receitas por segmento

	Exercício/2024					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	269.090.153	400.327	303.486	679.757	470.330	1.576.793
Receitas de clientes externos	268.686.660	399.363	38.111	183.667	560	898.867
Receitas de transações intersegmentos	403.493	964	265.375	496.090	469.770	677.926
Receita não de juros	24.779.591	1.330.602	3.696.451	10.830.020	1.749.033	5.609.863
Receitas de clientes externos	24.000.320	1.325.165	3.696.437	10.830.020	1.749.033	3.465.074
Receitas de transações intersegmentos	779.271	5.437	14	--	--	2.144.789

	Exercício/2023					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	273.680.210	560.654	343.782	658.178	745.435	1.502.761
Receitas de clientes externos	273.025.847	560.245	129.396	162.569	461.342	917.695
Receitas de transações intersegmentos	654.363	409	214.386	495.609	284.093	585.066
Receita não de juros	28.463.220	1.207.060	3.326.024	9.927.721	2.039.478	4.725.358
Receitas de clientes externos	27.646.848	1.200.554	3.326.024	9.927.721	2.039.478	2.872.111
Receitas de transações intersegmentos	816.372	6.506	--	--	--	1.853.247

7- Receita líquida de juros

	Exercício/2024	Exercício/2023
Receitas de juros	273.505.274	265.438.605
Empréstimos a clientes	142.633.064	131.618.547
Empréstimos a instituições financeiras	51.771.221	60.301.701
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	50.802.832	48.242.868
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	12.248.908	6.481.399
Depósitos no Banco Central do Brasil	7.023.946	7.393.870
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.533.311	2.553.611
Outras receitas de juros ¹	7.491.992	8.846.609
Despesas de juros	(168.990.827)	(176.689.874)
Recursos de instituições financeiras	(78.829.937)	(83.760.232)
Recursos de clientes	(59.823.729)	(61.430.066)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(29.440.582)	(30.880.708)
Outras despesas de juros	(896.579)	(618.868)
Receita líquida de juros	104.514.447	88.748.731

1 - Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8– Receita líquida de tarifas e comissões

	Exercício/2024	Exercício/2023
Receita de tarifas e comissões	33.198.229	30.793.316
Prestação de serviços a clientes	12.304.658	12.532.085
Conta corrente	5.909.759	5.906.560
Rendas de cartões	2.206.824	2.385.699
Cobrança	1.225.004	1.347.843
Arrecadações	990.394	1.000.394
Rendas do mercado de capitais	712.047	605.032
Operações de crédito e cadastro	639.600	792.563
Interbancária e transferência de recursos	85.248	154.555
Câmbio	62.956	68.565
Outros	472.826	270.874
Administração de recursos de terceiros	12.525.504	11.149.747
Fundos de investimento	9.265.909	8.304.211
Consórcios	2.950.892	2.512.631
Tesouro nacional e fundos oficiais	308.703	332.905
Comissões	5.942.368	5.382.153
Comercialização de seguros	5.093.686	4.599.862
Comercialização de produtos de capitalização	563.644	545.427
Comercialização de produtos de previdência	285.038	236.864
Garantias prestadas	154.594	121.925
Outros serviços	2.271.105	1.607.406
Despesa de tarifas e comissões	(5.164.699)	(4.477.716)
Prestação de serviços	(4.502.171)	(3.887.634)
Despesas de comissões	(3.818)	(2.669)
Outros serviços	(658.710)	(587.413)
Receita líquida de tarifas e comissões	28.033.530	26.315.600

9– Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo

	Exercício/2024	Exercício/2023
Ao valor justo por meio do resultado	4.495.668	(420.855)
Instrumentos financeiros derivativos	4.640.038	(1.424.941)
Outros instrumentos financeiros	(144.370)	1.004.086
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	508.177	53.648
Instrumentos de dívida	508.177	53.648
Ao custo amortizado	(1.312.163)	--
Instrumentos de dívida	(1.312.163)	--
Total	3.691.682	(367.207)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10– Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas

	Exercício/2024	Exercício/2023
Títulos e créditos a receber	2.942.585	2.714.715
Atualização de ativo atuarial	2.672.448	2.949.618
Recuperação de encargos e despesas	2.387.834	1.810.940
Operações com cartões	1.432.208	1.043.654
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1	1.102.225	954.017
Reversão de provisões para pagamentos diversos	477.329	195.884
Clube de Benefícios	459.127	403.310
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	307.933	204.390
Ganhos de capital	67.360	106.481
Outras	1.283.858	1.262.610
Total	13.132.907	11.645.619

b) Outras despesas

	Exercício/2024	Exercício/2023
Perdas na posição monetária líquida ¹	(4.517.328)	(2.982.208)
Serviços de terceiros	(1.599.658)	(1.411.754)
Bônus de relacionamento negocial	(1.376.665)	(1.313.975)
Atualização de obrigações atuariais	(1.344.921)	(1.292.032)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(820.896)	(657.887)
Despesas de transporte	(569.024)	(529.442)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(485.399)	(424.365)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(257.484)	(369.683)
Comissões por recebimento de créditos	(93.341)	(94.568)
Perdas de capital	(91.250)	(88.429)
Atualização de valores a liberar	(49.926)	(45.183)
Operações com cartões	(46.095)	(49.289)
Outras	(2.929.052)	(2.789.249)
Total	(14.181.039)	(12.048.064)

1 – Ajustes de hiperinflação sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29, a partir do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 7.694 pontos de 01/01 a 31/12/2024 e de 3.533 pontos de 01/01 a 31/12/2023.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11– Despesas de pessoal

	Exercício/2024	Exercício/2023
Proventos	(12.809.451)	(11.443.487)
Participação nos lucros ¹	(4.537.341)	(4.328.027)
Benefícios	(4.056.083)	(3.740.357)
Encargos sociais	(3.946.593)	(3.631.986)
Provisões administrativas de pessoal	(2.694.841)	(2.594.787)
Previdência complementar	(1.074.820)	(991.156)
Honorários de diretores e conselheiros	(65.259)	(63.723)
Treinamentos	(63.778)	(56.658)
Total	(29.248.166)	(26.850.181)

1 – Inclui o montante de R\$ 11.433 mil no Exercício/2024 (R\$ 11.922 mil no Exercício/2023) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 31.I).

12– Outras despesas administrativas

	Exercício/2024	Exercício/2023
Serviços de vigilância e segurança	(1.432.744)	(1.316.228)
Processamento de dados	(1.174.657)	(1.090.676)
Manutenção e conservação de bens	(903.846)	(800.417)
Serviços contratados de terceiros	(868.183)	(932.626)
Serviços técnicos especializados	(748.941)	(594.222)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(609.904)	(602.351)
Propaganda e publicidade	(567.213)	(493.128)
Comunicações	(533.588)	(489.849)
Água, energia e gás	(520.673)	(483.216)
Promoções e relações públicas	(323.440)	(269.983)
Aluguéis	(313.932)	(147.872)
Contribuições filantrópicas	(249.768)	(134.463)
Viagens	(162.992)	(129.797)
Transporte	(156.945)	(125.131)
Material de escritório e similar	(55.511)	(28.036)
Outras	(502.588)	(427.833)
Total	(9.124.925)	(8.065.828)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13– Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	20.079.736	17.327.745
Disponibilidades em moeda nacional	10.475.377	9.894.579
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.604.359	7.433.166
Depósitos no Banco Central do Brasil	--	1.999.999
Aplicações voluntárias no Banco Central	--	1.999.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	63.087.507	37.672.070
Aplicações em operações compromissadas	14.609	6.457.559
Aplicações em depósitos interfinanceiros	63.072.898	29.458.139
Aplicações em moedas estrangeiras	--	1.756.372
Total de caixa e equivalentes de caixa	83.167.243	56.999.814

1 – Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

14– Depósitos no Banco Central do Brasil

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de poupança	43.201.622	40.905.905
Depósitos à vista	21.795.371	6.999.866
Depósitos a prazo	44.691.381	35.616.486
Conta de pagamento instantâneo	5.791.626	15.946.221
Depósitos de moeda eletrônica	214.923	260.638
Recursos de microfinanças	2.666	76.785
Aplicações voluntárias no Banco Central	--	1.999.999
Total	115.697.589	101.805.900



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15- Empréstimos a instituições financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em operações compromissadas	322.190.443	393.782.584
Re vendas a liquidar - posição bancada	218.735	95.066.521
Letras do Tesouro Nacional	--	45.467.277
Notas do Tesouro Nacional	--	43.417.921
Letras Financeiras do Tesouro	--	3.099
Outros títulos	218.735	6.178.224
Re vendas a liquidar - posição financiada	321.971.708	298.716.063
Notas do Tesouro Nacional	198.315.177	273.212.838
Letras do Tesouro Nacional	62.007.710	24.785.663
Letras Financeiras do Tesouro	60.203.375	--
Outros títulos	1.445.778	717.817
Perdas esperadas em outros títulos	(332)	(255)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	77.601.749	38.375.297
Aplicações em depósitos interfinanceiros	77.606.768	38.378.395
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(5.019)	(3.098)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	9.455.007	10.508.619
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	9.455.007	10.539.278
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	--	(30.659)
Total	409.247.199	442.666.500

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2023	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2024
Outros títulos	(255)	(77)	(332)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(3.098)	(1.921)	(5.019)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(30.659)	30.659	--
Total	(34.012)	28.661	(5.351)

	Saldo em 31/12/2022	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2023
Outros títulos	(194)	(61)	(255)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(53.208)	50.110	(3.098)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(3.317)	(27.342)	(30.659)
Total	(56.719)	22.707	(34.012)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16– Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

a) Títulos e valores mobiliários

Valor justo dos ativos financeiros

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	5.351.032	107.662	5.458.694	11.194.676	364.513	11.559.189
Títulos públicos federais brasileiros	2.961.827	(33.237)	2.928.590	6.669.090	181.657	6.850.747
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.428.965	(53.331)	1.375.634	3.425.797	45.734	3.471.531
Títulos de governos estrangeiros	322.469	220.160	542.629	231.445	155.519	386.964
Títulos emitidos por empresas financeiras	423.876	(19.063)	404.813	705.105	(17.271)	687.834
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	213.895	(6.867)	207.028	163.239	(1.126)	162.113
Instrumentos de patrimônio	609.165	93.517	702.682	572.663	67.766	640.429
Fundos mútuos de investimento	521.280	93.407	614.687	343.397	80.156	423.553
Ações	87.885	110	87.995	229.266	(12.390)	216.876
Total	5.960.197	201.179	6.161.376	11.767.339	432.279	12.199.618

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros para a categoria valor justo por meio do resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Derivativos

Ativos	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	5.256.203	1.288.915	6.545.118	881.898	(262.935)	618.963
Swaps	2.642.806	276.468	2.919.274	1.110.225	108.003	1.218.228
Opções	917.599	1.931.166	2.848.765	240.834	(130.680)	110.154
Outros ¹	372.200	(17.642)	354.558	33.238	(6.897)	26.341
Total	9.188.808	3.478.907	12.667.715	2.266.195	(292.509)	1.973.686

Passivos	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	(6.172.015)	316.157	(5.855.858)	(942.735)	(155.733)	(1.098.468)
Opções	(1.136.950)	(115.759)	(1.252.709)	(302.080)	(168.850)	(470.930)
Operações a termo	(1.362.847)	212.443	(1.150.404)	(1.167.816)	346.001	(821.815)
Outros ¹	(67.040)	59.330	(7.710)	(100.369)	(18.160)	(118.529)
Total	(8.738.852)	472.171	(8.266.681)	(2.513.000)	3.258	(2.509.742)

1 - Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 35. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

c) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de futuros				
Compromissos de compra	60.071.224	--	28.550.980	--
Risco de moedas	12.711.774	--	19.422.345	--
Risco de taxa de juros	43.025.122	--	8.512.528	--
Outros riscos	4.334.328	--	616.107	--
Compromissos de venda	25.204.056	--	19.872.132	--
Risco de taxa de juros	940.469	--	15.480.040	--
Risco de moedas	2.605.605	--	831.819	--
Outros riscos	21.657.982	--	3.560.273	--
Contratos de operações a termo				
Posição ativa	46.912.098	6.545.118	14.030.620	618.963
Risco de moedas	41.482.891	5.089.401	11.642.225	436.368
Outros riscos	5.429.207	1.455.717	2.388.395	182.595
Posição passiva	23.531.196	(1.150.404)	17.063.538	(821.815)
Risco de moedas	22.591.116	(1.081.183)	16.299.577	(797.575)
Outros riscos	940.080	(69.221)	763.961	(24.240)
Contratos de opções				
Posição comprada	31.376.035	2.848.765	5.060.860	110.154
Risco de moedas	31.376.035	2.848.765	5.060.860	110.154
Posição vendida	30.242.517	(1.252.709)	5.760.299	(470.930)
Risco de moedas	29.650.194	(1.235.001)	5.079.345	(449.303)
Risco de taxa de juros	21.991	(127)	61.292	(2.671)
Outros riscos	570.332	(17.581)	619.662	(18.956)
Contratos de swap				
Posição ativa	26.545.155	2.919.274	16.537.484	1.218.228
Risco de taxa de juros	2.306.447	228.699	12.835.313	963.642
Risco de moedas	24.238.708	2.690.575	3.702.171	254.586
Posição passiva	52.129.086	(5.855.858)	13.434.545	(1.098.468)
Risco de taxa de juros	1.637.355	(137.315)	6.920.047	(362.319)
Risco de moedas	50.491.731	(5.718.543)	5.577.463	(562.461)
Outros riscos	--	--	937.035	(173.688)
Outros contratos de derivativos				
Posição ativa	10.476.252	354.558	1.796.868	26.341
Risco de moedas	10.476.252	354.558	1.796.868	26.341
Posição passiva	1.063.036	(7.710)	5.442.909	(118.529)
Risco de moedas	1.063.036	(7.710)	5.442.909	(118.529)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da carteira de derivativos por prazo de vencimento

Valor de referência - posição ativa	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de futuros	9.190.050	24.512.949	9.938.888	16.429.337	60.071.224	28.550.980
Contratos de operações a termo	2.927.886	26.771.832	11.791.840	5.420.540	46.912.098	14.030.620
Contratos de opções	1.098.299	5.592.522	8.207.735	16.477.479	31.376.035	5.060.860
Contratos de swap	7.108.948	4.370.989	901.623	14.163.595	26.545.155	16.537.484
Outros contratos de derivativos	2.475.552	5.564.973	2.435.727	--	10.476.252	1.796.868

Valor de referência - posição passiva	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de futuros	465.191	9.892.548	5.764.483	9.081.834	25.204.056	19.872.132
Contratos de operações a termo	2.674.493	8.971.116	3.782.968	8.102.619	23.531.196	17.063.538
Contratos de opções	1.082.707	5.398.353	8.526.467	15.234.990	30.242.517	5.760.299
Contratos de swap	9.741.320	15.989.156	6.392.664	20.005.946	52.129.086	13.434.545
Outros contratos de derivativos	518.034	54.043	490.959	--	1.063.036	5.442.909

e) Hedge contábil

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos Futuros e Swaps).

e.1) Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor justo como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor justo dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor justo

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de hedge ¹		
Ativo	2.463.809	--
Swap	2.463.809	--
Passivo	(959.009)	(6.185.280)
Swap	(912.761)	(287.888)
Futuro	(46.248)	(5.897.392)
Itens objeto de hedge		
Ativo	3.115.326	8.298.827
Títulos e valores mobiliários	--	5.852.224
Empréstimos a instituições financeiras	3.069.133	2.396.937
Empréstimos a clientes	46.193	49.666
Passivo	(4.599.883)	(2.090.360)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(4.599.883)	(2.090.360)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2024	Exercício/2023
Ganhos dos itens objeto de hedge	670.714	284.714
Perdas dos instrumentos de hedge	(682.283)	(288.627)
Efeito líquido	(11.569)	(3.913)

e.2) Hedge de investimento líquido em operação no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido em operação no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Americas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido em operação no exterior

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de hedge		
Passivo	(1.760.174)	(1.233.083)
Futuros	(1.760.174)	(1.233.083)
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.752.023	1.225.924
Investimento líquido no exterior	1.752.023	1.225.924

Em estruturas de proteção de investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – Hedge de investimento líquido em operação no exterior" (Nota 31.g). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2024	Exercício/2023
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	363.896	(66.916)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(358.805)	66.916
Efeito líquido ¹	5.091	--

1 – No Exercício/2024 foi reconhecida a perda de R\$ 4.804 (ganho de R\$ 7.912 mil no Exercício/2023) no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17– Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/12/2024				31/12/2023			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida	491.393.427	(8.356.598)	(361.990)	482.674.839	402.268.910	(2.252.799)	(85.923)	399.930.188
Títulos públicos federais brasileiros	392.817.525	(6.284.602)	--	386.532.923	329.647.501	134.538	--	329.782.039
Títulos emitidos por empresas não financeiras	68.898.556	(537.325)	(150.953)	68.210.278	55.794.062	(1.683.898)	(47.147)	54.063.017
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	14.983.443	(1.839.273)	(2.533)	13.141.637	10.682.435	(855.998)	(616)	9.825.821
Títulos de governos estrangeiros	9.182.318	279.558	(208.504)	9.253.372	4.868.184	92.775	(38.160)	4.922.799
Títulos emitidos por empresas financeiras	5.511.585	25.044	--	5.536.629	1.276.728	59.784	--	1.336.512
Instrumentos de patrimônio ¹	1.552.869	71.472	(1.085)	1.623.256	1.431.118	86.541	(5.512)	1.512.147
Fundos mútuos de investimento	1.399.814	(24.955)	(1.085)	1.373.774	1.431.118	86.541	(5.512)	1.512.147
Ações	153.055	96.427	--	249.482	--	--	--	--
Total	492.946.296	(8.285.126)	(363.075)	484.298.095	403.700.028	(2.166.258)	(91.435)	401.442.335

1 – Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2022	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2023	(Constituição) / reversão	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Perdas esperadas						
Títulos de governos estrangeiros	(50.314)	12.154	(38.160)	(170.344)	--	(208.504)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(26.908)	(20.239)	(47.147)	(1.941.123)	1.837.317	(150.953)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(50.112)	49.496	(616)	(1.917)	--	(2.533)
Fundos mútuos de investimento	(1.608)	(3.904)	(5.512)	4.427	--	(1.085)
Total	(128.942)	37.507	(91.435)	(2.108.957)	1.837.317	(363.075)

Instrumentos de dívida e patrimônio por estágio

	31/12/2024				31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida e de patrimônio								
Títulos públicos federais brasileiros	386.532.923	--	--	386.532.923	329.782.039	--	--	329.782.039
Títulos emitidos por empresas não financeiras	67.566.225	163.587	480.466	68.210.278	51.907.205	175.271	1.980.541	54.063.017
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	13.141.637	--	--	13.141.637	9.825.821	--	--	9.825.821
Títulos de governos estrangeiros	9.253.372	--	--	9.253.372	4.922.799	--	--	4.922.799
Títulos emitidos por empresas financeiras	5.536.629	--	--	5.536.629	1.336.512	--	--	1.336.512
Fundos mútuos de investimento	1.373.774	--	--	1.373.774	1.512.147	--	--	1.512.147
Ações	249.482	--	--	249.482	--	--	--	--
Total	483.654.042	163.587	480.466	484.298.095	399.286.523	175.271	1.980.541	401.442.335



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Valor justo dos ativos financeiros vinculados

	31/12/2024	31/12/2023
Compromissos de recompra	300.441.904	269.653.535
Prestação de garantia	19.589.471	6.340.560
Total	320.031.375	275.994.095

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Movimentação entre os estágios de perdas esperadas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2022	(115.135)	--	(13.807)	(128.942)
Transferidos para o estágio 3	1.287	10.135	--	11.422
Oriundos do estágio 1	--	--	(1.287)	(1.287)
Oriundos do estágio 2	--	--	(10.135)	(10.135)
Outras movimentações ¹	42.068	(10.135)	5.574	37.507
Saldo em 31/12/2023	(71.780)	--	(19.655)	(91.435)
Transferidos para o estágio 3	17.278	--	--	17.278
Oriundos do estágio 1	--	--	(17.278)	(17.278)
Outras movimentações ¹	(13.413)	--	(258.227)	(271.640)
Saldo em 31/12/2024	(67.915)	--	(295.160)	(363.075)

1 - Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18– Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	31/12/2024					31/12/2023				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida										
Títulos emitidos por empresas não financeiras	24.794.383	22.097.951	3.828.985	5.661.912	56.383.231	17.330.614	17.294.529	5.394.216	4.237.730	44.257.089
Títulos emitidos por empresas financeiras	--	22.182.113	--	3	22.182.116	196.610	--	--	3	196.613
Títulos de governos estrangeiros	1.863.386	6.729.049	--	--	8.592.435	1.538.592	632.932	--	--	2.171.524
Títulos públicos federais brasileiros	719.225	2.341.550	--	--	3.060.775	5.883.798	1.175.161	--	--	7.058.959
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	--	1.650.208	--	--	1.650.208	1.149.372	1.276.870	--	--	2.426.242
Subtotal	27.376.994	55.000.871	3.828.985	5.661.915	91.868.765	26.098.986	20.379.492	5.394.216	4.237.733	56.110.427
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(425.743)	(855.326)	(59.545)	(2.082.587)	(3.423.201)	(118.062)	(92.190)	(24.402)	(2.777.276)	(3.011.930)
Total	26.951.251	54.145.545	3.769.440	3.579.328	88.445.564	25.980.924	20.287.302	5.369.814	1.460.457	53.098.497

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2022	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2023	(Constituição) / reversão	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Perdas esperadas						
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(158.154)	(2.792.126)	(2.950.280)	(1.852.887)	1.952.407	(2.850.760)
Títulos de governos estrangeiros	(73.504)	12.054	(61.450)	(510.603)	--	(572.053)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(8.318)	8.118	(200)	(188)	--	(388)
Total	(239.976)	(2.771.954)	(3.011.930)	(2.363.678)	1.952.407	(3.423.201)

Em 2024, foi realizada a reclassificação de Títulos da BB Corretora (Letras Financeiras do Tesouro - LFT) mensurados a Valor Justo por meio do Resultado para Títulos e Valores Mobiliários mensurados ao Custo amortizado, no montante de R\$ 1.668.707 mil.

Em 2023, não foram reclassificados ativos financeiros da categoria títulos e valores mobiliários ao custo amortizado



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumento de dívida por estágios

	31/12/2024				31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida								
Títulos emitidos por empresas não financeiras	47.608.113	2.373.845	6.401.273	56.383.231	38.266.924	634.858	5.355.307	44.257.089
Títulos emitidos por empresas financeiras	22.182.116	--	--	22.182.116	196.613	--	--	196.613
Títulos de governos estrangeiros	8.592.435	--	--	8.592.435	2.171.524	--	--	2.171.524
Títulos públicos federais brasileiros	3.060.775	--	--	3.060.775	7.058.959	--	--	7.058.959
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.650.208	--	--	1.650.208	2.426.242	--	--	2.426.242
Subtotal	83.093.647	2.373.845	6.401.273	91.868.765	50.120.262	634.858	5.355.307	56.110.427
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(494.845)	(14.529)	(2.913.827)	(3.423.201)	(122.492)	(4.845)	(2.884.593)	(3.011.930)
Total	82.598.802	2.359.316	3.487.446	88.445.564	49.997.770	630.013	2.470.714	53.098.497



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação entre estágios de perdas esperadas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2022	(78.918)	(1.920)	(159.138)	(239.976)
Transferidos para o estágio 2	56	--	--	56
Transferidos para o estágio 3	6.752	15.611	--	22.363
Oriundos do estágio 1	--	(56)	(6.752)	(6.808)
Oriundos do estágio 2	--	--	(15.611)	(15.611)
Outras movimentações ¹	(50.382)	(18.480)	(2.703.092)	(2.771.954)
Saldo em 31/12/2023	(122.492)	(4.845)	(2.884.593)	(3.011.930)
Transferidos para o estágio 2	341	--	--	341
Transferidos para o estágio 3	117.966	--	--	117.966
Oriundos do estágio 1	--	(341)	(117.966)	(118.307)
Outras movimentações ¹	(490.660)	(9.343)	88.732	(411.271)
Saldo em 31/12/2024	(494.845)	(14.529)	(2.913.827)	(3.423.201)

1 - Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19– Empréstimos a clientes

a) Carteira por modalidades

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	986.130.453	873.916.638
Empréstimos e direitos creditórios descontados ¹	378.960.321	355.018.984
– Pessoas jurídicas	160.749.575	155.705.799
– Pessoas físicas	218.210.746	199.313.185
Financiamentos ²	185.809.070	141.461.732
– Pessoas jurídicas	177.371.910	135.099.139
– Pessoas físicas	8.437.160	6.362.593
Financiamentos rurais e agroindustriais	359.663.325	322.240.448
– Pessoas jurídicas	13.760.975	13.294.640
– Pessoas físicas	345.902.350	308.945.808
Financiamentos imobiliários	61.590.136	55.063.362
– Pessoas jurídicas	5.470.739	3.243.699
– Pessoas físicas	56.119.397	51.819.663
Operações de crédito vinculadas a cessão	107.601	132.112
– Pessoas físicas	107.601	132.112
Outros créditos com características de concessão de crédito	103.473.526	89.631.730
Operações com cartão de crédito	57.751.024	52.184.077
– Pessoas jurídicas	3.882.454	3.588.052
– Pessoas físicas	53.868.570	48.596.025
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	29.510.029	24.924.882
– Pessoas jurídicas	29.416.425	24.808.478
– Pessoas físicas	93.604	116.404
Aquisição de recebíveis	13.057.887	9.165.690
– Pessoas jurídicas	13.057.887	9.165.690
Avais e fianças honrados	176.594	93.927
– Pessoas jurídicas	167.227	87.953
– Pessoas físicas	9.367	5.974
Outros	2.977.992	3.263.154
– Pessoas jurídicas	2.977.693	3.262.809
– Pessoas físicas	299	345
Operações de arrendamento mercantil	665.842	494.847
– Pessoas jurídicas	650.974	491.987
– Pessoas físicas	14.868	2.860
Total dos empréstimos a clientes	1.090.269.821	964.043.215
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(69.717.722)	(52.762.017)
Perdas esperadas com operações de crédito	(66.550.407)	(49.781.839)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(3.154.242)	(2.971.499)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	(13.073)	(8.679)
Total de empréstimos a clientes líquido	1.020.552.099	911.281.198

1 – O saldo de “Empréstimos e direitos creditórios descontados” a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de “Empréstimos e direitos creditórios descontados” a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito pessoal consignado e crédito direto ao consumidor) e operações com cartão de crédito.

2 – O saldo de “Financiamentos” a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à exportação e outros financiamentos de médio prazo com recursos oriundos de repasses. O saldo de “Financiamentos” a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Setor público	91.959.585	8,4	66.944.273	7,0
Administração pública	77.663.567	7,1	59.171.278	6,1
Petroleiro	12.203.468	1,1	5.614.664	0,6
Serviços	806.716	0,1	538.178	0,1
Energia elétrica	19.614	--	827.534	0,1
Demais atividades	1.266.220	0,1	792.619	0,1
Setor privado	998.310.236	91,6	897.098.942	93,0
Pessoas físicas	682.763.962	62,6	615.294.969	63,8
Pessoas jurídicas	315.546.274	29,0	281.803.973	29,2
Agronegócio de origem vegetal	44.506.502	4,1	39.821.090	4,0
Serviços	36.390.305	3,3	32.193.075	3,3
Mineração e metalurgia	22.081.457	2,0	21.795.732	2,3
Transportes	20.639.468	1,9	15.972.120	1,7
Agronegócio de origem animal	19.749.633	1,8	15.279.754	1,6
Energia elétrica	18.449.920	1,7	16.671.505	1,7
Comércio varejista	17.161.242	1,6	17.124.898	1,8
Automotivo	16.028.696	1,5	13.988.224	1,5
Instituições e serviços financeiros	13.259.359	1,2	10.807.120	1,1
Insumos agrícolas	12.146.445	1,1	12.087.264	1,3
Imobiliário	12.126.736	1,1	9.673.061	1,0
Combustíveis	11.744.032	1,1	10.801.251	1,1
Químico	11.582.071	1,1	9.678.146	1,0
Atividades específicas da construção	11.566.188	1,1	10.592.627	1,1
Eletroeletrônico	11.060.287	1,0	10.932.898	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.722.227	1,0	9.767.942	1,1
Têxtil e confecções	9.256.097	0,9	7.908.143	0,8
Madeireiro e moveleiro	6.306.364	0,6	5.777.525	0,6
Papel e celulose	4.848.635	0,4	4.125.946	0,4
Demais atividades	5.920.610	0,5	6.805.652	0,7
Total dos empréstimos a clientes	1.090.269.821	100,0	964.043.215	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	80.988.633	66.467.010
31 a 60 dias	41.620.961	33.963.637
61 a 90 dias	30.681.091	28.864.430
91 a 180 dias	99.490.345	94.889.720
181 a 360 dias	172.212.997	165.034.798
Acima de 360 dias	644.873.581	559.406.022
Subtotal	1.069.867.608	948.625.617
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	2.093.503	1.780.045
15 a 30 dias	1.472.109	939.571
31 a 60 dias	2.981.209	1.549.536
61 a 90 dias	1.797.238	1.395.656
91 a 180 dias	4.474.853	3.467.957
181 a 360 dias	6.603.416	5.563.044
Acima de 360 dias	979.885	721.789
Subtotal	20.402.213	15.417.598
Total	1.090.269.821	964.043.215

d) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31/12/2024			31/12/2023		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ¹	270.239	(50.977)	219.262	243.559	(58.779)	184.780
Entre um e cinco anos	550.048	(103.758)	446.290	404.018	(97.503)	306.515
Após cinco anos	357	(67)	290	4.682	(1.130)	3.552
Total	820.644	(154.802)	665.842	652.259	(157.412)	494.847

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira classificada por estágios

	31/12/2024				31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	833.769.796	57.585.127	94.775.530	986.130.453	746.066.575	67.091.246	60.758.817	873.916.638
Empréstimos e direitos creditórios descontados	292.972.060	33.652.485	52.335.776	378.960.321	272.443.357	42.200.957	40.374.670	355.018.984
Financiamentos	172.140.569	5.681.343	7.987.158	185.809.070	131.693.083	5.137.491	4.631.158	141.461.732
Financiamentos rurais e agroindustriais	317.066.723	13.821.666	28.774.936	359.663.325	298.426.596	13.329.176	10.484.676	322.240.448
Financiamentos imobiliários	51.489.741	4.424.157	5.676.238	61.590.136	43.380.292	6.416.251	5.266.819	55.063.362
Operações de crédito vinculadas a cessão	100.703	5.476	1.422	107.601	123.247	7.371	1.494	132.112
Outros créditos com características de concessão de crédito	98.144.130	1.551.229	3.778.167	103.473.526	86.380.588	1.661.984	1.589.158	89.631.730
Operações com cartão de crédito	56.210.918	1.208.887	331.219	57.751.024	50.387.972	1.437.259	358.846	52.184.077
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.005.472	316.453	3.188.104	29.510.029	23.942.006	216.234	766.642	24.924.882
Aquisição de recebíveis	12.942.442	7.650	107.795	13.057.887	8.785.068	4.254	376.368	9.165.690
Avais e fianças honrados	7.490	18.055	151.049	176.594	2.457	4.168	87.302	93.927
Outros	2.977.808	184	--	2.977.992	3.263.085	69	--	3.263.154
Operações de arrendamento mercantil	651.715	4.135	9.992	665.842	472.184	18.332	4.331	494.847
Total dos empréstimos a clientes	932.565.641	59.140.491	98.563.689	1.090.269.821	832.919.347	68.771.562	62.352.306	964.043.215
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(11.630.979)	(6.682.791)	(51.403.952)	(69.717.722)	(9.806.843)	(7.054.570)	(35.900.604)	(52.762.017)
Total de empréstimos a clientes líquido	920.934.662	52.457.700	47.159.737	1.020.552.099	823.112.504	61.716.992	26.451.702	911.281.198

No período, foram revisados os critérios de classificação por estágios dos instrumentos financeiros renegociados, resultando na migração de operações do estágio 2 para o estágio 1, aquelas cuja contraparte apresenta baixo risco de crédito, e do estágio 2 para o 3, as operações reestruturadas (renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia). Também foi realizada uma ampliação da base de clientes sujeita à análise individualizada, com situação creditícia deteriorada.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios dos empréstimos a clientes por modalidades

Estágio 1

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	746.066.575	114.011.609	(4.909.477)	(21.398.911)	--	833.769.796
Empréstimos e direitos creditórios descontados	272.443.357	30.795.517	(943.603)	(9.323.211)	--	292.972.060
Financiamentos	131.693.083	43.313.122	(393.261)	(2.472.375)	--	172.140.569
Financiamentos rurais e agroindustriais	298.426.596	33.048.188	(4.690.243)	(9.717.818)	--	317.066.723
Financiamentos imobiliários	43.380.292	6.877.365	1.117.632	114.452	--	51.489.741
Operações de crédito vinculadas a cessão	123.247	(22.583)	(2)	41	--	100.703
Outros créditos com características de concessão de crédito	86.380.588	13.929.616	(188.897)	(1.977.177)	--	98.144.130
Operações com cartão de crédito	50.387.972	6.063.240	(90.933)	(149.361)	--	56.210.918
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.942.006	3.972.948	(97.964)	(1.811.518)	--	26.005.472
Aquisição de recebíveis	8.785.068	4.173.668	--	(16.294)	--	12.942.442
Avais e fianças honrados	2.457	5.037	--	(4)	--	7.490
Outros	3.263.085	(285.277)	--	--	--	2.977.808
Operações de arrendamento mercantil	472.184	174.966	8.210	(3.645)	--	651.715
Total dos empréstimos a clientes	832.919.347	128.116.191	(5.090.164)	(23.379.733)	--	932.565.641

	31/12/2022	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2023
Operações de crédito	682.143.177	83.011.460	(8.048.741)	(11.039.321)	--	746.066.575
Empréstimos e direitos creditórios descontados	258.732.796	26.522.019	(4.756.196)	(8.055.262)	--	272.443.357
Financiamentos	114.567.195	18.032.557	(306.227)	(600.442)	--	131.693.083
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.907.304	34.561.566	(2.780.940)	(2.261.334)	--	298.426.596
Financiamentos imobiliários	39.789.730	3.922.097	(209.003)	(122.532)	--	43.380.292
Operações de crédito vinculadas a cessão	146.152	(26.779)	3.625	249	--	123.247
Outros créditos com características de concessão de crédito	80.800.009	4.176.934	1.672.973	(269.328)	--	86.380.588
Operações com cartão de crédito	45.041.235	3.762.369	1.746.853	(162.485)	--	50.387.972
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.124.774	996.075	(73.880)	(104.963)	--	23.942.006
Aquisição de recebíveis	9.852.394	(1.066.326)	--	(1.000)	--	8.785.068
Avais e fianças honrados	604	2.733	--	(880)	--	2.457
Outros	2.781.002	482.083	--	--	--	3.263.085
Operações de arrendamento mercantil	407.614	68.921	(116)	(4.235)	--	472.184
Total dos empréstimos a clientes	763.350.800	87.257.315	(6.375.884)	(11.312.884)	--	832.919.347



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	67.091.246	(2.686.464)	4.909.477	(11.729.132)	--	57.585.127
Empréstimos e direitos creditórios descontados	42.200.957	(2.553.225)	943.603	(6.938.850)	--	33.652.485
Financiamentos	5.137.491	527.592	393.261	(377.001)	--	5.681.343
Financiamentos rurais e agroindustriais	13.329.176	(427.508)	4.690.243	(3.770.245)	--	13.821.666
Financiamentos imobiliários	6.416.251	(231.615)	(1.117.632)	(642.847)	--	4.424.157
Operações de crédito vinculadas a cessão	7.371	(1.708)	2	(189)	--	5.476
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.661.984	(257.428)	188.897	(42.224)	--	1.551.229
Operações com cartão de crédito	1.437.259	(301.647)	90.933	(17.658)	--	1.208.887
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	216.234	23.862	97.964	(21.607)	--	316.453
Aquisição de recebíveis	4.254	4.853	--	(1.457)	--	7.650
Avais e fianças honrados	4.168	15.389	--	(1.502)	--	18.055
Outros	69	115	--	--	--	184
Operações de arrendamento mercantil	18.332	(5.987)	(8.210)	--	--	4.135
Total dos empréstimos a clientes	68.771.562	(2.949.879)	5.090.164	(11.771.356)	--	59.140.491

	31/12/2022	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2023
Operações de crédito	59.812.793	4.942.548	8.048.741	(5.712.836)	--	67.091.246
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.675.548	5.118.376	4.756.196	(4.349.163)	--	42.200.957
Financiamentos	5.472.028	(491.827)	306.227	(148.937)	--	5.137.491
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.292.151	379.902	2.780.940	(1.123.817)	--	13.329.176
Financiamentos imobiliários	6.359.720	(61.553)	209.003	(90.919)	--	6.416.251
Operações de crédito vinculadas a cessão	13.346	(2.350)	(3.625)	--	--	7.371
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.847.392	(490.399)	(1.672.973)	(22.036)	--	1.661.984
Operações com cartão de crédito	3.740.618	(533.441)	(1.746.853)	(23.065)	--	1.437.259
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	103.100	38.225	73.880	1.029	--	216.234
Aquisição de recebíveis	3.167	1.087	--	--	--	4.254
Avais e fianças honrados	406	3.762	--	--	--	4.168
Outros	101	(32)	--	--	--	69
Operações de arrendamento mercantil	6.792	11.520	116	(96)	--	18.332
Total dos empréstimos a clientes	63.666.977	4.463.669	6.375.884	(5.734.968)	--	68.771.562



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	60.758.817	35.478.414	21.398.911	11.729.132	(34.589.744)	94.775.530
Empréstimos e direitos creditórios descontados	40.374.670	22.171.489	9.323.211	6.938.850	(26.472.444)	52.335.776
Financiamentos	4.631.158	2.016.410	2.472.375	377.001	(1.509.786)	7.987.158
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.484.676	10.508.757	9.717.818	3.770.245	(5.706.560)	28.774.936
Financiamentos imobiliários	5.266.819	781.978	(114.452)	642.847	(900.954)	5.676.238
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.494	(220)	(41)	189	--	1.422
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.589.158	662.294	1.977.177	42.224	(492.686)	3.778.167
Operações com cartão de crédito	358.846	(191.894)	149.361	17.658	(2.752)	331.219
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	766.642	588.337	1.811.518	21.607	--	3.188.104
Aquisição de recebíveis	376.368	47.604	16.294	1.457	(333.928)	107.795
Avais e fianças honrados	87.302	149.171	4	1.502	(86.930)	151.049
Outros	--	69.076	--	--	(69.076)	--
Operações de arrendamento mercantil	4.331	4.516	3.645	--	(2.500)	9.992
Total dos empréstimos a clientes	62.352.306	36.145.224	23.379.733	11.771.356	(35.084.930)	98.563.689

	31/12/2022	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2023
Operações de crédito	54.370.170	16.349.186	11.039.321	5.712.836	(26.712.696)	60.758.817
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.872.536	13.930.048	8.055.262	4.349.163	(22.832.339)	40.374.670
Financiamentos	4.238.313	547.808	600.442	148.937	(904.342)	4.631.158
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.154.978	1.333.797	2.261.334	1.123.817	(2.389.250)	10.484.676
Financiamentos imobiliários	5.102.038	538.095	122.532	90.919	(586.765)	5.266.819
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.305	(562)	(249)	--	--	1.494
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.738.039	(275.304)	269.328	22.036	(164.941)	1.589.158
Operações com cartão de crédito	720.530	(541.526)	162.485	23.065	(5.708)	358.846
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	682.864	124.311	104.963	(1.029)	(144.467)	766.642
Aquisição de recebíveis	304.580	70.798	1.000	--	(10)	376.368
Avais e fianças honrados	30.013	71.025	880	--	(14.616)	87.302
Outros	52	88	--	--	(140)	--
Operações de arrendamento mercantil	320	187	4.235	96	(507)	4.331
Total dos empréstimos a clientes	56.108.529	16.074.069	11.312.884	5.734.968	(26.878.144)	62.352.306



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Créditos renegociados

	Exercício/2024	Exercício/2023
Créditos renegociados no período	130.646.143	106.309.436
Renegociados por atraso ¹	28.476.820	23.189.395
- Pessoas jurídicas	13.693.239	10.680.027
- Pessoas físicas	14.783.581	12.509.368
Renovados ²	102.169.323	83.120.041
- Pessoas jurídicas	18.598.849	20.003.510
- Pessoas físicas	83.570.474	63.116.531
Movimentação dos créditos renegociados por atraso		
Saldo inicial	38.325.348	32.689.826
Renegociações por atraso ¹	28.476.820	23.189.395
Recebimento e apropriação de juros ³	(12.132.078)	(12.737.477)
Baixas para prejuízo	(7.930.468)	(4.816.396)
Saldo final ⁴	46.739.622	38.325.348
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	8.077.600	5.649.902
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	17,3%	14,7%

1 - Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

2 - Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

3 - Inclui, no Exercício/2023, créditos renegociados convertidos em títulos e valores mobiliários, no âmbito de recuperação judicial.

4 - Inclui o valor de R\$ 194 mil (R\$ 393 mil em 31/12/2023) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 45.351.893 mil (R\$ 21.211.031 mil em 31/12/2023) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Exposição máxima dos instrumentos financeiros apresentados nas tabelas, segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito.

	31/12/2024															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	578.333.339	109.211.449	382.706	687.927.494	41.471.066	1.813.677	--	43.284.743	62.959.557	133.374	--	63.092.931	682.763.962	111.158.500	382.706	794.305.168
Varejo PF	261.962.046	99.034.906	334.339	361.331.291	26.970.036	1.693.891	--	28.663.927	33.577.059	91.549	--	33.668.608	322.509.141	100.820.346	334.339	423.663.826
Produtor rural	316.371.293	10.176.543	48.367	326.596.203	14.501.030	119.786	--	14.620.816	29.382.498	41.825	--	29.424.323	360.254.821	10.338.154	48.367	370.641.342
Pessoas jurídicas	354.232.302	87.687.692	9.911.088	451.831.082	17.669.425	1.157.016	28.991	18.855.432	35.604.132	1.995.642	1.816.179	39.415.953	407.505.859	90.840.350	11.756.258	510.102.467
Atacado	271.188.382	68.308.484	9.717.950	349.214.816	9.208.020	476.975	28.954	9.713.949	22.744.810	1.212.655	1.313.432	25.270.897	303.141.212	69.998.114	11.060.336	384.199.662
Varejo MPE	83.034.482	19.378.721	193.138	102.606.341	8.461.291	680.039	37	9.141.367	12.857.743	782.914	502.747	14.143.404	104.353.516	20.841.674	695.922	125.891.112
Produtor rural	9.438	487	--	9.925	114	2	--	116	1.579	73	--	1.652	11.131	562	--	11.693
Total	932.565.641	196.899.141	10.293.794	1.139.758.576	59.140.491	2.970.693	28.991	62.140.175	98.563.689	2.129.016	1.816.179	102.508.884	1.090.269.821	201.998.850	12.138.964	1.304.407.635
%	81,82%	17,28%	0,90%	100,00%	95,17%	4,78%	0,05%	100,00%	96,15%	2,08%	1,77%	100,00%	83,58%	15,49%	0,93%	100,00%

	31/12/2023															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	530.583.982	108.377.118	709.717	639.670.817	50.515.118	2.168.180	1.076	52.684.374	34.195.869	113.838	--	34.309.707	615.294.969	110.659.136	710.793	726.664.898
Varejo PF	235.888.705	98.180.297	691.506	334.760.508	37.260.186	2.048.933	1.076	39.310.195	24.647.269	96.796	--	24.744.065	297.796.160	100.326.026	692.582	398.814.768
Produtor rural	294.695.277	10.196.821	18.211	304.910.309	13.254.932	119.247	--	13.374.179	9.548.600	17.042	--	9.565.642	317.498.809	10.333.110	18.211	327.850.130
Pessoas jurídicas	302.335.365	81.225.148	9.200.806	392.761.319	18.256.444	1.275.290	70.455	19.602.189	28.156.437	3.154.100	1.480.508	32.791.045	348.748.246	85.654.538	10.751.769	445.154.553
Atacado	232.690.371	61.390.300	9.031.522	303.112.193	7.379.222	333.725	67.592	7.780.539	18.469.111	2.341.845	1.087.447	21.898.403	258.538.704	64.065.870	10.186.561	332.791.135
Varejo MPE	69.634.712	19.834.271	169.284	89.638.267	10.876.350	941.565	2.863	11.820.778	9.685.538	812.182	393.061	10.890.781	90.196.600	21.588.018	565.208	112.349.826
Produtor rural	10.282	577	--	10.859	872	--	--	872	1.788	73	--	1.861	12.942	650	--	13.592
Total	832.919.347	189.602.266	9.910.523	1.032.432.136	68.771.562	3.443.470	71.531	72.286.563	62.352.306	3.267.938	1.480.508	67.100.752	964.043.215	196.313.674	11.462.562	1.171.819.451
%	80,68%	18,36%	0,96%	100,00%	95,14%	4,76%	0,10%	100,00%	92,92%	4,87%	2,21%	100,00%	82,27%	16,75%	0,98%	100,00%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20– Perdas esperadas com empréstimos a clientes

a) Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes

	Exercício/2024	Exercício/2023
Constituição	(51.818.134)	(29.660.622)
Recuperação ¹	7.820.214	6.489.051
Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes	(43.997.920)	(23.171.571)

1 - Refere-se apenas à recuperação de principal.

b) Movimentação

	Exercício/2024				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	49.781.839	51.135.535	(34.589.744)	222.777	66.550.407
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.619.116	31.346.719	(26.472.444)	219.925	39.713.316
Financiamentos	3.801.045	3.406.151	(1.509.786)	2.929	5.700.339
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.512.509	15.832.985	(5.706.560)	--	18.638.934
Financiamentos imobiliários	2.847.296	550.211	(900.954)	(77)	2.496.476
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.873	(531)	--	--	1.342
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.971.499	675.694	(492.686)	(265)	3.154.242
Operações com cartão de crédito	2.114.238	(704.742)	(2.752)	(265)	1.406.479
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	466.234	1.126.733	--	--	1.592.967
Aquisição de recebíveis	337.904	50.701	(333.928)	--	54.677
Avais e fianças honrados	37.195	147.396	(86.930)	--	97.661
Outros	15.928	55.606	(69.076)	--	2.458
Operações de arrendamento mercantil	8.679	6.905	(2.500)	(11)	13.073
Total	52.762.017	51.818.134	(35.084.930)	222.501	69.717.722



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2023				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	46.910.808	29.766.279	(26.712.696)	(182.552)	49.781.839
Empréstimos e direitos creditórios descontados	33.679.430	23.950.921	(22.832.339)	(178.896)	34.619.116
Financiamentos	3.609.110	1.099.933	(904.342)	(3.656)	3.801.045
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.878.675	4.023.084	(2.389.250)	--	8.512.509
Financiamentos imobiliários	2.740.895	693.166	(586.765)	--	2.847.296
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.698	(825)	--	--	1.873
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.270.844	(109.491)	(164.941)	(24.913)	2.971.499
Operações com cartão de crédito	2.676.268	(531.409)	(5.708)	(24.913)	2.114.238
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	444.017	166.684	(144.467)	--	466.234
Aquisição de recebíveis	134.288	203.626	(10)	--	337.904
Avais e fianças honrados	15.210	36.601	(14.616)	--	37.195
Outros	1.061	15.007	(140)	--	15.928
Operações de arrendamento mercantil	6.097	3.834	(507)	(745)	8.679
Total	50.187.749	29.660.622	(26.878.144)	(208.210)	52.762.017



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e estágios

	31/12/2024							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	833.769.796	(10.456.904)	57.585.127	(6.542.632)	94.775.530	(49.550.871)	986.130.453	(66.550.407)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	292.972.060	(5.056.805)	33.652.485	(4.241.656)	52.335.776	(30.414.855)	378.960.321	(39.713.316)
Financiamentos	172.140.569	(765.034)	5.681.343	(218.243)	7.987.158	(4.717.062)	185.809.070	(5.700.339)
Financiamentos rurais e agroindustriais	317.066.723	(4.282.385)	13.821.666	(1.692.677)	28.774.936	(12.663.872)	359.663.325	(18.638.934)
Financiamentos imobiliários	51.489.741	(351.842)	4.424.157	(389.972)	5.676.238	(1.754.662)	61.590.136	(2.496.476)
Operações de crédito vinculadas a cessão	100.703	(838)	5.476	(84)	1.422	(420)	107.601	(1.342)
Outros créditos com características de concessão de crédito	98.144.130	(1.168.888)	1.551.229	(139.634)	3.778.167	(1.845.720)	103.473.526	(3.154.242)
Operações com cartão de crédito	56.210.918	(1.059.521)	1.208.887	(114.765)	331.219	(232.193)	57.751.024	(1.406.479)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.005.472	(97.727)	316.453	(14.804)	3.188.104	(1.480.436)	29.510.029	(1.592.967)
Aquisição de recebíveis	12.942.442	(6.565)	7.650	(367)	107.795	(47.745)	13.057.887	(54.677)
Avais e fianças honrados	7.490	(2.718)	18.055	(9.597)	151.049	(85.346)	176.594	(97.661)
Outros	2.977.808	(2.357)	184	(101)	--	--	2.977.992	(2.458)
Operações de arrendamento mercantil	651.715	(5.187)	4.135	(525)	9.992	(7.361)	665.842	(13.073)
Total	932.565.641	(11.630.979)	59.140.491	(6.682.791)	98.563.689	(51.403.952)	1.090.269.821	(69.717.722)

No período, foram revisados os critérios de classificação por estágios dos instrumentos financeiros renegociados, resultando na migração de operações do estágio 2 para o estágio 1, aquelas cuja contraparte apresenta baixo risco de crédito, e do estágio 2 para o 3, as operações reestruturadas (renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia). Também foi realizada uma ampliação da base de clientes sujeita à análise individualizada, com situação creditícia deteriorada.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2023							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	746.066.575	(7.985.657)	67.091.246	(6.882.505)	60.758.817	(34.913.677)	873.916.638	(49.781.839)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	272.443.357	(4.700.942)	42.200.957	(5.274.642)	40.374.670	(24.643.532)	355.018.984	(34.619.116)
Financiamentos	131.693.083	(727.019)	5.137.491	(204.587)	4.631.158	(2.869.439)	141.461.732	(3.801.045)
Financiamentos rurais e agroindustriais	298.426.596	(2.140.012)	13.329.176	(990.380)	10.484.676	(5.382.117)	322.240.448	(8.512.509)
Financiamentos imobiliários	43.380.292	(416.447)	6.416.251	(412.763)	5.266.819	(2.018.086)	55.063.362	(2.847.296)
Operações de crédito vinculadas a cessão	123.247	(1.237)	7.371	(133)	1.494	(503)	132.112	(1.873)
Outros créditos com características de concessão de crédito	86.380.588	(1.815.373)	1.661.984	(171.805)	1.589.158	(984.321)	89.631.730	(2.971.499)
Operações com cartão de crédito	50.387.972	(1.706.136)	1.437.259	(147.415)	358.846	(260.687)	52.184.077	(2.114.238)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.942.006	(63.011)	216.234	(22.986)	766.642	(380.237)	24.924.882	(466.234)
Aquisição de recebíveis	8.785.068	(30.249)	4.254	(21)	376.368	(307.634)	9.165.690	(337.904)
Avais e fianças honrados	2.457	(52)	4.168	(1.380)	87.302	(35.763)	93.927	(37.195)
Outros	3.263.085	(15.925)	69	(3)	--	--	3.263.154	(15.928)
Operações de arrendamento mercantil	472.184	(5.813)	18.332	(260)	4.331	(2.606)	494.847	(8.679)
Total	832.919.347	(9.806.843)	68.771.562	(7.054.570)	62.352.306	(35.900.604)	964.043.215	(52.762.017)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e tipo de pessoa

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	66.550.407	49.781.839
Empréstimos e direitos creditórios descontados	39.713.316	34.619.116
- Pessoas jurídicas	17.974.263	16.983.722
- Pessoas físicas	21.739.053	17.635.394
Financiamentos	5.700.339	3.801.045
- Pessoas jurídicas	5.214.056	3.407.681
- Pessoas físicas	486.283	393.364
Financiamentos rurais e agroindustriais	18.638.934	8.512.509
- Pessoas jurídicas	204.740	59.606
- Pessoas físicas	18.434.194	8.452.903
Financiamentos imobiliários	2.496.476	2.847.296
- Pessoas jurídicas	103.531	79.063
- Pessoas físicas	2.392.945	2.768.233
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.342	1.873
- Pessoas físicas	1.342	1.873
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.154.242	2.971.499
Operações com cartão de crédito	1.406.479	2.114.238
- Pessoas jurídicas	172.120	189.888
- Pessoas físicas	1.234.359	1.924.350
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.592.967	466.234
- Pessoas jurídicas	1.591.307	465.230
- Pessoas físicas	1.660	1.004
Aquisição de recebíveis	54.677	337.904
- Pessoas jurídicas	54.677	337.904
Avais e fianças honrados	97.661	37.195
- Pessoas jurídicas	95.529	35.374
- Pessoas físicas	2.132	1.821
Outros	2.458	15.928
- Pessoas jurídicas	2.458	15.928
Operações de arrendamento mercantil	13.073	8.679
- Pessoas jurídicas	12.807	8.608
- Pessoas físicas	266	71
Total	69.717.722	52.762.017



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas com empréstimos a clientes por modalidades

Estágio 1

	31/12/2023	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2024
Operações de crédito	7.985.657	15.440.810	(1.419.847)	(11.578.102)	--	28.386	10.456.904
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.700.942	6.838.977	(503.941)	(6.007.177)	--	28.004	5.056.805
Financiamentos	727.019	1.025.088	(120.754)	(866.712)	--	393	765.034
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.140.012	7.440.381	(690.341)	(4.607.667)	--	--	4.282.385
Financiamentos imobiliários	416.447	136.737	(104.785)	(96.546)	--	(11)	351.842
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.237	(373)	(26)	--	--	--	838
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.815.373	(98.522)	(57.117)	(490.646)	--	(200)	1.168.888
Operações com cartão de crédito	1.706.136	(448.173)	(56.514)	(141.728)	--	(200)	1.059.521
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	63.011	367.938	(603)	(332.619)	--	--	97.727
Aquisição de recebíveis	30.249	(7.389)	--	(16.295)	--	--	6.565
Avais e fianças honrados	52	2.670	--	(4)	--	--	2.718
Outros	15.925	(13.568)	--	--	--	--	2.357
Operações de arrendamento mercantil	5.813	2.310	(170)	(2.762)	--	(4)	5.187
Total	9.806.843	15.344.598	(1.477.134)	(12.071.510)	--	28.182	11.630.979

	31/12/2022	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2023
Operações de crédito	8.295.792	7.850.106	(1.171.259)	(6.963.992)	--	(24.990)	7.985.657
Empréstimos e direitos creditórios descontados	5.291.955	5.413.664	(713.830)	(5.266.555)	--	(24.292)	4.700.942
Financiamentos	691.585	416.614	(75.218)	(305.264)	--	(698)	727.019
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.896.190	1.816.525	(265.510)	(1.307.193)	--	--	2.140.012
Financiamentos imobiliários	414.471	203.670	(116.712)	(84.982)	--	--	416.447
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.591	(367)	11	2	--	--	1.237
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.990.091	65.913	(8.973)	(211.554)	--	(20.104)	1.815.373
Operações com cartão de crédito	1.907.780	(23.531)	(5.624)	(152.385)	--	(20.104)	1.706.136
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	75.135	49.473	(3.349)	(58.248)	--	--	63.011
Aquisição de recebíveis	6.144	24.421	--	(316)	--	--	30.249
Avais e fianças honrados	7	650	--	(605)	--	--	52
Outros	1.025	14.900	--	--	--	--	15.925
Operações de arrendamento mercantil	5.716	3.130	(1)	(2.533)	--	(499)	5.813
Total	10.291.599	7.919.149	(1.180.233)	(7.178.079)	--	(45.593)	9.806.843



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31/12/2023	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2024
Operações de crédito	6.882.505	5.666.058	1.419.847	(7.449.368)	--	23.590	6.542.632
Empréstimos e direitos creditórios descontados	5.274.642	3.873.992	503.941	(5.434.409)	--	23.490	4.241.656
Financiamentos	204.587	81.741	120.754	(188.951)	--	112	218.243
Financiamentos rurais e agroindustriais	990.380	1.615.386	690.341	(1.603.430)	--	--	1.692.677
Financiamentos imobiliários	412.763	94.931	104.785	(222.495)	--	(12)	389.972
Operações de crédito vinculadas a cessão	133	8	26	(83)	--	--	84
Outros créditos com características de concessão de crédito	171.805	(59.881)	57.117	(29.385)	--	(22)	139.634
Operações com cartão de crédito	147.415	(74.936)	56.514	(14.206)	--	(22)	114.765
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	22.986	4.597	603	(13.382)	--	--	14.804
Aquisição de recebíveis	21	1.803	--	(1.457)	--	--	367
Avais e fianças honrados	1.380	8.557	--	(340)	--	--	9.597
Outros	3	98	--	--	--	--	101
Operações de arrendamento mercantil	260	95	170	--	--	--	525
Total	7.054.570	5.606.272	1.477.134	(7.478.753)	--	23.568	6.682.791

	31/12/2022	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2023
Operações de crédito	6.023.624	3.578.171	1.171.259	(3.863.095)	--	(27.454)	6.882.505
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.603.168	2.867.597	713.830	(2.882.696)	--	(27.257)	5.274.642
Financiamentos	150.273	97.151	75.218	(117.858)	--	(197)	204.587
Financiamentos rurais e agroindustriais	812.003	573.233	265.510	(660.366)	--	--	990.380
Financiamentos imobiliários	457.925	40.301	116.712	(202.175)	--	--	412.763
Operações de crédito vinculadas a cessão	255	(111)	(11)	--	--	--	133
Outros créditos com características de concessão de crédito	288.874	(103.240)	8.973	(21.065)	--	(1.737)	171.805
Operações com cartão de crédito	286.530	(121.937)	5.624	(21.065)	--	(1.737)	147.415
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	2.042	17.595	3.349	--	--	--	22.986
Aquisição de recebíveis	77	(56)	--	--	--	--	21
Avais e fianças honrados	224	1.156	--	--	--	--	1.380
Outros	1	2	--	--	--	--	3
Operações de arrendamento mercantil	181	173	1	(73)	--	(22)	260
Total	6.312.679	3.475.104	1.180.233	(3.884.233)	--	(29.213)	7.054.570



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31/12/2023	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31/12/2024
Operações de crédito	34.913.677	30.028.667	11.578.102	7.449.368	(34.589.744)	170.801	49.550.871
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.643.532	20.633.750	6.007.177	5.434.409	(26.472.444)	168.431	30.414.855
Financiamentos	2.869.439	2.299.322	866.712	188.951	(1.509.786)	2.424	4.717.062
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.382.117	6.777.218	4.607.667	1.603.430	(5.706.560)	--	12.663.872
Financiamentos imobiliários	2.018.086	318.543	96.546	222.495	(900.954)	(54)	1.754.662
Operações de crédito vinculadas a cessão	503	(166)	--	83	--	--	420
Outros créditos com características de concessão de crédito	984.321	834.097	490.646	29.385	(492.686)	(43)	1.845.720
Operações com cartão de crédito	260.687	(181.633)	141.728	14.206	(2.752)	(43)	232.193
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	380.237	754.198	332.619	13.382	--	--	1.480.436
Aquisição de recebíveis	307.634	56.287	16.295	1.457	(333.928)	--	47.745
Avais e fianças honrados	35.763	136.169	4	340	(86.930)	--	85.346
Outros	--	69.076	--	--	(69.076)	--	--
Operações de arrendamento mercantil	2.606	4.500	2.762	--	(2.500)	(7)	7.361
Total	35.900.604	30.867.264	12.071.510	7.478.753	(35.084.930)	170.751	51.403.952

	31/12/2022	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31/12/2023
Operações de crédito	32.591.392	18.338.002	6.963.992	3.863.095	(26.712.696)	(130.108)	34.913.677
Empréstimos e direitos creditórios descontados	23.784.307	15.669.660	5.266.555	2.882.696	(22.832.339)	(127.347)	24.643.532
Financiamentos	2.767.252	586.168	305.264	117.858	(904.342)	(2.761)	2.869.439
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.170.482	1.633.326	1.307.193	660.366	(2.389.250)	--	5.382.117
Financiamentos imobiliários	1.868.499	449.195	84.982	202.175	(586.765)	--	2.018.086
Operações de crédito vinculadas a cessão	852	(347)	(2)	--	--	--	503
Outros créditos com características de concessão de crédito	991.879	(72.164)	211.554	21.065	(164.941)	(3.072)	984.321
Operações com cartão de crédito	481.958	(385.941)	152.385	21.065	(5.708)	(3.072)	260.687
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	366.840	99.616	58.248	--	(144.467)	--	380.237
Aquisição de recebíveis	128.067	179.261	316	--	(10)	--	307.634
Avais e fianças honrados	14.979	34.795	605	--	(14.616)	--	35.763
Outros	35	105	--	--	(140)	--	--
Operações de arrendamento mercantil	200	531	2.533	73	(507)	(224)	2.606
Total	33.583.471	18.266.369	7.178.079	3.884.233	(26.878.144)	(133.404)	35.900.604



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21– Investimentos em coligadas e joint ventures

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		Dividendos	
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
	Total	ON	Total	ON								
Coligadas ¹ e joint ventures ²												
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	12.874.566	12.944.732	6.437.282	6.469.031	563.486	537.941	475.000	375.000
Brasileprev Seguros e Previdência S.A. ³	74,99	49,99	74,99	49,99	6.938.223	7.594.274	5.203.321	5.695.325	1.801.907	1.668.065	1.792.333	937.438
Cielo S.A. ⁴	29,17	29,17	28,85	28,85	9.249.854	12.281.359	3.062.570	3.907.689	419.841	601.858	1.232.422	220.621
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁵	30,00	1,38	30,00	22,22	9.064.396	9.036.680	2.719.319	2.711.004	330.725	381.330	321.999	420.544
BB Mapfre Participações S.A. ⁶	74,99	49,99	74,99	49,99	3.105.266	3.169.223	3.017.062	3.065.024	3.294.121	2.798.170	3.284.562	2.533.912
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	4.653.423	2.985.230	2.326.246	1.492.317	749.691	812.242	462	706.150
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁷	49,99	49,99	49,99	49,99	1.537.537	1.500.831	768.615	750.265	50.760	33.822	19.288	12.853
Brasilcap Capitalização S.A. ⁸	66,77	49,99	66,77	49,99	803.745	766.221	647.390	622.336	187.464	179.162	174.761	140.142
Outros ⁹							470.116	489.658	78.889	81.573	110.864	25.522
Resultado não realizado ¹⁰							(2.828.628)	(2.987.602)				
Total							21.823.293	22.215.047	7.476.884	7.094.163	7.411.691	5.372.182

1 – O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

2 – O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

3 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%.

4 – Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 364.332 mil.

5 – Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,42% (50,20% em 31/12/2023), em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

6 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 688.423 mil.

7 – Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

8 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 45,57%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

9 – Incluem as participações nas seguintes empresas: Brásil Dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Cadam S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – QUOD, Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A., Tecnologia Bancária S.A. – Tecban, Câmara Interbancárias de Pagamentos – CIP e Broto S.A. O valor contábil dos investimentos contempla perda por impairment acumulada no valor de R\$ 2.784 mil (R\$ 2.601 mil em 31/12/2023).

10 – Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31/12/2024							
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	69.874.908	416.074.864	110.824.639	2.352.195	277.504	963.331	451.511	6.085.371
Caixa e equivalentes de caixa	518.385	28.576	12.944.260	779.119	--	59.377	19.830	370
Outros ativos circulantes	69.356.523	416.046.288	97.880.379	1.573.076	277.504	903.954	431.681	6.085.001
Ativos não circulantes	68.854.533	18.192.988	9.430.140	7.942.503	2.828.808	4.746.611	1.324.642	7.445.779
Passivos circulantes	84.764.364	53.790.732	106.190.402	1.225.850	1.046	965.266	200.030	11.418.697
Passivos financeiros	82.740.507	1.524.892	3.105.827	20.208	--	4.919	--	--
Outros passivos circulantes	2.023.857	52.265.840	103.084.575	1.205.642	1.046	960.347	200.030	11.418.697
Passivos não circulantes	41.090.511	373.538.897	4.814.523	4.452	--	91.253	38.586	1.308.708
Passivos financeiros	39.202.362	317.054	4.498.339	--	--	1.813	--	10.291
Outros passivos não circulantes	1.888.149	373.221.843	316.184	4.452	--	89.440	38.586	1.298.417
Receitas	21.006.588	40.380.991	5.906.761	4.484.402	4.411.764	1.633.577	560.183	7.893.214
Receita de juros	21.006.588	36.856.189	51.074	85.474	8.293	92.802	--	1.176.426
Despesa de juros	(14.903.275)	(36.324.728)	(1.388.120)	(5.216)	--	(40.591)	(1.569)	(686.767)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.117.144)	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(631.652)	--	(499.102)	(387.188)	--	--	(84.309)	(3.059)
IR e CSLL	15	(1.550.578)	2.098	(571.902)	(2.310)	(25.846)	(8.018)	(161.185)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.126.972	2.402.703	1.439.292	1.102.416	4.392.747	1.499.682	101.540	280.771
Outros resultados abrangentes	(287.231)	(338.513)	2.327	--	(51.272)	--	(26.248)	18.499
Resultado abrangente total	839.741	2.064.190	1.441.619	1.102.416	4.341.475	1.499.682	75.292	299.270
Patrimônio líquido	12.874.566	6.938.223	9.249.854	9.064.396	3.105.266	4.653.423	1.537.537	803.745
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento ¹	6.437.282	5.203.321	2.698.238	2.719.319	2.328.639	2.326.246	768.615	536.641
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749
Resultado não realizado	(2.481)	--	--	(2.335.427)	--	--	(490.720)	--

1 - Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2023							
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	60.929.133	378.684.860	106.017.469	1.909.830	11.864	1.023.780	333.733	9.387.969
Caixa e equivalentes de caixa	679.917	26.245	13.798.700	461.436	17	659.057	988	33
Outros ativos circulantes	60.249.216	378.658.615	92.218.769	1.448.394	11.847	364.723	332.745	9.387.936
Ativos não circulantes	79.976.217	20.233.804	9.127.234	8.317.054	3.157.529	2.627.543	1.371.220	4.108.791
Passivos circulantes	92.771.812	55.376.466	99.485.414	1.187.231	170	563.008	204.122	11.484.438
Passivos financeiros	90.696.835	1.532.949	4.732.526	22.838	--	2.612	--	--
Outros passivos circulantes	2.074.977	53.843.517	94.752.888	1.164.393	170	560.396	204.122	11.484.438
Passivos não circulantes	35.188.806	335.947.924	3.377.930	2.973	--	103.085	--	1.246.101
Passivos financeiros	33.613.349	548.822	2.998.405	--	--	253	--	10.703
Outros passivos não circulantes	1.575.457	335.399.102	379.525	2.973	--	102.832	--	1.235.398
Receitas	18.975.266	49.446.796	6.469.254	4.182.399	3.887.620	1.696.531	452.282	1.928.647
Receita de juros	18.975.266	45.665.730	88.953	111.037	1.304	82.140	--	1.188.576
Despesa de juros	(11.631.778)	(44.729.837)	(2.182.790)	(1.487)	--	(5.022)	(2.303)	(722.456)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.546.950)	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(355.251)	--	(525.156)	(388.168)	--	(693)	(78.926)	(2.821)
IR e CSLL	263.640	(1.535.846)	(166.726)	(657.159)	(21)	(20.495)	6.043	(166.164)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.075.882	2.224.235	2.086.054	1.271.100	3.731.390	1.624.810	67.658	268.337
Outros resultados abrangentes	14.592	(5.123)	1.374	--	77.184	--	(9.972)	58.000
Resultado abrangente total	1.090.474	2.219.112	2.087.428	1.271.100	3.808.574	1.624.810	57.686	326.337
Patrimônio líquido	12.944.732	7.594.274	12.281.359	9.036.680	3.169.223	2.985.230	1.500.831	766.221
% de participação	50,00%	74,99%	28,85%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento ¹	6.469.031	5.695.325	3.543.357	2.711.004	2.376.601	1.492.317	750.265	511.587
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749
Resultado não realizado	(3.335)	--	--	(2.451.233)	--	--	(536.369)	--

1 - Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31/12/2023	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais ¹	31/12/2024
Banco Votorantim S.A.	6.469.031	563.486	(475.000)	(120.235)	6.437.282
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	5.695.325	1.801.907	(1.792.333)	(501.578)	5.203.321
Cielo S.A.	3.907.689	419.841	(1.232.422)	(32.538)	3.062.570
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	2.711.004	330.725	(321.999)	(411)	2.719.319
BB Mapfre Participações S.A.	3.065.024	3.294.121	(3.284.562)	(57.521)	3.017.062
Elo Participações Ltda.	1.492.317	749.691	(462)	84.700	2.326.246
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	750.265	50.760	(19.288)	(13.122)	768.615
Brasilcap Capitalização S.A.	622.336	187.464	(174.761)	12.351	647.390
Outros	489.658	78.889	(110.864)	12.433	470.116
Subtotal	25.202.649	7.476.884	(7.411.691)	(615.921)	24.651.921
Resultado não realizado	(2.987.602)	--	--	158.974	(2.828.628)
Total	22.215.047	7.476.884	(7.411.691)	(456.947)	21.823.293

1 - Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

e) Outras informações

Os investimentos em coligadas e joint ventures não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e joint ventures apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e joint ventures nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e joint ventures não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

Todos os investimentos do Banco em joint ventures são estruturados por meio de veículos separados.

22- Envolvimento com entidades estruturadas

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;



- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (tranches).

Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (funding), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

a) Entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A EPE Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE Dollar com os recursos acumulados em sua conta. A EPE Dollar não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE Dollar. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE Dollar, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.



Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A EPE Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE Loans com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a EPE Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE Loans não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

O capital integralizado da EPE Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE Loans. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE Loans nas operações compromissadas.

b) Entidades estruturadas não consolidadas

Fundos de investimento

O Banco administra diversos fundos de investimento, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimento possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimento têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (seed capital).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.



Grupos de consórcios

O Banco organiza e administra grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. O Banco mantém participações nesses grupos por meio de recebimento de taxas de administração de cotas de consórcio.

Os ativos off-balance, que representam os recursos dos grupos de consórcios, referem-se principalmente a:

- (i) aplicações dos recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, em fundos de investimento;
- (ii) direitos junto a consorciados contemplados;
- (iii) previsão mensal de recursos a receber de consorciados;
- (iv) contribuições devidas aos grupos; e
- (v) bens a contemplar.

Gestão sobre os ativos detidos por entidades estruturadas

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	Total de ativos	
			31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimentos	<ul style="list-style-type: none"> • gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. • estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores. 	<ul style="list-style-type: none"> • investimento em cotas emitidas pelos fundos. • taxas de administração e outras. 	1.625.867.251	1.616.713.849
Grupos de consórcios	<ul style="list-style-type: none"> • administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso de bens e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • taxas de administração de cotas de consórcios e outras. 	172.574.093	152.561.199
Total			1.798.441.344	1.769.275.048

Exposição máxima à perda

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores apresentados na tabela.

	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimentos	468.440	475.663



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23- Ativo imobilizado

	De uso								De direito de uso
	Edificações	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Terrenos	Veículos	Outros	Total	
Vida útil estimada (em anos)	10-25	10	5-10	10-25	--	10	10		
Taxa anual de depreciação	4 - 10%	10 - 20%	10 - 20%	--	--	10%	--		
Custo de aquisição									
Saldo em 31/12/2022	6.766.049	5.194.913	5.155.268	4.445.043	383.730	20.543	730.887	22.696.433	8.463.924
Aquisições	517.720	635.156	1.437.759	345.337	--	615	85.331	3.021.918	874.670
Baixas	(32.596)	(363.010)	(208.949)	(110.603)	(4)	(39)	(40.810)	(756.011)	(205.941)
Variação cambial	(12.851)	(42.021)	(15.372)	(14.530)	--	(562)	(15.830)	(101.166)	--
Outras movimentações ¹	(89.284)	(239.260)	2.279	(42.120)	(20.254)	(5.872)	(17.770)	(412.281)	310.033
Saldo em 31/12/2023	7.149.038	5.185.778	6.370.985	4.623.127	363.472	14.685	741.808	24.448.893	9.442.686
Aquisições	598.796	436.017	1.334.100	509.219	--	5.721	88.463	2.972.316	1.239.108
Baixas	(1.375)	(360.372)	(480.305)	(68.552)	--	(446)	(46.173)	(957.223)	(19.003)
Variação cambial	87	13.517	9.813	24.547	--	212	3.357	51.533	--
Outras movimentações ¹	190.481	428.774	4.554	70.839	51.935	6.556	38.920	792.059	600.907
Saldo em 31/12/2024	7.937.027	5.703.714	7.239.147	5.159.180	415.407	26.728	826.375	27.307.578	11.263.698
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2022	(3.588.568)	(2.875.635)	(3.502.044)	(3.014.117)	--	(13.637)	(491.253)	(13.485.254)	(4.458.364)
Despesa de depreciação	(189.231)	(378.052)	(739.056)	(270.984)	--	(676)	(50.359)	(1.628.358)	(1.207.790)
Baixas	7.806	326.872	203.106	74.964	--	(2)	32.556	645.302	264.070
Variação cambial	(3.265)	(21.793)	(9.657)	(13.052)	--	(169)	(7.240)	(55.176)	--
Outras movimentações ¹	36.411	223.604	35.481	89.680	--	3.810	15.735	404.721	(221.618)
Saldo em 31/12/2023	(3.736.847)	(2.725.004)	(4.012.170)	(3.133.509)	--	(10.674)	(500.561)	(14.118.765)	(5.623.702)
Despesa de depreciação	(194.486)	(383.051)	(595.929)	(231.586)	--	(1.261)	(52.337)	(1.458.650)	(1.183.647)
Baixas	1.319	247.003	437.536	55.537	--	442	37.055	778.892	286.559
Variação cambial	172	7.018	9.558	21.362	--	39	1.888	40.037	--
Outras movimentações ¹	(79.747)	(374.649)	17.332	(110.643)	--	(2.558)	2.098	(548.167)	(308.796)
Saldo em 31/12/2024	(4.009.589)	(3.228.683)	(4.143.673)	(3.398.839)	--	(14.012)	(511.857)	(15.306.653)	(6.829.586)
Perdas por redução ao valor recuperável									
Saldo em 31/12/2022	(11.400)	(5.211)	--	--	--	--	--	(16.611)	--
Perdas	(7.730)	(7.867)	--	--	--	--	--	(15.597)	--
Reversões	1.102	--	--	--	--	--	--	1.102	--
Saldo em 31/12/2023	(18.028)	(13.078)	--	--	--	--	--	(31.106)	--
Perdas	(1.758)	(5.546)	--	--	--	--	--	(7.304)	--
Reversões	304	39	--	--	--	--	--	343	--
Saldo em 31/12/2024	(19.482)	(18.585)	--	--	--	--	--	(38.067)	--
Valor contábil									
Saldo em 31/12/2023	3.394.163	2.447.696	2.358.815	1.489.618	363.472	4.011	241.247	10.299.022	3.818.984
Saldo em 31/12/2024	3.907.956	2.456.446	3.095.474	1.760.341	415.407	12.716	314.518	11.962.858	4.434.112

1 - No imobilizado de uso, inclui o ajuste de R\$ 301.313 mil nas Edificações e Benfeitorias em propriedades de terceiros, do Banco Patagonia, decorrente da hiperinflação na Argentina (R\$ 162.419 mil em 31/12/2023).



O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 589.202 mil (R\$ 317.889 mil em 31/12/2023).

Os valores das perdas e reversões de perdas por desvalorização são registrados em outras despesas na demonstração do resultado consolidado.

Imobilizado de direito de uso

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Análise de vencimento dos passivos de arrendamento – O quadro abaixo apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Até um ano	1.792.431	1.289.794
Entre um e cinco anos	3.383.486	3.250.672
Após cinco anos	1.046.181	1.050.956
Total ¹	6.222.098	5.591.422

1 – Valores não descontados a valor presente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24- Ativos intangíveis

	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Outros ¹	Total
Vida útil estimada	10 anos	10 anos	5 a 10 anos	2 a 10 anos	
Custo de aquisição					
Saldo em 31/12/2022	4.335.554	2.984.583	9.660.578	3.917.076	20.897.791
Gerado internamente	1.077.499	--	--	--	1.077.499
Aquisições	--	450.230	779.589	--	1.229.819
Baixas	(33.109)	(10.759)	(473.392)	--	(517.260)
Variação cambial	--	(26.587)	--	--	(26.587)
Outras movimentações ²	--	(23.643)	--	--	(23.643)
Saldo em 31/12/2023	5.379.944	3.373.824	9.966.775	3.917.076	22.637.619
Gerado internamente	1.317.503	--	--	--	1.317.503
Aquisições	--	448.532	1.240.021	--	1.688.553
Baixas	(76.512)	(74.331)	(1.036.354)	(3.917.076)	(5.104.273)
Variação cambial	--	58.016	--	--	58.016
Outras movimentações ²	--	89.170	--	--	89.170
Saldo em 31/12/2024	6.620.935	3.895.211	10.170.442	--	20.686.588
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2022	(1.332.854)	(2.109.139)	(2.002.053)	(3.917.076)	(9.361.122)
Amortizações	(273.673)	(218.565)	(1.863.981)	--	(2.356.219)
Baixas	--	3.344	216.218	--	219.562
Variação cambial	--	15.864	--	--	15.864
Outras movimentações ²	--	15.528	--	--	15.528
Saldo em 31/12/2023	(1.606.527)	(2.292.968)	(3.649.816)	(3.917.076)	(11.466.387)
Amortizações	(363.192)	(226.978)	(1.877.089)	--	(2.467.259)
Baixas	23.444	69.938	837.587	3.917.076	4.848.045
Variação cambial	--	(48.113)	--	--	(48.113)
Outras movimentações ²	--	(77.582)	--	--	(77.582)
Saldo em 31/12/2024	(1.946.275)	(2.575.703)	(4.689.318)	--	(9.211.296)
Perdas por redução ao valor recuperável³					
Saldo em 31/12/2022	--	(16.618)	(489.066)	--	(505.684)
Perdas	--	(55.819)	--	--	(55.819)
Reversões	--	--	192.200	--	192.200
Saldo em 31/12/2023	--	(72.437)	(296.866)	--	(369.303)
Perdas	--	(15.337)	--	--	(15.337)
Reversões	--	61.000	174.670	--	235.670
Baixas ⁽⁴⁾	--	--	24.097	--	24.097
Saldo em 31/12/2024	--	(26.774)	(98.099)	--	(124.873)
Valor contábil					
Saldo em 31/12/2023	3.773.417	1.008.419	6.020.093	--	10.801.929
Saldo em 31/12/2024	4.674.660	1.292.734	5.383.025	--	11.350.419

1 - Inclui, principalmente, combinações de negócios relativas a marcas adquiridas, carteira de clientes e contratos.

2 - Inclui o valor referente aos ajustes de hiperinflação na Argentina.

3 - Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas operacionais (Nota 10).

4 - Baixa de provisão devido encerramento de contrato.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Valores a amortizar	2.411.429	2.300.361	1.966.222	884.756	3.787.651	11.350.419

25– Outros ativos e outros passivos

a) Financeiros

Outros ativos	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	38.441.174	36.994.652
Rendas a receber	8.108.643	6.336.188
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional ¹	3.005.319	2.121.079
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	2.947.503	3.381.724
Negociação e intermediação de valores	2.439.746	1.769.495
Relações interfinanceiras/interdependências	246.607	23.863
Títulos e créditos a receber	19.565	17.993
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	--	19.684
Total	55.208.557	50.664.678

1 – Inclui o saldo de R\$ 1.786.876 mil (R\$ 934.100 mil em 31/12/2023) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992.

Outros passivos	31/12/2024	31/12/2023
Fundos financeiros e de desenvolvimento	53.422.534	42.423.047
Obrigações por transações de pagamento	52.417.918	49.295.559
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	50.773.101	30.711.791
Recebimentos por conta de terceiros	5.356.958	5.941.704
Passivos de arrendamento	4.839.991	4.120.495
Outros	12.548.449	4.621.950
Total	179.358.951	137.114.546

b) Não financeiros

Outros ativos	31/12/2024	31/12/2023
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 38.e)	27.338.861	23.851.683
Fundos de destinação do superávit Previ (Nota 38.f)	12.026.025	11.608.853
Devedores diversos no país	3.730.924	4.217.062
Impostos pagos antecipadamente	2.082.797	1.747.409
Despesas pagas antecipadamente	1.549.966	624.230
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	259.958	263.737
Adiantamentos a empregados	179.561	191.386
Outros	2.861.707	922.082
Total	50.029.799	43.426.442



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outros passivos	31/12/2024	31/12/2023
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 38.e)	10.006.690	13.586.739
Credores diversos no exterior	6.564.572	4.040.386
Encargos e obrigações trabalhistas	6.526.494	6.181.258
Credores diversos no país	5.419.903	5.938.227
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	4.315.436	3.322.561
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	2.332.461	2.390.027
Receitas antecipadas ¹	1.874.856	1.168.835
Impostos	1.615.670	2.355.382
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.308.955	1.171.937
Outros	15.041.491	13.685.155
Total	55.006.528	53.840.507

1 - Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

c) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO	39.574.279	31.542.412
Marinha Mercante	6.001.738	5.118.286
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	5.171.749	4.314.441
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	1.794.345	1.008.722
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	497.897	176.322
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	97.379	88.307
Pasep	15.399	76.983
Outros	269.748	97.574
Total	53.422.534	42.423.047

26- Recursos de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Brasil	810.544.535	769.158.224
Depósitos à vista	94.953.387	97.524.016
Sem remuneração	94.707.520	97.297.116
Com remuneração ¹	245.867	226.900
Depósitos de poupança	218.362.609	206.915.086
Depósitos a prazo	497.228.539	464.719.122
Exterior	63.166.156	42.785.579
Depósitos à vista - sem remuneração	12.947.282	11.834.219
Depósitos a prazo	50.218.874	30.951.360
Total	873.710.691	811.943.803

1 - Referem-se a "special accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

27– Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por operações compromissadas (Nota 27.b)	617.780.080	565.293.587
Obrigações por empréstimos e repasses	80.853.482	62.038.075
Valores a pagar a instituições financeiras	25.390.765	23.859.062
Depósitos interfinanceiros	25.283.067	23.726.731
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	107.698	132.331
Total	724.024.327	651.190.724

b) Obrigações por operações compromissadas

	31/12/2024	31/12/2023
Carteira própria	297.253.818	267.295.119
Letras Financeiras do Tesouro	268.078.293	250.702.691
Títulos privados	24.484.282	7.447.800
Títulos no exterior	4.691.234	3.961.313
Letras do Tesouro Nacional	9	3.725.483
Notas do Tesouro Nacional	--	1.457.832
Carteira de terceiros	320.526.262	297.998.468
Notas do Tesouro Nacional	198.315.177	272.870.295
Letras do Tesouro Nacional	62.007.710	25.128.173
Letras Financeiras do Tesouro	60.203.375	--
Total	617.780.080	565.293.587

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/12/2024	31/12/2023
Tomados junto a banqueiros	6.790.747	14.601.715	6.693.664	7.692.201	--	35.778.327	19.966.423
Importação	21	21.173	37.989	226.509	46	285.738	443.818
Exportação	--	--	--	--	--	--	36.478
Total	6.790.768	14.622.888	6.731.653	7.918.710	46	36.064.065	20.446.719



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Programas	Taxa de atualização (a.a.)	31/12/2024	31/12/2023
Tesouro Nacional - Crédito Rural		82.934	139.309
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 6,00% (se aplicado)	6.903	7.293
Cacau		--	108.125
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Outros		65.953	14.046
Outros Fundos e Programas		233	--
BNDES	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,00% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 0,95% a 6,25%	13.420.673	11.894.921
Caixa Econômica Federal ¹	Pré 4,85% (média)	26.080.370	26.978.628
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 0,90% a 1,60% Selic + 0,95% a 1,34% TFBD + 0,95% a 6,47% TJLP + 2,10%	4.754.354	2.221.148
Outras Instituições Oficiais		451.086	357.350
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 11,00% Funding 8,00%	451.058	357.324
Outros		28	26
Total		44.789.417	41.591.356

1 - Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 352 meses.

28- Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos de aceites e emissão de títulos	286.024.658	245.832.383
Dívidas subordinadas	39.540.586	38.323.924
Total	325.565.244	284.156.307



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Programa "Global medium-term notes" ¹						25.495.427	20.331.168
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	6.324.118	4.939.435
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	269.435	307.604
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	225.639	199.944
	USD	740.000	4,75%	2019	2024	--	3.630.032
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	378.753	404.600
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	578.202	550.329
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	686.179	627.883
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.582.721	3.579.794
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	3.155.869	2.465.089
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.648.744	3.626.458
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.645.767	--
Certificados de depósitos ²						8.097.344	8.309.565
Curto Prazo			0,00% a 6,57%			7.615.959	7.239.820
Longo Prazo			3,39% a 16,25%		2027	481.385	1.069.745
Certificado de operações estruturadas						226.383	96.929
Curto Prazo			9,65% a 14,33% DI		2025	223.750	95.610
Longo Prazo			9,53% a 15,77% DI		2026	2.633	1.319
Letras de crédito imobiliário			69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,71%			14.706.576	14.760.631
Curto Prazo					2025	2.963.066	3.151.480
Longo Prazo					2027	11.743.510	11.609.151
Letras de crédito do agronegócio			10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% a.a.			206.142.331	183.753.790
Curto Prazo					2025	116.401.339	83.106.694
Longo Prazo					2027	89.740.992	100.647.096
Letras financeiras			100,00% DI + 0,55% a 0,85%			20.268.220	9.611.304
Curto Prazo					2025	4.573.283	5.104.859
Longo Prazo					2026	15.694.937	4.506.445
Banco Patagonia						62.443	--
	ARS	937.500	Badlar + 4,50%	2024	2025	5.905	--
	ARS	8.955.224	Badlar + 6,50%	2024	2025	56.538	--
Entidade de propósitos específicos - EPE no exterior						11.063.365	9.009.049
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³							
	USD	200.000	Sofr 3m + 1,46%	2019	2024	--	165.292
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	372.044	480.527
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022/2023	2029	4.641.057	3.628.138
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	928.156	725.317
Notas estruturadas ³							
	USD	500.000	Sofr 6m +2,93%	2014/2015	2034	3.134.059	2.454.389
	USD	320.000	Sofr 6m +3,63%	2015	2030	1.988.049	1.555.386
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(37.431)	(40.053)
Total						286.024.658	245.832.383

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor *outstanding*, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos no exterior em USD.

3 - Informações relativas às EPEs podem ser encontradas na Nota 22.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste						14.668.449	17.602.139
Letras financeiras subordinadas						13.787.795	5.399.804
		20.000	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	21.039	21.148
		2.328.600	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.415.629	2.421.774
		199.800	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	213.059	214.855
		1.983.200	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.734.367	2.742.027
		2.750.700	100% do CDI + 1,90%	2024	Perpétuo	3.058.793	--
		4.775.100	100% do CDI + 1,20%	2024	Perpétuo	5.344.908	--
Bônus Perpétuos						10.870.158	15.113.602
	USD	1.723.600	8,75%	2013	Perpétuo	10.870.158	8.453.290
	USD	1.371.338	9,00%	2014	Perpétuo	--	6.660.312
Total ¹						39.326.402	38.115.545

1 - O montante R\$ 14.668.449 mil (R\$ 17.602.139 mil, em 31/12/2023) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil. Não inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal no valor de R\$ 214.184 mil.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 34 – Capital regulatório e limite de imobilização.

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas perpétuas, o montante de R\$ 23.668.002 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 20.074.697 mil em 31/12/2023).

Em junho de 2024, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2014.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate pelo Banco.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2034 para os bônus emitidos em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2034 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2034 em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034 em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
 - (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
 - (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

c) Conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	31/12/2023	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31/12/2024
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	42.444.417	7.525.800	(11.110.872)	2.719.410	2.801.822	44.380.577
Dívidas subordinadas	38.323.924	7.525.800	(10.071.945)	2.719.410	1.043.397	39.540.586
Passivo de arrendamento	4.120.493	--	(1.038.927)	--	1.758.425	4.839.991
Instrumentos de patrimônio	7.612.647	--	(17.776.162)	(367.965)	11.244.233	712.753
Instrumento elegível a capital principal	6.100.000	--	(1.000.000)	--	--	5.100.000
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.366.103	--	--	--	8.901	6.375.004
Resultados acumulados não apropriados	(9.188.503)	--	(15.036.906)	--	8.849.832	(15.375.577)
Participação de acionistas não controladores	4.335.047	--	(1.739.256)	(367.965)	2.385.500	4.613.326
Total - movimentação		7.525.800	(28.887.034)	2.351.445	14.046.055	
Movimentação líquida			(21.361.234)		16.397.500	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2022	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31/12/2023
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	59.010.409	2.183.000	(19.908.430)	(1.527.250)	2.686.688	42.444.417
Dívidas subordinadas	54.832.126	2.183.000	(18.868.534)	(1.527.250)	1.704.582	38.323.924
Passivo de arrendamento	4.178.283	--	(1.039.896)	--	982.106	4.120.493
Instrumentos de patrimônio	11.065.536	--	(16.616.520)	(951.944)	14.115.575	7.612.647
Instrumento elegível a capital principal	7.100.000	--	(1.000.000)	--	--	6.100.000
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.358.139	--	--	--	7.964	6.366.103
Resultados acumulados não apropriados	(6.253.161)	--	(13.214.720)	--	10.279.378	(9.188.503)
Participação de acionistas não controladores	3.860.558	--	(2.401.800)	(951.944)	3.828.233	4.335.047
Total - movimentação		2.183.000	(36.524.950)	(2.479.194)	16.802.263	
Movimentação líquida			(34.341.950)		14.323.069	

29– Provisões e passivos contingentes

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31 de dezembro de 2024, o salário mínimo era de R\$ 1.412,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.



No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ acolheu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023 esse recurso foi autuado sob o nº 1.445.162 e encontra-se pendente de julgamento. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou a questão como constitucional e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso decretou a suspensão nacional do processamento de todas as matérias pendentes que tratem desse mesmo assunto, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP Rural nº 94.008514-1.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados a sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

a) Provisões

O Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Exercício/2024	Exercício/2023
Demandas cíveis		
Saldo inicial	10.925.549	12.015.464
Constituição	11.171.192	6.033.531
Reversão da provisão	(4.017.365)	(1.795.377)
Baixa por pagamento	(3.940.421)	(5.807.113)
Atualização monetária e variação cambial	802.477	479.044
Saldo final	14.941.432	10.925.549
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	6.710.432	5.431.614
Constituição	4.114.692	4.006.478
Reversão da provisão	(1.164.144)	(1.161.392)
Baixa por pagamento	(2.596.318)	(2.097.612)
Atualização monetária e variação cambial	614.722	531.344
Saldo final	7.679.384	6.710.432
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.089.696	925.627
Constituição	395.351	311.273
Reversão da provisão	(278.716)	(179.264)
Baixa por pagamento	(153.373)	(83.087)
Atualização monetária e variação cambial	105.247	115.147
Saldo final	1.158.205	1.089.696
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	23.779.021	18.725.677

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	Exercício/2024	Exercício/2023
Demandas cíveis	(7.913.914)	(4.753.155)
Demandas trabalhistas	(3.565.270)	(3.376.430)
Demandas fiscais	(221.882)	(247.156)
Total	(11.701.066)	(8.376.741)

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	14.445.375	7.029.589	403.323
Acima de 5 anos	496.057	649.795	754.882
Total	14.941.432	7.679.384	1.158.205

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.



b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31/12/2024	31/12/2023
Demandas fiscais ¹	18.380.927	16.413.903
Demandas cíveis	1.942.911	3.465.133
Demandas trabalhistas	89.978	93.262
Total	20.413.816	19.972.298

1 - As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando ao recolhimento de contribuições previdenciárias sobre participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.666.152 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 3.313.563 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.440.375 mil. Os demais assuntos são pulverizados.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em "Outros ativos financeiros".

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31/12/2024	31/12/2023
Demandas cíveis	19.877.228	19.354.704
Demandas fiscais	10.283.339	9.660.392
Demandas trabalhistas	8.280.607	7.979.556
Total	38.441.174	36.994.652



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30- Impostos

a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na demonstração do resultado consolidado

	Exercício/2024	Exercício/2023
Impostos correntes		
Do exercício	(9.477.679)	(7.141.250)
Ajustes de exercícios anteriores	(28.882)	(69.323)
Total	(9.506.561)	(7.210.573)
Impostos diferidos		
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(1.412.859)	(1.521.698)
Ajustes decorrentes de perda esperada em empréstimos a clientes	4.663.813	(1.191.603)
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL ¹	(2.007.485)	(946.245)
Ajustes decorrentes de perda esperada com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	(387.526)	(267.441)
Ajustes decorrentes de perda esperada para demais ativos financeiros	667.376	(10.541)
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	(1.766.492)	(20.379)
Créditos recuperados a prazo ¹	2.133.166	(540.650)
Outras diferenças temporárias/encargos diferidos	9.077.543	3.727.530
Total	10.967.536	(771.027)
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	1.460.975	(7.981.600)

¹ – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregulização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 41.c).

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2024	Exercício/2023
Lucro antes dos impostos	27.710.589	41.147.191
Despesa de IR (25%) e de CSLL (20%)	(12.469.765)	(18.516.236)
Juros sobre o capital próprio	5.665.970	5.106.081
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	2.858.376	2.516.305
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	3.364.598	3.192.373
Outras receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis ¹	2.041.796	(280.123)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.460.975	(7.981.600)
Alíquota efetiva	--	19,40%

¹ – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregulização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 41.c).

c) Despesas tributárias

	Exercício/2024	Exercício/2023
Cofins	(5.211.943)	(4.817.264)
ISSQN	(1.421.987)	(1.451.599)
PIS/Pasep	(891.058)	(819.927)
Outras	(1.192.162)	(887.254)
Total	(8.717.150)	(7.976.044)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) IR e CSLL diferidos apresentados no balanço patrimonial consolidado

Ativos

	31/12/2023	Constituição	Baixa	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos				
Perda esperada em empréstimos a clientes	32.527.359	24.670.907	(13.382.111)	43.816.155
Provisões passivas - outras	15.060.830	7.777.601	(5.662.594)	17.175.837
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL ¹	2.044.268	717.759	(2.509.346)	252.681
Combinação de negócios	2.378.235	--	(6.150)	2.372.085
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	1.413.205	3.470.427	(791.969)	4.091.663
Perda esperada com garantias prestadas e compromissos por empréstimos	1.160.468	--	(385.954)	774.514
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.150.706	--	(1.652.267)	498.439
Contribuição social a compensar	636.538	--	--	636.538
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	695.660	107.948	(68.258)	735.350
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	342.853	--	(5.090)	337.763
Outras diferenças temporárias	2.681.425	3.913.297	(2.713.175)	3.881.547
Total	61.091.547	40.657.939	(27.176.914)	74.572.572

1 – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 41.c).

Passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	8.944.242	7.583.004
Créditos recuperados a prazo ¹	--	2.133.166
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	2.900.539	688.850
Ganhos por compras vantajosas	337.712	337.712
Atualização de depósitos judiciais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	85.079	63.160
Outras diferenças temporárias	2.298.922	1.936.392
Total	14.700.638	12.876.428

1 – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 41.c).

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos tributários no exterior	1.268.819	951.407
Prejuízo fiscal/Base negativa	24.775	23.441
Diferenças temporárias	4.528	4.578
Total dos créditos tributários	1.298.122	979.426



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Ativos fiscais diferidos
Em 2025	19.877.599
Em 2026	13.144.283
Em 2027	13.101.035
Em 2028	6.472.871
Em 2029	5.175.467
Em 2030	6.841.997
Em 2031	4.708.214
Em 2032	4.632.719
Em 2033	127.837
Em 2034	490.550
Total de créditos tributários em 31/12/2024	74.572.572

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

No Exercício/2024, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 27.176.914 mil, correspondentes a 144,61% da respectiva projeção de utilização para o período de 2024, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2023.

31- Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	179.623.018	169.235.279
Valor de mercado por ação ordinária (R\$) ¹	24,17	27,70

1 - Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2023), está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

Em 15/04/2024, foi efetivado o desdobramento de 100% das ações do Banco, atribuindo uma nova ação para cada ação emitida, sem alteração do patrimônio e da participação percentual dos acionistas, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/02/2024 e autorização do Bacen em 03/04/2024.

Dessa forma, para fins de comparabilidade, o número de ações dos períodos anteriores e os cálculos que dependem desses valores, apresentados nestas demonstrações contábeis, foram ajustados para contemplar o desdobramento das ações na proporção 1:2.



c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2024, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à terceira parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 24/06/2024.

d) Reservas de capital

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

O saldo da conta reservas de capital de R\$ 6.638.527 mil (R\$ 6.634.358 mil em 31/12/2023) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12/04/2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23/10/2019.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Lucro por ação

	Exercício/2024	Exercício/2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	26.358.860	29.860.965
Número médio ponderado de ações (básico) ¹	5.708.392.262	5.707.985.480
Número médio ponderado de ações (diluído) ¹	5.708.392.262	5.707.464.198
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	4,62	5,23

1 - Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

f) Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de lucros	81.215.405	61.154.159
Reserva legal	15.221.388	13.458.379
Reservas estatutárias	65.994.017	47.695.780
Margem operacional	58.145.999	41.708.123
Equalização de remuneração do capital	7.848.018	5.987.657

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

g) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(6.049.681)	(1.726.992)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	(150.762)	44.415
Conversão de investimentos no exterior	(4.625.576)	(5.292.551)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(5.701.461)	(7.793.139)
Hedge de fluxo de caixa	17.776	(11.812)
Outros	(1.182.110)	(416.401)
Total	(17.691.814)	(15.196.480)

h) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla, além do resultado do período ainda não destinado, o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas legal e de lucros.

i) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2024	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	940.587	0,165	11/06/2024	21/06/2024
Juros sobre o capital próprio ^{1 2}	1.170.153	0,410	11/03/2024	27/03/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	1.673.349	0,293	11/06/2024	21/06/2024
2º Trimestre				
Dividendos	866.815	0,152	21/08/2024	30/08/2024
Juros sobre o capital próprio ²	1.165.792	0,204	13/06/2024	28/06/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	1.795.047	0,314	21/08/2024	30/08/2024
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ²	1.065.116	0,187	11/09/2024	27/09/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	2.758.680	0,483	25/11/2024	06/12/2024
4º Trimestre				
Dividendos	776.293	0,136	11/03/2025	20/03/2025
Juros sobre o capital próprio ²	1.007.404	0,176	11/12/2024	27/12/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	1.955.503	0,343	11/03/2025	20/03/2025
Total destinado aos acionistas	15.174.739	2,863		
Dividendos	2.583.695	0,453		
Juros sobre o capital próprio ²	12.591.044	2,410		

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

2 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2023	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos ¹	351.037	0,123	01/06/2023	12/06/2023
Juros sobre o capital próprio ^{1 2}	1.004.568	0,352	13/03/2023	31/03/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ^{1 2}	1.867.568	0,654	01/06/2023	12/06/2023
2º Trimestre				
Dividendos ¹	410.149	0,144	21/08/2023	30/08/2023
Juros sobre o capital próprio ^{1 2}	966.378	0,339	12/06/2023	30/06/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ^{1 2}	1.868.239	0,655	21/08/2023	30/08/2023
3º Trimestre				
Dividendos ¹	291.053	0,102	21/11/2023	30/11/2023
Juros sobre o capital próprio ^{1 2}	953.724	0,334	11/09/2023	29/09/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ^{1 2}	1.958.324	0,686	21/11/2023	30/11/2023
4º Trimestre				
Dividendos ¹	630.167	0,221	21/02/2024	29/02/2024
Juros sobre o capital próprio ^{1 2}	976.866	0,342	11/12/2023	28/12/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ^{1 2}	1.751.180	0,614	21/02/2024	29/02/2024
Total destinado aos acionistas	13.029.253	4,566		
Dividendos ¹	1.682.406	0,590		
Juros sobre o capital próprio ^{1 2}	11.346.847	3,976		

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

2 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações	% Total	Ações ¹	% Total
União Federal – Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	257.988.090	4,5	204.417.348	3,6
Ações em tesouraria ²	22.876.034	0,4	23.281.960	0,4
Outros acionistas	2.584.552.832	45,1	2.637.717.648	46,0
Total	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0

1 – Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

2 – Inclui, em 31/12/2024, 89.466 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (100.500 em 31/12/2023).

	Ações ON ^{1 2}	
	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de Administração (exceto a Presidente do Banco)	--	2.000
Diretoria Executiva (inclui a Presidente do Banco)	252.633	186.850
Conselho Fiscal	22.576	21.678
Comitê de Auditoria	5.808	4.808

1 – Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

2 – A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

k) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações ¹	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31/12/2023	5.730.834.040	23.281.960
Movimentação	--	(405.926)
Saldos em 31/12/2024	5.730.834.040	22.876.034

1 – Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%	Quantidade ¹	%
Ações em circulação (free float) no início do período ¹	2.841.946.128	49,6	2.841.491.502	49,6
Outras movimentações ²	342.143		454.626	
Ações em circulação (free float) no fim do período ³	2.842.288.271	49,6	2.841.946.128	49,6

1 – Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

2 – Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

3 – Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações	% Total	Ações ¹	% Total
Ações em tesouraria	22.876.034	100,0	23.281.960	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	70,6	16.150.700	69,4
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.987.066	26,2	6.290.952	27,0
Programa de remuneração variável	738.142	3,2	840.182	3,6
Incorporações	126	--	126	--
Valor contábil	(263.523)		(268.255)	

1 - Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco do Brasil foram de R\$ 24.946 mil no exercício/2024 (R\$ 23.844 mil no exercício/2023).

A BB Asset, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa ¹	Custo médio ¹	Ações distribuídas ¹	Ações a distribuir ¹	Cronograma estimado de transferências
Programa 2020					
	387.462	14,83	310.016	77.446	03/2025
Total de ações a distribuir				77.446	
Programa 2021					
	442.658	16,76	265.682	88.488	03/2025
				88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				176.976	
Programa 2022					
	399.466	19,58	160.228	79.746	03/2025
				79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				239.238	
Programa 2023					
	305.546	29,01	61.064	91.616	03/2025
				61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				244.482	

1 - Valores ajustados devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 31.b).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32– Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	20.079.736	20.079.736	17.327.745	17.327.745
Depósitos no Banco Central do Brasil	115.697.589	115.697.589	101.805.900	101.805.900
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.573.453.419	1.570.819.613	1.457.710.873	1.450.504.113
Empréstimos a instituições financeiras	409.247.199	409.980.147	442.666.500	441.783.640
Empréstimos a clientes	1.020.552.099	1.019.188.361	911.281.198	905.123.523
Títulos e valores mobiliários	88.445.564	86.442.548	53.098.497	52.932.272
Outros ativos financeiros	55.208.557	55.208.557	50.664.678	50.664.678
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	18.829.091	14.173.304	14.173.304
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	484.298.095	484.298.095	401.442.335	401.442.335
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.102.659.213	2.107.254.397	1.884.405.380	1.884.635.174
Recursos de clientes	873.710.691	874.416.253	811.943.803	811.903.547
Recursos de instituições financeiras	724.024.327	727.913.949	651.190.724	651.460.774
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	325.565.244	325.565.244	284.156.307	284.156.307
Outros passivos financeiros	179.358.951	179.358.951	137.114.546	137.114.546
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.266.681	8.266.681	2.509.742	2.509.742

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.



d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

O valor justo dos empréstimos a clientes, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.



Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Recursos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Recursos de instituições financeiras

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

Essas obrigações têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Outros ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos agrupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.



Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por rating. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – Caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o rating do instrumento, são utilizados os spreads desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – Não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o rating do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os ratings, as durations e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos spreads de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Gestão de Riscos, e o preço mais baixo é utilizado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2024	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	506.242.512	417.489.734	88.377.658	375.120
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	4.137.424	14.656.869	34.798
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.161.376	4.137.424	1.989.154	34.798
Títulos públicos	3.678.247	3.678.247	--	--
Títulos privados	2.483.129	459.177	1.989.154	34.798
Derivativos	12.667.715	--	12.667.715	--
Operações a termo	6.545.118	--	6.545.118	--
Swaps	2.919.274	--	2.919.274	--
Opções	2.848.765	--	2.848.765	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	354.558	--	354.558	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	484.298.095	413.352.310	70.651.656	294.129
Títulos públicos	408.927.932	408.877.600	50.332	--
Títulos privados	75.370.163	4.474.710	70.601.324	294.129
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	3.115.326	--	3.069.133	46.193
Empréstimos a instituições financeiras	3.069.133	--	3.069.133	--
Empréstimos a clientes	46.193	--	--	46.193
Passivo	12.866.564	--	12.866.564	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.266.681	--	8.266.681	--
Derivativos	8.266.681	--	8.266.681	--
Swaps	5.855.858	--	5.855.858	--
Opções	1.252.709	--	1.252.709	--
Operações a termo	1.150.404	--	1.150.404	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	7.710	--	7.710	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	4.599.883	--	4.599.883	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.599.883	--	4.599.883	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.567.704.287	12.887.252	71.096.082	1.483.720.953
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.567.704.287	12.887.252	71.096.082	1.483.720.953
Empréstimos a instituições financeiras	406.911.014	--	--	406.911.014
Empréstimos a clientes	1.019.142.168	--	--	1.019.142.168
Títulos e valores mobiliários	86.442.548	12.887.252	71.096.082	2.459.214
Outros ativos financeiros	55.208.557	--	--	55.208.557
Passivo	2.102.654.514	--	--	2.102.654.514
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.102.654.514	--	--	2.102.654.514
Recursos de clientes	874.416.253	--	--	874.416.253
Recursos de instituições financeiras	727.913.949	--	--	727.913.949
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	320.965.361	--	--	320.965.361
Outros passivos financeiros	179.358.951	--	--	179.358.951



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2023	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	418.062.242	355.946.071	59.600.211	2.515.960
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.173.304	7.626.935	6.519.512	26.857
Instrumentos de dívida e patrimônio	12.199.618	7.626.935	4.545.826	26.857
Títulos públicos	7.399.824	7.399.824	--	--
Títulos privados	4.799.794	227.111	4.545.826	26.857
Derivativos	1.973.686	--	1.973.686	--
Swaps	1.218.228	--	1.218.228	--
Operações a termo	618.963	--	618.963	--
Opções	110.154	--	110.154	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	26.341	--	26.341	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	401.442.335	348.319.136	50.683.762	2.439.437
Títulos públicos	344.530.659	344.489.473	41.186	--
Títulos privados	56.911.676	3.829.663	50.642.576	2.439.437
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	2.446.603	--	2.396.937	49.666
Empréstimos a instituições financeiras	2.396.937	--	2.396.937	--
Empréstimos a clientes	49.666	--	--	49.666
Passivo	4.600.102	--	4.600.102	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.509.742	--	2.509.742	--
Derivativos	2.509.742	--	2.509.742	--
Swaps	1.098.468	--	1.098.468	--
Operações a termo	821.815	--	821.815	--
Opções	470.930	--	470.930	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	118.529	--	118.529	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	2.090.360	--	2.090.360	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	2.090.360	--	2.090.360	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.448.057.510	11.639.711	38.824.010	1.397.593.789
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.448.057.510	11.639.711	38.824.010	1.397.593.789
Empréstimos a instituições financeiras	439.386.703	--	--	439.386.703
Empréstimos a clientes	905.073.857	--	--	905.073.857
Títulos e valores mobiliários	52.932.272	11.639.711	38.824.010	2.468.551
Outros ativos financeiros	50.664.678	--	--	50.664.678
Passivo	1.882.544.814	--	--	1.882.544.814
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.882.544.814	--	--	1.882.544.814
Recursos de clientes	811.903.547	--	--	811.903.547
Recursos de instituições financeiras	651.460.774	--	--	651.460.774
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	282.065.947	--	--	282.065.947
Outros passivos financeiros	137.114.546	--	--	137.114.546



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo:

Descrição	Valor Justo em 31/12/2023	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	26.857	14.000	--	(6.061)	--	2	34.798
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.439.437	(213.297)	--	(1.890.497)	(163.587)	122.073	294.129
Empréstimos a clientes (objeto de hedge)	49.666	(3.473)	--	--	--	--	46.193
Total	2.515.960	(202.770)	--	(1.896.558)	(163.587)	122.075	375.120

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB e taxa média ponderada

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado para alguns deles. Assim, a classificação em Nível 3 considera o rating do emissor do instrumento financeiro e compara o resultado entre os valores observados e os valores apurados por modelos internos.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A análise de sensibilidade (Nota 35.b) é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.

33– Garantias financeiras e outros compromissos

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos contratados a liberar	201.998.850	196.313.674
Garantias prestadas	12.138.964	11.462.562
Créditos abertos para importação contratados	1.411.702	1.013.011
Créditos de exportação confirmados	836.484	675.244

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes as práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 35.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(176.507)	(1.512)	(542.036)	(720.055)
Compromissos de empréstimos	(1.540.801)	(59.136)	--	(1.599.937)
Total	(1.717.308)	(60.648)	(542.036)	(2.319.992)

	31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(136.983)	(1.974)	(315.914)	(454.871)
Compromissos de empréstimos	(2.519.433)	(87.056)	--	(2.606.489)
Total	(2.656.416)	(89.030)	(315.914)	(3.061.360)

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado, em "(Perda)/reversão líquida esperada com outros instrumentos financeiros".

	31/12/2023	(Constituição)/ reversão	Outros	31/12/2024
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(454.871)	(270.209)	5.025	(720.055)
Compromissos de empréstimos	(2.606.489)	1.006.552	--	(1.599.937)
Total	(3.061.360)	736.343	5.025	(2.319.992)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2022	(Constituição)/ reversão	Outros	31/12/2023
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(314.178)	(134.084)	(6.609)	(454.871)
Compromissos de empréstimos	(3.270.700)	664.211	--	(2.606.489)
Total	(3.584.878)	530.127	(6.609)	(3.061.360)

34– Capital regulatório e limite de imobilização

a) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional levando em consideração a natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.



Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.



São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

b) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 5.100.000 mil (R\$ 6.100.000 mil até junho/2024), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 31.c.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2024	31/12/2023
PR – Patrimônio de Referência	184.158.129	174.033.091
Nível I	169.489.680	156.430.952
Capital Principal (CP)	145.821.678	136.356.255
Patrimônio líquido	181.825.840	163.827.386
Instrumento elegível a capital principal	5.100.000	6.100.000
Ajustes prudenciais	(41.104.162)	(33.571.131)
Capital Complementar	23.668.002	20.074.697
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 28.b)	13.118.800	14.886.697
Bônus perpétuos (Nota 28.b)	10.549.202	5.188.000
Nível II	14.668.449	17.602.139
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	14.668.449	17.602.139
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.338.853.643	1.124.754.293
Risco de crédito (RWACPAD)	1.087.482.877	938.286.509
Risco de mercado (RWAMPAD)	52.732.352	28.285.378
Risco operacional (RWAOPAD)	198.638.414	158.182.406
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ²	107.108.292	89.980.343
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR) ³	77.049.837	84.052.748
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA) ³	12,66%	13,91%
Índice de capital principal (CP / RWA) ³	10,89%	12,12%
Índice de Basileia (PR / RWA) ³	13,75%	15,47%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2024, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 50% (60% em 2023) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(14.809.708)	(12.962.189)
Ativos intangíveis	(11.322.083)	(10.787.014)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(10.005.072)	(4.687.150)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(1.800.850)	(2.345.383)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(1.764.018)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(873.406)	(2.663.255)
Participação de não controladores ²	(521.325)	(121.206)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013	(6.073)	(2.870)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(1.627)	(2.064)
Total	(41.104.162)	(33.571.131)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemblhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Limite de imobilização e margem

	31/12/2024	31/12/2023
Situação do limite de imobilização	15,55%	16,36%
Margem em relação ao limite de imobilização	63.442.445	58.550.324

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

d) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/12/2024
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	10,89%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	12,66%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	13,75%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	15,55%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico.

Em 31/12/2024, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

e) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 28 e 31.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos



de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu à devolução da terceira parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2024, remanescendo o saldo de R\$ 5,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

35– Gestão de riscos

a) Governança dos riscos e capital

O modelo de governança definido para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco envolve estrutura de Comitês Estratégicos, com a participação de diversas áreas do Banco, e contempla os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio versus risco;
- (ii) estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de competências e alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão e/ou assunção de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil. O Banco divulga as informações referentes a gestão de riscos no site www.bb.com.br/ri.

O Banco promove, continuamente, a avaliação da estrutura, da governança, dos processos, dos sistemas e das metodologias aplicadas ao gerenciamento de riscos e de capital. Essa avaliação, que objetiva identificar oportunidades de melhoria, pode resultar em modificações na estrutura de governança presente, com vistas ao aprimoramento da gestão.

O gerenciamento de riscos e capital se orienta pelo Modelo Referencial de linhas de Defesa – MRLD. Nele, a gestão dos riscos e dos controles necessários à sua mitigação é realizada com base em três linhas de defesa. O modelo permite a integração dos processos de gestão corporativa de riscos e controles, com papéis bem definidos, conferindo maior assertividade no gerenciamento de riscos e de capital.

A diretoria de gestão de riscos (Diris), vinculada à vice-presidência de controles internos e gestão de riscos (VICRI) é a área do Banco responsável pela regulação e supervisão corporativa da gestão de riscos, ou seja, responde pela gestão de todos os riscos relevantes, em 2ª linha de defesa, incluindo aqueles que forem definidos relevantes no futuro. À diretoria de controles internos (Dicoi) cabe a regulação e supervisão do sistema de controles internos e compliance.



A auditoria interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos, com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

A gestão do capital do Banco consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes, para suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador e para alcançar os objetivos estratégicos e orçamentários definidos internamente com objetivo de otimizar a alocação de capital.

b) Processo de gestão de riscos e de capital

O Banco considera a gestão integrada de riscos e de capital como um instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, mitigação e aprimoramento dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O processo de gerenciamento integrado de riscos e capital atende aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). É realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança do Banco, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e os Fóruns.

O gerenciamento corporativo de riscos e de capital do Banco do Brasil baseia-se em processo de avaliação capaz de identificar os riscos que representam oportunidades ou ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos do Banco, compreendendo, sob visão abrangente, a identificação e gestão dos riscos relevantes, a definição do apetite e tolerância a riscos e a avaliação da suficiência de capital.

Identificação e gestão dos riscos relevantes

O Banco possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

A avaliação da relevância dos riscos considera critérios quantitativos (perdas diretas) e qualitativos (perdas indiretas e fatores ou causas dos riscos) que resultam na matriz de relevância dos riscos.

Definição do apetite e da tolerância a riscos

A Declaração de apetite e tolerância a riscos - RAS (Risk Appetite Statement), é o documento estratégico, revisado anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração (CA), em caráter ordinário, e a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por meio do qual é definido o nível máximo de risco que o banco aceita incorrer para atingir seus objetivos estratégicos. A RAS atua como importante instrumento de indução prospectivo na busca pela geração orgânica de resultados e fortalecimento da estrutura de capital do Banco, uma vez que os níveis de apetite e métricas definidos são direcionadores da estratégia de negócios, do orçamento e do capital, objetivando uma alocação sustentável, além de promover a disseminação da cultura de riscos.

Para a definição dos limites da RAS, são utilizados indicadores de gestão, que possibilitam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

Para o estabelecimento dos limites, são consideradas informações relevantes, como por exemplo, premissas



internas, possíveis cenários internos, externos e idiossincráticos, com suas probabilidades de ocorrência, além dos objetivos estratégicos do Banco, desempenho de concorrentes de mesmo porte, orientações do controlador, expectativa de resultados, cenários corporativos (inclusive de estresse), inter-relação entre os riscos relevantes do Banco e a relação risco x retorno dos portfólios.

Política de gerenciamento de riscos e de capital

A política de gestão de riscos orienta o gerenciamento de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial do Banco. Têm por objetivo estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas.

A política específica voltada para o gerenciamento de riscos e de capital aplica-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital e visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento dos riscos e do capital.

c) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Políticas

As políticas de riscos de mercado, risco de taxa de juros da carteira bancária, utilização de instrumentos financeiros derivativos e de classificação e reclassificação de operações na carteira de negociação, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão do risco de mercado e IRRBB do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado e IRRBB, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar, mitigar o risco de mercado, bem como, aprimorar a gestão no âmbito do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.



Sistemas de mensuração e metodologias para avaliação dos riscos

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se: sensibilidade, valor em risco (VaR) e estresse.

Por meio das métricas de sensibilidade são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O desempenho da métrica de VaR é avaliado periodicamente mediante a aplicação de testes de aderência (backtests).

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) compreende todas as operações não classificadas na carteira de negociação. O escopo de abrangência do IRRBB é composto, majoritariamente, por operações de crédito, captações de varejo e títulos e valores mobiliários (TVM) e apresenta como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, à exceção de alguns títulos que, mesmo compondo a carteira bancária, podem apresentar oportunidades de negociação.

A gestão do IRRBB compartilha das metodologias de construção de curvas e marcação a mercado utilizadas na gestão do risco de mercado.

A gestão do IRRBB tem como principais componentes as posições ativas em instrumentos prefixados, que agregadas ao conjunto das demais exposições, formam o montante sujeito ao risco de taxas de juros.

Um importante aspecto na gestão do IRRBB é a incorporação do risco de opcionalidades no cálculo das métricas de risco. As opcionalidades presentes em um instrumento podem ser classificadas como explícitas ou embutidas e são subdivididas em:

- a) opções automáticas: de bolsa, balcão ou explícitas em produtos, permitem ao Banco alterar a taxa ofertada dos produtos; e
- b) opções comportamentais: permitem ao cliente o direito de efetuar resgates antecipados e pré-pagamentos.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.



Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/12/2024			31/12/2023		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(86.835)	(310.587)	(608.410)	(36.529)	(95.707)	(212.816)
Cupons de taxas de juros	(9.988)	(78)	(157)	(11.872)	(259)	(518)
Cupons de índices de preços	(84.063)	(150.791)	(281.533)	(306.701)	(391.514)	(740.582)
Cupons de moedas estrangeiras	(514.184)	(687.095)	(1.448.368)	(158.376)	(189.337)	(398.177)
Total	(695.070)	(1.148.551)	(2.338.468)	(513.478)	(676.817)	(1.352.093)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(12.738.680)	(43.945.693)	(82.652.246)	(12.657.515)	(29.315.468)	(56.110.520)
Cupons de taxas de juros	(7.884.300)	(24.667.296)	(53.116.079)	(11.489.079)	(22.102.323)	(46.674.809)
Cupons de índices de preços	(226.850)	(305.895)	(586.865)	(457.960)	(528.871)	(1.011.996)
Cupons de moedas estrangeiras	(3.665.877)	(2.312.748)	(4.773.932)	(2.810.805)	(720.280)	(1.481.739)
Total	(24.515.707)	(71.231.632)	(141.129.122)	(27.415.359)	(52.666.942)	(105.279.064)



(ii) Valor em Risco (VaR)

Metodologia

Para mensuração do VaR Total, o Banco adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

a) VaR Total: $(VaR + VaR \text{ Estressado}) \times \text{Multiplicador}$, onde:

- i. VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias (Circular Bacen n.º 3.646/2013);
- ii. VaR Estressado (SVaR): a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias; e
- iii. Multiplicador: $M=3$

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível “estado do mercado” sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. Exemplo: real versus dólar, real versus euro, real versus iene; (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA); e (iv) preços de mercadorias (commodities): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. Exemplo: boi gordo, soja, milho.

Processo de Monitoramento Contínuo (PMC)

Para fins de gestão do risco de modelo, os modelos empregados na gestão de riscos do Banco devem possuir, em primeira linha de defesa, processo de acompanhamento periódico de seu desempenho, com intuito de avaliar seu nível de atingimento do objetivo para qual o modelo foi desenvolvido, auxiliando o processo de tomada de decisão.

No escopo das atualizações sobre a gestão de risco de modelo cabe ao gestor do modelo monitorá-lo continuamente de forma a garantir a qualidade das estimativas realizadas. Como segunda linha de defesa, é executada validação independente dos modelos submetidos para análise, e pelo teste de aderência (backtesting) dos modelos em uso pelo Banco.

Em razão da natureza e forma do modelo VaR, aplica-se como metodologia do PMC o Teste de Basileia (Traffic Lights), também pela sua implementação direta e compreensão intuitiva. O PMC tem por prerrogativa a apuração da quantidade de extrapolações observadas e, de acordo com este valor, atesta-se o nível de acurácia do modelo.

Considerando as especificidades e a volatilidade das parcelas do modelo VaR, a apuração do monitoramento contínuo é feita trimestralmente, considerando o horizonte temporal de 250 dias úteis históricos para análise.

Processo de backtesting

O backtesting, executado anualmente, por unidade segregada, em atendimento ao disposto no artigo 9º da Resolução CMN nº 4.557/17, buscou avaliar a calibragem do modelo de VaR utilizado na verificação da adequação de capital para cobertura do Risco de Mercado.



A metodologia utilizada consiste em analisar se as extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) estão compatíveis com previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico). Para tanto, foram aplicados os testes de Basiléia, de Cobertura Incondicional de Kupiec, de Cristoffersen e de Cobertura Condicional.

Constatou-se a manutenção da acurácia do modelo, uma vez que nos testes realizados os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do Banco segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- a) projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no plano de recuperação do Banco;
- b) teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- c) indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia – EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.

O Banco possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.



Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appetite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Conselho de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos e quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna e a realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), independentemente do período de carência de 9 e 12 meses, respectivamente, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, em função de atendimento aos critérios trazidos pelo IFRS 7, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	31/12/2024						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	1.523.503	33.756.664	5.231.657	190.901.136	2.644	231.415.604	12,9%
LCA	6.279.994	49.370.552	60.740.186	89.066.541	--	205.457.273	11,4%
LCI	109.893	1.821.674	1.603.653	12.724.001	--	16.259.221	0,9%
Poupança	216.918.781	--	--	--	--	216.918.781	12,1%
Dep. Vista	91.363.819	--	--	--	--	91.363.819	5,1%
Dep. Judicial	255.757.773	--	--	--	--	255.757.773	14,2%
Captações de Tesouraria	4.035.712	32.421.178	4.422.282	14.142.595	5.985.021	61.006.788	3,4%
Dep. Prazo fixo	3.036.465	1.200.969	621.821	7.605.700	--	12.464.955	0,7%
Outras captações comerciais	8.190.749	30.474	--	--	--	8.221.223	0,5%
Captações Comerciais ME	11.996.112	12.606.838	5.266.107	33.849.648	--	63.718.705	3,5%
Compromissadas	593.007.099	13.776.496	370.668	10.625.817	--	617.780.080	34,3%
Total	1.192.219.900	144.984.845	78.256.374	358.915.438	5.987.665	1.780.364.222	100,0%

Passivo	31/12/2023						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	1.159.948	14.459.560	8.673.872	156.052.750	3.031	180.349.161	11,0%
LCA	6.899.506	45.526.060	30.344.254	100.961.113	--	183.730.933	11,2%
LCI	234.878	1.420.620	1.504.293	11.612.371	--	14.772.162	0,9%
Poupança	206.076.195	--	--	--	--	206.076.195	12,6%
Dep. Vista	93.363.980	--	--	--	--	93.363.980	5,7%
Dep. Judicial	279.407.549	--	--	--	--	279.407.549	17,0%
Captações de Tesouraria	23.063.275	614.066	1.989.043	3.169.240	7.041.920	35.877.544	2,2%
Dep. Prazo fixo	2.698.821	707.860	399.415	9.083.365	--	12.889.461	0,8%
Outras captações comerciais	8.977.044	47.242	--	--	--	9.024.286	0,6%
Captações Comerciais ME	8.699.452	25.845.719	2.778.884	20.659.719	92.885	58.076.659	3,5%
Compromissadas	518.254.853	31.476.505	6.067.417	9.494.812	--	565.293.587	34,5%
Total	1.148.835.501	120.097.632	51.757.178	311.033.370	7.137.836	1.638.861.517	100,0%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente, bem como no cálculo do LCR e NSFR.

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, posição de 31/12/2024 e 31/12/2023:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Descrição	31/12/2024				31/12/2023			
	Avais e fianças	Coobrigações em cessões de crédito	Demais coobrigações	Total	Avais e fianças	Coobrigações em cessões de crédito	Demais coobrigações	Total
1 a 6 meses	6.042.143	--	448.561	6.490.704	4.488.892	--	361.824	4.850.716
6 a 12 meses	3.471.498	466	--	3.471.964	2.543.752	--	--	2.543.752
1 a 5 anos	4.993.446	--	--	4.993.446	5.296.627	730	--	5.297.357
Acima de 5 anos	118.062	--	--	118.062	106.492	--	--	106.492
Total	14.625.149	466	448.561	15.074.176	12.435.763	730	361.824	12.798.317

Compromisso de empréstimos

O Banco oferece linhas de crédito que impactam a mensuração do risco de liquidez, cheque especial e o limite do cartão de crédito.

Nessas linhas o Banco mantém limite de crédito aprovado destinado a clientes com conta corrente e pode ser utilizado sempre que houver necessidade.

A seguir os quadros representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos realizados pelo Banco, posição de 31/12/2024 e 31/12/2023:

Passivo		31/12/2024				31/12/2023			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Cheque especial	Utilizado	1.761.379	1.350.076	--	3.111.455	1.655.120	1.218.228	--	2.873.348
	Não utilizado	13.239.108	11.837.758	--	25.076.866	13.051.748	11.479.156	--	24.530.904
Cartão de crédito	Utilizado	31.701.468	32.509.964	--	64.211.432	33.173.014	29.735.494	--	62.908.508
	Não utilizado	64.721.445	32.542.174	--	97.263.619	66.459.068	32.164.838	--	98.623.906
Total		111.423.400	78.239.972	--	189.663.372	114.338.950	74.597.716	--	188.936.666

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

e) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as



normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perda esperada (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.



O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável nos ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, podem ser obtidas nas Notas 3.h, 17, 18, 20, 22, 23, 24 e 33.

Cenários econômicos

A perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). A relação dessas variáveis torna a estimação da perda esperada mais dinâmica, principalmente quando considera as condições macroeconômicas atuais.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos no Banco Central do Brasil	115.697.589	101.805.900
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.646.599.694	1.457.710.873
Empréstimos a instituições financeiras	409.252.550	442.666.500
Empréstimos a clientes	1.090.269.821	911.281.198
Títulos e valores mobiliários	91.868.766	53.098.497
Outros ativos financeiros	55.208.557	50.664.678
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	14.173.304
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.161.376	12.199.618
Derivativos	12.667.715	1.973.686
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	484.661.170	401.442.335
Itens não registrados no balanço	216.386.000	209.464.490



Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Empréstimos a clientes - Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com Garantias	730.732.750	685.235.488	636.900.909	602.527.144
Produtor Rural	358.269.678	331.026.106	315.627.081	292.936.306
Pessoa Física	53.799.935	53.248.663	54.109.052	53.453.705
Financiamento de Veículos	3.235.389	3.112.499	3.225.126	3.103.502
Financiamento Imobiliário	46.162.816	45.947.981	45.659.623	45.459.614
Demais	4.401.730	4.188.183	5.224.303	4.890.589
Pessoa Jurídica	318.663.137	300.960.719	267.164.776	256.137.133
Atacado	138.703.049	129.797.425	111.735.392	107.397.052
Varejo/MPE	179.960.088	171.163.294	155.429.384	148.740.081
Contratadas sem garantias	178.928.577	não se aplica	176.448.101	não se aplica
Contratadas com outros mitigadores	180.608.494	não se aplica	150.694.205	não se aplica
Total	1.090.269.821		964.043.215	

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge Agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge Agreement – cash collateral ⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

1 – Exceto os que possuam contrato de swap.

2 – Mesma moeda da operação.

3 – Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 – Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 – Exclusivo ou varejo.

6 – Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 – Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 – Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado



na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Empréstimos a clientes – Exposições por região geográfica

	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	1.025.512.772	926.869.802
Sudeste	392.265.073	358.914.891
Sul	187.067.967	170.459.455
Centro-Oeste	208.449.088	189.779.286
Nordeste	158.633.192	139.311.216
Norte	79.097.452	68.404.954
Mercado externo	64.757.049	37.173.413
Total	1.090.269.821	964.043.215

Empréstimos a clientes – Concentração das operações de crédito

A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco se relaciona em relação à carteira de crédito interna e externa:

	31/12/2024	31/12/2023
Maior cliente	1,1%	0,9%
2º ao 20º	7,3%	6,5%
21º ao 100º	5,8%	6,1%
100 Maiores clientes	14,3%	13,5%

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 19 – Empréstimos a clientes.

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Essas operações visam fornecer ao cliente uma situação de viabilidade financeira ao longo do tempo, adaptando o reembolso do empréstimo junto ao Banco, à nova situação de geração de fundos do cliente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As renegociações são realizadas de acordo a viabilidade das operações com base na disposição e capacidade de pagamento do cliente, para esse fim é realizada uma análise atualizada de sua situação econômico-financeira e capacidade de gerar receitas.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	268.370	276.133
Máquinas e equipamentos	270	243
Veículos e afins	333	309
Outros	21.124	10.283
Total	290.097	286.968

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.



Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação as ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM – Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores.

Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.

36– Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	--	--	4.259.632	5.183.315
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários	4.993.121	2.156.028	2.487.810	2.504.630
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	295.448.783	295.097.790	269.653.535	259.607.174
Total	300.441.904	297.253.818	276.400.977	267.295.119



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ¹				
Ativos financeiros transferidos	107.601	107.601	132.112	132.112
Passivos financeiros associados	107.698	107.698	132.331	132.331
Posição líquida	(97)	(97)	(219)	(219)

1 - Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes" e "Recursos de instituições financeiras", respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



37– Compensação de ativos e passivos financeiros

O Banco apresenta ativos e passivos financeiros que aparecem de forma líquida no balanço patrimonial consolidado ou que estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no balanço patrimonial consolidado.

Os acordos similares incluem os contratos globais de derivativos: contratos CGD e ISDA (International Swap and Derivatives Agreement), no Brasil e no exterior, respectivamente e que contemplam cláusulas de compensação e os contratos globais de operações compromissadas: contratos máster de compensação GMRA (Global Master Repurchase Agreement) com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (netting of payments ou multiple transaction payment netting) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (set off).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31/12/2024	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil	
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	6.851.061	(516.758)	6.334.303	(720.280)	--	--	5.614.023	6.333.412	12.667.715
Aplicações em operações compromissadas	1.511.044	--	1.511.044	--	--	(1.445.599)	65.445	320.679.399	322.190.443
Total	8.362.105	(516.758)	7.845.347	(720.280)	--	(1.445.599)	5.679.468	327.012.811	334.858.158

31/12/2023	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	1.808.410	(280.108)	1.528.302	(263.920)	--	--	1.264.382	445.384	1.973.686
Aplicações em operações compromissadas	778.490	--	778.490	--	--	(717.492)	60.998	393.004.094	393.782.586
Total	2.586.900	(280.108)	2.306.792	(263.920)	--	(717.492)	1.325.380	393.449.478	395.756.270

1 - Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

2 - Incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez, sujeitos a condições normais de mercado. Títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação, tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

3 - Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31/12/2024	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(4.643.384)	516.758	(4.126.626)	1.983.766	--	--	(2.142.860)	(4.140.055)	(8.266.681)
Obrigações por operações compromissadas	(5.839.365)	--	(5.839.365)	--	--	4.671.832	(1.167.533)	(718.184.962)	(724.024.327)
Total	(10.482.749)	516.758	(9.965.991)	1.983.766	--	4.671.832	(3.310.393)	(722.325.017)	(732.291.008)

31/12/2023	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(2.159.489)	280.108	(1.879.381)	244.894	--	--	(1.634.487)	(630.361)	(2.509.742)
Obrigações por operações compromissadas	(4.860.692)	--	(4.860.692)	--	--	4.105.895	(754.797)	(646.330.032)	(651.190.724)
Total	(7.020.181)	280.108	(6.740.073)	244.894	--	4.105.895	(2.389.284)	(646.960.393)	(653.700.466)

1 - Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

2 - Incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez, sujeitos a condições normais de mercado. Títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação, tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

3 - Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

38 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

¹ – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/12/2024			31/12/2023		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	88.174	121.982	210.156	87.633	122.428	210.061
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.815	99.348	102.163	3.111	99.991	103.102
Plano Previ Futuro	75.232	4.522	79.754	74.259	4.123	78.382
Plano Informal	--	1.820	1.820	--	1.916	1.916
Outros Planos	10.127	16.292	26.419	10.263	16.398	26.661
Planos de assistência médica	89.715	105.748	195.463	89.336	106.502	195.838
Cassi	81.208	100.554	181.762	80.681	101.054	181.735
Outros Planos	8.507	5.194	13.701	8.655	5.448	14.103



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	Exercício/2024	Exercício/2023
Planos de aposentadoria e pensão	2.233.273	2.099.626
Plano de Benefícios 1 – Previ ¹	685.053	660.535
Plano Previ Futuro	1.117.144	1.011.300
Plano Informal	126.081	134.995
Outros Planos	304.995	292.796
Planos de assistência médica	2.241.923	2.147.840
Cassi	1.998.136	1.908.758
Outros Planos	243.787	239.082
Total	4.475.196	4.247.466

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 38.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.001.947 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.137.031 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	Exercício/2024	Exercício/2023
Planos de aposentadoria e pensão	1.251.152	1.634.233
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.615.142	2.880.308
Plano Previ Futuro	(1.117.144)	(1.011.300)
Plano Informal	(103.730)	(107.170)
Outros Planos	(143.116)	(127.605)
Planos de assistência médica	(2.474.060)	(2.342.250)
Cassi	(2.233.927)	(2.120.045)
Outros Planos	(240.133)	(222.205)
Total	(1.222.908)	(708.017)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 38.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos



complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.



c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2023 e 31/12/2024.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Saldo inicial	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
Custo de juros	(16.805.251)	(16.592.450)	(76.667)	(81.290)	(1.094.779)	(1.054.064)	(998.629)	(981.052)
Custo do serviço corrente	(32.447)	(45.096)	--	--	(92.829)	(83.398)	(3.909)	(3.671)
Custo do serviço passado	--	--	(27.063)	(25.880)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	16.486.575	16.101.165	126.081	134.995	951.818	926.175	947.416	916.460
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	41.464.139	(28.921.336)	156.076	(91.617)	2.689.119	(1.892.492)	2.301.334	(1.587.747)
Ajuste de experiência	(3.502.836)	(1.197.402)	2.870	637	100.180	(189.334)	(104.183)	(55.461)
Alterações premissas biométricas/demográficas	(183.709)	38	(8.198)	--	26.623	1.411	5.705	284
Alterações premissas financeiras	45.150.684	(27.723.972)	161.404	(92.254)	2.562.316	(1.704.569)	2.399.812	(1.532.570)
Saldo final	(129.071.404)	(170.184.420)	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(7.762.407)	(10.008.619)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(129.071.404)	(170.184.420)	--	--	--	--	(7.714.673)	(8.065.338)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(47.734)	(1.943.281)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos ¹	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Saldo inicial	217.226.231	197.539.033	--	--	--	--	8.065.338	7.476.638
Receita de juros	22.067.980	22.398.163	--	--	--	--	845.192	867.019
Contribuições recebidas	1.355.345	1.321.070	126.081	134.995	951.818	926.175	494.002	482.664
Participantes	670.292	660.535	--	--	--	--	190.281	185.238
Empregador	685.053	660.535	126.081	134.995	951.818	926.175	303.721	297.426
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(16.486.575)	(16.101.165)	(126.081)	(134.995)	(951.818)	(926.175)	(947.416)	(916.460)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(41.323.751)	12.069.130	--	--	--	--	(742.443)	155.477
Saldo final	182.839.230	217.226.231	--	--	--	--	7.714.673	8.065.338

1- Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmals (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1) Valor justo dos ativos do plano	182.839.230	217.226.231	--	--	--	--	7.714.673	8.065.338
2) Valor presente das obrigações atuariais	(129.071.404)	(170.184.420)	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(7.762.407)	(10.008.619)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	53.767.826	47.041.811	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(47.734)	(1.943.281)
4) Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido Registrado ¹	26.883.913	23.520.905	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(454.864)	(1.527.327)

1- Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Custo do serviço corrente	(16.223)	(22.548)	--	--	(92.829)	(83.398)	(1.956)	(1.835)
Custo dos juros	(8.402.625)	(8.296.225)	(76.667)	(81.291)	(1.094.780)	(1.054.063)	(553.569)	(542.034)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	11.033.990	11.199.081	--	--	--	--	421.178	432.118
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(27.063)	(25.879)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(1.046.318)	(982.584)	(252.798)	(241.712)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	3.896	3.653
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	2.615.142	2.880.308	(103.730)	(107.170)	(2.233.927)	(2.120.045)	(383.249)	(349.810)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(5.208.015)	(789.156)	(155.684)	(105.295)	(1.679.860)	(638.989)	(750.441)	(312.637)
Ajustes de avaliação patrimonial	62.813	(8.426.102)	156.077	(91.617)	2.689.119	(1.892.492)	903.089	(802.450)
Efeitos fiscais	(29.872)	4.007.243	(70.235)	41.228	(1.210.103)	851.621	(408.349)	364.646
Saldo final	(5.175.074)	(5.208.015)	(69.842)	(155.684)	(200.844)	(1.679.860)	(255.701)	(750.441)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,01	16.747.157	16.431.337	16.156.235	314.704.982	364.039.711
Plano Informal (Previ)	5,53	123.043	111.168	100.489	934.800	1.269.500
Plano de Associados (Cassi)	9,25	1.045.971	1.026.996	1.008.148	27.651.499	30.732.614
Regulamento Geral (Econumus)	7,87	744.486	738.552	731.400	13.779.205	15.993.643
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	9,74	3.839	4.038	4.273	137.885	150.035
Plus I e II (Econumus)	10,81	53.520	55.581	57.573	2.477.590	2.644.264
Grupo B' (Econumus)	7,04	25.430	25.140	24.808	372.894	448.272
Prevmais (Econumus)	8,84	35.732	35.683	35.619	879.175	986.209
Multifuturo I (Fusesc)	8,42	9.452	9.433	9.399	208.113	236.397
Plano I (Fusesc)	6,63	54.437	53.055	51.548	686.963	846.003
Plano BEP (Prevbep)	8,29	8.296	8.241	8.182	171.092	195.811

1- Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2- Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Renda fixa	116.962.255	127.077.345	7.126.005	7.276.657
Renda variável ¹	48.013.582	70.598.525	131.446	294.801
Investimentos imobiliários	10.641.243	12.142.946	206.842	221.915
Empréstimos e financiamentos	5.210.918	5.669.605	154.238	156.858
Outros	2.011.232	1.737.810	96.142	115.107
Total	182.839.230	217.226.231	7.714.673	8.065.338
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.776.283	9.384.173	19.027	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.225.023	1.390.248	32.032	35.153

1- No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 3.947.785 mil (R\$ 5.586.966 mil em 31/12/2023), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de inflação (a.a.)	3,80%	3,55%	3,89%	3,57%	3,78%	3,55%	3,80%	3,55%
Taxa real de desconto (a.a.)	10,70%	6,81%	10,86%	6,64%	10,62%	6,86%	10,72%	6,80%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,91%	10,60%	--	--	--	--	14,92%	10,59%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,91%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.



A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar- Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2024.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.028.803)	2.093.437	1.814.001	(1.869.736)	1.607	(1.604)
Plano Informal (Previ)	(7.052)	7.223	14.979	(15.033)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(118.160)	122.678	91.624	(93.245)	434	(426)
Regulamento Geral (Economus)	(93.676)	96.564	78.461	(81.958)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(949)	980	(1.891)	1.938	--	--
Plus I e II (Economus)	(12.665)	13.169	15.917	(15.680)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.646)	2.719	3.503	(3.653)	--	--
Prevmais (Economus)	(5.223)	5.400	1.155	(1.162)	689	(685)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.322)	1.380	721	(754)	109	(102)
Plano I (Fusesc)	(4.947)	5.079	6.453	(6.620)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.126)	1.162	756	(794)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Plano 1 (Previ)	26.883.913	23.520.905	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(637.536)	(815.963)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(8.459.342)	(10.912.671)
Regulamento Geral (Econumus)	--	--	(114.788)	(816.905)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	12.046	7.928	--	--
Plus I e II (Econumus)	--	--	(607.867)	(802.397)
Grupo B' (Econumus)	--	--	(187.157)	(238.803)
Prevmais (Econumus)	179.204	133.637	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	86.353	69.919	--	--
Plano I (Fusesc)	139.110	96.072	--	--
Plano BEP (Prevbep)	38.235	23.222	--	--
Total	27.338.861	23.851.683	(10.006.690)	(13.586.739)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	Exercício/2024	Exercício/2023
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	11.608.853	11.315.371
Contribuição ao Plano 1	(685.053)	(660.535)
Atualização	1.102.225	954.017
Saldo final	12.026.025	11.608.853

1- Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



39– Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2024	Exercício/2023
Benefícios de curto prazo	62.371	51.435
Honorários e encargos sociais	34.452	31.866
Diretoria Executiva	34.140	31.443
Conselho de Administração	312	423
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	20.611	13.503
Outros ¹	7.308	6.066
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	590	3.503
Remuneração baseada em ações	14.088	8.595
Total	77.049	63.533

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 31.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da



- equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
 - contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
 - disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No Exercício/2024, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 435.071 (R\$ 361.500 mil no Exercício/2023). No Exercício/2024, o banco foi ressarcido em R\$ 707.756 mil (R\$ 618.628 mil no Exercício/2023), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
 - aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
 - aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
 - cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
 - contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia;
 - valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
 - garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2024, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.830.000 mil (de até R\$ 1.650.000 mil em 2023).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados nas Notas 16, 17 e 18; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 25 e 27; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 38.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No Exercício/2024, O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 184.949 mil (R\$ 85.119 mil no Exercício/2023).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2024	Exercício/2023
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	5.937.492	9.426.648



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2024
Ativos	2.886.718	12.932.218	9.072	16.203.455	32.031.463
Empréstimos a instituições financeiras	--	9.846.432	--	2.550.800	12.397.232
Ativos financeiros	--	157.667	--	1.151.066	1.308.733
Empréstimos a clientes ¹	--	723.899	9.072	12.199.687	12.932.658
Outros ativos ²	2.886.718	2.204.220	--	301.902	5.392.840
Passivos	5.481.770	21.702.652	33.746	63.109.898	90.328.066
Recursos de clientes	3.318.400	518.895	2.558	10.727.350	14.567.203
Recursos de instituições financeiras	82.934	1.967.321	--	51.325.175	53.375.430
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	626.174	31.754	31.188	240.203	929.319
Outros passivos ³	1.454.262	19.184.682	--	817.170	21.456.114
Garantias prestadas e outras coobrigações	353.745	5.000.721	--	--	5.354.466
Demonstração do resultado	Exercício/2024				
Receitas de juros	4.266.532	1.126.456	835	996.976	6.390.799
Despesas de juros	(260.832)	(45.219)	(2.472)	(3.783.680)	(4.092.203)
Receitas de prestação de serviços	126.961	7.201.157	21	744.280	8.072.419
Outras receitas	197.375	679.327	--	15.266	891.968
Outras despesas	(1.548.504)	(863.386)	--	(550.702)	(2.962.592)

1 - Os empréstimos a clientes possuem R\$ 23 mil de perdas esperadas. Houve reversão de provisão de R\$ 20 mil no Exercício/2024.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	14.639.113	5.744	8.672.109	25.535.770
Empréstimos a instituições financeiras	--	12.803.632	--	2.024.499	14.828.131
Ativos financeiros	--	172.092	--	750.827	922.919
Empréstimos a clientes ¹	--	512.817	5.744	5.598.011	6.116.572
Outros ativos ²	2.218.804	1.150.572	--	298.772	3.668.148
Passivos	5.232.256	18.923.689	24.240	64.201.350	88.381.535
Recursos de clientes	3.339.754	476.907	1.574	17.437.737	21.255.972
Recursos de instituições financeiras	139.308	100.039	--	45.220.590	45.459.937
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	532.317	38.634	22.666	168.318	761.935
Outros passivos ³	1.220.877	18.308.109	--	1.374.705	20.903.691
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	5.000.023	--	30.864	5.323.927
Demonstração do resultado	Exercício/2023				
Receitas de juros	5.016.441	1.781.577	700	596.808	7.395.526
Despesas de juros	(189.136)	(40.631)	(2.316)	(4.078.899)	(4.310.982)
Receitas de prestação de serviços	141.352	6.346.319	45	761.627	7.249.343
Outras receitas	29.295	862.970	--	17.216	909.481
Outras despesas	(1.073.172)	(761.973)	--	(1.474.574)	(3.309.719)

1 - Os empréstimos a clientes possuem R\$ 43 mil de perdas esperadas. Houve reforço de provisão de R\$ 4 mil no Exercício/2023.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas - safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

40– Ativos e passivos circulantes e não circulantes

	31/12/2024		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	20.079.736	--	20.079.736
Depósitos no Banco Central do Brasil	115.697.589	--	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	889.304.548	684.148.871	1.573.453.419
Empréstimos a instituições financeiras	406.147.936	3.099.263	409.247.199
Empréstimos a clientes	433.765.261	586.786.838	1.020.552.099
Títulos e valores mobiliários	26.951.251	61.494.313	88.445.564
Outros ativos financeiros	22.440.100	32.768.457	55.208.557
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	--	18.829.091
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.161.376	--	6.161.376
Derivativos	12.667.715	--	12.667.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25.557.023	458.741.072	484.298.095
Ativos não circulantes mantidos para venda	141.065	--	141.065
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	21.823.293	21.823.293
Ativo imobilizado	--	16.396.970	16.396.970
De uso	--	11.962.858	11.962.858
De direito de uso	--	4.434.112	4.434.112
Ativos intangíveis	--	11.350.419	11.350.419
Ativos fiscais	12.047.149	74.572.572	86.619.721
Correntes	12.047.149	--	12.047.149
Diferidos	--	74.572.572	74.572.572
Outros ativos	20.335.139	29.694.660	50.029.799
Total do ativo	1.101.991.340	1.296.727.857	2.398.719.197
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.620.627.343	482.031.870	2.102.659.213
Recursos de clientes	672.108.971	201.601.720	873.710.691
Recursos de instituições financeiras	675.786.099	48.238.228	724.024.327
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	139.826.660	185.738.584	325.565.244
Outros passivos financeiros	132.905.613	46.453.338	179.358.951
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.266.681	--	8.266.681
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	9.423.907	14.355.114	23.779.021
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	1.717.308	602.684	2.319.992
Passivos fiscais	7.750.780	14.700.638	22.451.418
Correntes	7.750.780	--	7.750.780
Diferidos	--	14.700.638	14.700.638
Outros passivos	38.819.236	16.187.292	55.006.528
Patrimônio líquido	--	184.236.344	184.236.344
Total do passivo e patrimônio líquido	1.686.605.255	712.113.942	2.398.719.197



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2023		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	17.327.745	--	17.327.745
Depósitos no Banco Central do Brasil	101.805.900	--	101.805.900
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	875.175.112	582.535.761	1.457.710.873
Empréstimos a instituições financeiras	433.281.394	9.385.106	442.666.500
Empréstimos a clientes	394.830.350	516.450.848	911.281.198
Títulos e valores mobiliários	25.980.924	27.117.573	53.098.497
Outros ativos financeiros	21.082.444	29.582.234	50.664.678
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.173.304	--	14.173.304
Instrumentos de dívida e patrimônio	12.199.618	--	12.199.618
Derivativos	1.973.686	--	1.973.686
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	22.758.369	378.683.966	401.442.335
Ativos não circulantes mantidos para venda	134.755	--	134.755
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	22.215.047	22.215.047
Ativo imobilizado	--	14.118.006	14.118.006
De uso	--	10.299.022	10.299.022
De direito de uso	--	3.818.984	3.818.984
Ativos intangíveis	--	10.801.929	10.801.929
Ativos fiscais	9.630.569	61.091.547	70.722.116
Correntes	9.630.569	--	9.630.569
Diferidos	--	61.091.547	61.091.547
Outros ativos	18.070.490	25.355.952	43.426.442
Total do ativo	1.059.076.244	1.094.802.208	2.153.878.452
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.482.719.779	401.685.601	1.884.405.380
Recursos de clientes	650.934.045	161.009.758	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	615.311.496	35.879.228	651.190.724
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	117.993.784	166.162.523	284.156.307
Outros passivos financeiros	98.480.454	38.634.092	137.114.546
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.509.742	--	2.509.742
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	8.260.843	10.464.834	18.725.677
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	2.656.416	404.944	3.061.360
Passivos fiscais	4.889.032	12.876.428	17.765.460
Correntes	4.889.032	--	4.889.032
Diferidos	--	12.876.428	12.876.428
Outros passivos	36.503.356	17.337.151	53.840.507
Patrimônio líquido	--	173.570.326	173.570.326
Total do passivo e patrimônio líquido	1.537.539.168	616.339.284	2.153.878.452



41– Outras informações

a) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16/11/2022, a Medida Provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Em 02/10/2024, a Medida Provisória nº 1.261/2024, alterou a referida Lei, modificando os prazos de dedutibilidade das perdas incorridas, a partir de 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31/12/2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, as quais poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos), para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Foi vedada a dedução das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do saldo existente em 1º de janeiro de 2025.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 30.f) considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas descritos acima.

b) Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Cielo S.A.

Em 05/02/2024, o Conselho de Administração do Banco do Brasil autorizou a aquisição da totalidade das ações em circulação da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”), via realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) e consequente aumento de participação acionária indireta do Banco, por meio da BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”) e Elo Participações Ltda. (“Elo Participações”) na Cielo, para até 49,99%.

Nesta mesma data, a BB Elo e Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (“Quixaba” e, em conjunto com BB Elo, “Acionistas Controladores” da Cielo) encaminharam comunicado à Cielo, informando-lhe a decisão de realizarem, juntamente com o Grupo EloPar, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A., de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo.

Em 05/07/2024 a CVM deferiu o registro da oferta pública e, em 10/07/2024, foi publicado o Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Cielo.

A OPA foi lançada pelos (i) Acionistas Controladores, (ii) Elo Participações, (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. e (iv) Livel S.A., qualificados em conjunto como “Ofertantes” para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto aquelas detidas pelos próprios Ofertantes, pessoas a eles vinculadas e as mantidas em tesouraria.

Em 14/08/2024, foi realizado o leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” na CVM e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A. Como resultado do Leilão, as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 5,82, totalizando o valor de R\$ 4.288.508 mil e a liquidação do Leilão ocorreu em 16/08/2024.

Considerando a aquisição realizada no Leilão, as Ofertantes passaram a deter, em conjunto, ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 93,4% do seu capital social, tendo sido alcançado o quórum para conversão de registro da Companhia, conforme previsto na Resolução CVM nº 85/22, e no edital da OPA e, consequentemente, também o quórum para saída do Novo Mercado previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Edital.

Como resultado de aquisições supervenientes decorrentes da OPA, a participação na Companhia, direta e indireta, dos grupos econômicos dos acionistas controladores, passou a ser de 95,11% do capital total da Companhia, restando em circulação ações de emissão da Companhia representativas de percentual inferior a 5% do capital social. As aquisições supervenientes foram realizadas em decorrência da obrigação das ofertantes de estender a possibilidade de vendas àqueles que não aderiram ao leilão da OPA, durante o período de três meses seguintes ao leilão da OPA.



Em 23/09/2024, devido ao alcance de participação superior a 95% do capital total da Cielo por parte dos grupos econômicos dos acionistas controladores após as aquisições supervenientes, foi realizada AGE da Cielo, nos termos da Lei nº 6.404/1976, a qual aprovou o resgate compulsório da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação. O resgate compulsório foi efetivado em 26/09/2024 pela Cielo, com a aquisição de 48.640.941 ações, as quais foram alocadas em tesouraria e posteriormente canceladas. Desta forma, o capital da Cielo passou a ser detido integralmente pelos grupos econômicos de seus acionistas controladores.

c) Programa de autorregularização incentivada de tributos

Em 28/03/2024, o Banco do Brasil S.A. aderiu ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 14.740, de 29/11/2023 e regulamentado pela IN RFB nº 2.168, de 28/12/2023, o qual possibilitou o pagamento de débitos fiscais com redução de 100% das multas de mora e de ofício e dos juros de mora, permitindo-se como forma de pagamento a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), limitada a 50% do valor da dívida consolidada (Nota 20).

d) Evento climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul

O período de chuvas intensas e prolongadas que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul (RS), em 2024, foi caracterizado como evento climático adverso de grande magnitude e intensidade, com danos humanos, materiais e ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais, levando o Governo local a declarar estado de calamidade pública no território do Estado.

No Banco do Brasil, alguns imóveis localizados nas áreas atingidas pelas enchentes sofreram danos físicos em sua infraestrutura devido aos alagamentos. Dependências localizadas nesses imóveis e outras em funcionamento foram impactadas ainda com o desabastecimento de água, serviços e dificuldade de acesso, sendo acionado aporte orçamentário extraordinário para amparar o dispêndio com as despesas administrativas decorrentes das enchentes, com objetivo de minimizar o impacto no atendimento bancário e promover a recuperação rápida e eficaz dos pontos de atendimento. Não foram identificados impactos nos valores recuperáveis desses imóveis.

O Estado do Rio Grande do Sul possui atividade econômica dinâmica e diversificada, com destaque para o agronegócio, notadamente pelos cultivos de arroz, soja, milho, trigo e fumo; e na agropecuária de corte, leite, suínos e aves. Na indústria, os principais setores são: construção, indústria de alimentos, químicos, máquinas e equipamentos. Além disso, algumas indústrias, alinhadas com a representatividade na economia brasileira possuem exposição na carteira PJ do Banco, como é o caso das indústrias moveleira, calçadista e de máquinas e implementos agrícolas.

Nesse contexto, o Banco instituiu monitoramento diário da Carteira de Crédito e de sua exposição bem como destacou profissionais para atuação focada no Estado. Em relação à Carteira de Crédito no RS, em 31/12/2024, a exposição atingiu 6,0% da Carteira de Crédito BB, ou seja, R\$ 61,6 bilhões, considerando-se apenas os municípios que decretaram emergência ou calamidade pública.

Tanto no Estado quanto nos municípios atingidos, as operações de maior participação ocorrem pelo segmento de Agronegócios em linhas de custeio, investimento agropecuário e Pronaf. Não houve impacto relevante no resultado do período.

42– Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

43- Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

	Referência	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
		Exercício/2024	Exercício/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atribuível ao controlador em BRGAAP		35.439.890	33.818.951	185.571.510	169.365.702
Ajustes de IFRS líquidos de efeito fiscal		(9.081.030)	(3.957.986)	(5.948.492)	(130.423)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	603	(11.422)	(423.247)	(423.850)
Combinações de negócios e reorganizações societárias	(b)	(9.866)	(94.918)	409.938	419.804
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(c)	(5.800.229)	1.800.464	(5.644.420)	155.809
Outros ajustes ¹		(3.271.538)	(5.652.110)	(290.763)	(282.186)
Atribuível ao controlador em IFRS		26.358.860	29.860.965	179.623.018	169.235.279
Atribuível às participações de acionistas não controladores		2.812.704	3.304.626	4.613.326	4.335.047
Apurado no consolidado em IFRS		29.171.564	33.165.591	184.236.344	173.570.326

1 - Refere-se principalmente aos ajustes de hiperinflação na Argentina, conforme IAS 29

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas cobradas e comissões pagas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos no resultado no ato do recebimento e pagamento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IFRS 9, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas e despesas em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios e reorganizações societárias

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil até 2022, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como "Combinações de Negócios" referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.



c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes, garantias prestadas, compromissos por empréstimos e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a:

- (i) situação econômico-financeira do devedor;
- (ii) grau de endividamento;
- (iii) capacidade de geração de resultados;
- (iv) fluxo de caixa;
- (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- (vi) limite de crédito;
- (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e
- (viii) valor da operação.

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas associada ao risco de crédito é baseada em um modelo de perdas esperadas, com a utilização de limites regulatórios, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

Embora tanto as práticas contábeis internacionais e as brasileiras utilizem o conceito de perda esperada, o modelo internacional apresenta diferenças em relação a norma brasileira. O modelo adotado pelo banco, baseado na IFRS 9, considera a inadimplência e a alteração significativa do nível de risco de crédito, com a revisão periódica do enquadramento desses ativos, mediante a projeção de cenários econômicos. O banco avalia suas operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em normalidade, Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco, e Estágio 3 – Operações em descumprimento. As operações podem migrar entre os estágios de acordo com a melhora ou o agravamento do risco de crédito da operação.

Ainda de acordo com a IFRS 9, o banco reconhece provisão para perdas esperadas com títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, empréstimos a instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, bem como para as exposições off-balance, como compromissos de empréstimos e garantias prestadas, com base em modelos internos (a provisão para perdas com garantias prestadas, segundo as práticas aplicáveis à instituições financeiras no Brasil, segue normas específicas, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil, assim como a provisão para perdas com empréstimos a clientes)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil Telefone
+55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos

Acionistas, Conselho da Administração e aos Administradores do

Banco do Brasil S.A

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com empréstimos a clientes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(h) e 20 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco registrou em 31 de dezembro de 2024 provisão para perdas esperadas com empréstimos a clientes.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com empréstimos a clientes é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default - LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default - EAD). A provisão para perdas esperadas considera a expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a expectativa de perda futura, considerando a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados. Ademais, o Banco utiliza pontualmente de análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das contrapartes, do ambiente de negócios e dos contratos.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do empréstimo quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando a operação apresenta descumprimento (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido à relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com empréstimos a clientes, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas utilizadas no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) o cálculo da estimativa de perdas esperadas; (iv) o monitoramento da aderência das premissas utilizadas nos modelos utilizados para o cálculo da provisão para perdas esperadas; e (v) cálculo e aprovação da perda esperada sobre operações analisadas individualmente.
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimento especializados em risco de crédito realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da IFRS 9; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados;
- Avaliação, com base em amostragem, das análises individualizadas realizadas pelo Banco, que incluem, principalmente as premissas de avaliação da capacidade de pagamento dos clientes e cálculo da perda esperada;
- Realização de recálculo sobre a alocação dos empréstimos a clientes nos seus respectivos estágios conforme definições na política interna do Banco; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas com empréstimos a clientes, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (o), 4 (g) e 29 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

“Individualizado” e “Massificado”, bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão dos dados relevantes dos processos que suportam o método massificado; (iii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; e (iv) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração da provisão pelo método “Massificado” e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação das premissas utilizadas no método “Individualizado”, por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do histórico de desembolsos ocorridos no exercício quando comparado com os respectivos valores provisionados; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(n), 4(f) e 38 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;
- Recálculo, por amostragem e com o auxílio dos nossos especialistas, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos, e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados em diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas;
- Avaliação das áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, incluindo também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e
- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício anterior

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e às demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, e respectivas notas explicativas, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 7 de fevereiro de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração contábil consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

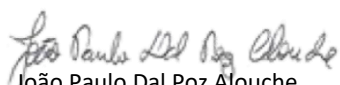
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações

tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 19 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco do Brasil em IFRS

Segundo semestre de 2024

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017, inclusive no que se refere à proposta de destinação dos resultados do exercício.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2024, aprovado pelo CA do Banco do Brasil em 07/12/2023, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

No período, realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações financeiras consolidadas no padrão IFRS relativas a 31/12/2024 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2025.

Egidio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Marcelo Gasparino Da Silva

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG, sem modificações, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2025.

Bernard Appy
Conselheiro

Fernando Florêncio Campos
Conselheiro

Gileno Gurjão Barreto
Conselheiro

Tatiana Rosito
Conselheira

Renato da Motta Andrade Neto
Presidente



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Membros da administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasseron
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Dario Carnevalli Durigan
Elisa Vieira Leonel
Kelly Tatiane Martins Quirino
Marcelo Gasparino da Silva
Paulo Roberto Simão Bijos
Robert Juenemann
Tarciana Paula Gomes Medeiros

CONSELHO FISCAL

Bernard Appy
Fernando Florêncio Campos
Gileno Gurjão Barreto
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00